

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Exame de qualificação de Mestrado

Mestranda: Diego Robalo

VOZES TRANS

**Um estudo etnográfico sobre a construção da identidade de gênero das
pessoas trans**

Orientadora: Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Porto Alegre

2014

DIEGO ROBALO

Vozes trans: um estudo etnográfico sobre a construção da identidade de gênero das
pessoas trans

Versão final da dissertação de mestrado a ser apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para a qualificação no Curso de Mestrado em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Porto Alegre

2014

DIEGO ROBALO

VOZES TRANS: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE GÊNERO DAS PESSOAS TRANS

Dissertação de Pesquisa apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul como
requisito à obtenção do título de Mestre
em Ciências Sociais.

Aprovado em __ de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr^a. Laura Regina da Silva Camara Mauricio da Fonseca - UFSM

Profa. Dra. Tereza Cristina Shneider Marques - PUCRS

Profa. Dra. Rosimeri Aquino Silva - UFRGS

Porto Alegre

2014

A todas as mulheres que contribuíram para minha educação. Às que, de alguma forma, ajudaram-me a entender o que é ser mulher neste mundo e qual é a nossa função social nele. A todas as anônimas, que, mesmo sem sabê-lo, ajudaram-me a entender o feminino. Às mães, irmãs, primas, amigas, colegas e a toda mulher que entende a outra sem mesmo a conhecer. A todas as mulheres que entendem as trans porque olham e percebem que são, de fato, como elas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, com muito orgulho, à minha mãe, Ilza Robalo, pois é quem sempre me incentiva a ir além, quem me ensinou a ser mulher, que me pariu menino e, mesmo com todas as adversidades desse mundo heterossexual e normativo, aceitou a tarefa de ser mãe novamente ao gestar-me novamente, quando, aos 24 anos de idade, contei-lhe que era mulher trans.

Agradeço à minha irmã Taiara Robalo, que, no percurso de minhas transformações, esteve sempre ao meu lado, protegendo e abrindo alguns caminhos necessários. A ela agradeço a imensa felicidade de poder saber o que é ser mãe, pois deu a mim a possibilidade de sê-la com ela.

Agradeço ao meu irmão, Tierre Roballo, os conselhos, a admoestação de jogar tudo para o alto e superar meus medos e o ensinamento que me deu, tendo a coragem de, aos 12 anos de idade, assumir ante a família sua sexualidade, incentivando-me ao mesmo. É como um anjo, um pedaço de mim.

Agradeço ao meu irmão, Igor Roballo, permitir-me que seja sua irmã/mãe e fazer-me muito feliz toda a vez que cria, brinca e demonstra seu afeto, mesmo de seu jeito mais quieto.

Sou grata aos meus irmãos mais velhos, Denise e Tiago. Entendo-os por, quando mais jovens, não compreenderem algo disforme como minha identidade dentro de nossa família. E fico muito feliz que tenham buscado e retomar nosso convívio.

A Lohanny Aguirre, que, aos quatro anos de idade, soube ser madura e incentivou todos a me chamar pelo meu nome. Ensinou-me a ser mãe, mulher e amiga. Agradeço a proteção que nutre por mim, o amor incondicional que temos uma pela outra, sendo ela a menina que é. Sou grata, também, a Hannyer Aguirre, por sua vinda, que fez com que fossem mais felizes nossos dias.

Agradeço e o Oneid Alessandro, por ver em mim uma tutora de seus estudos e de sua trajetória, possibilitando-me exercer o que mais me faz feliz, a docência.

Agradeço aos professores, a todos aqueles que viram em mim algo que poderia ser diferente e transformaram isso em força para superar os obstáculos que surgiriam em meu caminho, durante o ensino fundamental, o magistério e a faculdade eu lhes agradeço, a educação salvou minha vida.

Agradeço a todas as amigas trans. Obrigada pelas portas abertas, pelo caminho conjunto, pelas torcidas e pelos elogios a mim e à minha trajetória social. Eu acredito em cada uma.

Quero agradecer à Maria Eduarda Barreto, por permitir minha presença durante o mestrado e, especialmente, com o coração cheio de amor e felicidade, à Carla Santos Silva, por acolher-me em sua casa, acreditar em meu projeto de vida e estar junto sempre que foi necessário. É-me uma irmã, parte de minha família.

Agradeço à minha orientadora, professora Fernanda Bittencourt, a paciência em estar perto nos momentos mais complicados da produção da minha dissertação.

Agradeço à amiga e orientadora de muitos estudos e trabalhos na área de gênero, Dra. Laura Fonseca, que acompanha minhas produções, reflexões e devaneios teóricos sobre o referido tema.

Agradeço a todas as meninas que dialogaram pela rede social; às que participaram do grupo de convívio na ONG A Igualdade, proporcionando-me grandes momentos de debates e discussões; às entrevistadas, que cederam a mim não somente o seu tempo, mas a verdade de suas vidas, em relatos emocionados, inteiros e íntegros.

Agradeço às minhas amigas trans, que, em algum momento, sofreram em seus lares, mas que, de alguma forma, conseguiram superar qualquer sofrimento e, à sua maneira, reescrever suas histórias. Vocês são belíssimos exemplos de superação.

Agradeço a todas as jovens menin@s trans, que se encontram no processo de ruptura com a norma e com a família e que ainda não encontraram apoio ou força para quebrar a casca. Força menin@s! Nenhum caminho é feito somente de espinhos; logo chegará a calmaria. Não desistam jamais de ser quem são!

RESUMO

O que é esse corpo estranho que habita o diverso de uma sociedade heteronormativa, patriarcal e machista? Toda a vez que ligamos a televisão, somos tomados por inúmeras e diversas identidades sociais. Porém, permanecemos inertes à questão social das pessoas trans e ante todo o emaranhado de questões que emergem em torno de suas imagens, de seus perfis e de seus nomes. Ligadas ao sexo, à identidade e ao gênero, não se tratam apenas de categorias sociais, elementos sociais ou ações individuais. São bem mais que categorias da sociedade. Quando falamos da realidade trans, são instrumentos que, fundidos, remodelam, remontam e reconstruem o que se tem formatado como certo ou errado na sociedade. Que normas são as que nos ligam e quais são as que nos distanciam das pessoas trans? Há uma mulher, dentro de um corpo masculino, assim como elas constroem suas identidades? É a ruptura que emerge do diferente, do outro, do exótico, que rompe com a normalidade, que trinca a vida social, provocando reflexão e debate. O que movimenta socialmente esse grupo? Há um empoderamento de cidadania destas menin@s? O mundo trans, com suas dificuldades, realidades e caminhos, o descaminho das pessoas trans no espaço social, o processo de lutas e batalhas de um diferente que busca um novo para si, indo de encontro a toda a sociedade. Os diálogos trans emergem de espaços de empoderamento, de espaços de ruptura, de debates cotidianos desse diferente. As vozes trans presentes nesta dissertação emergem de espaço que ainda está em formação, de menin@s que, em seus percursos sociais, de alguma forma, são o demonstrativo do empoderamento político de cada uma, da realidade que não atinge a todas. Convido todos ao diálogo, a conversar sobre as pessoas trans, suas histórias de vida, suas falas e suas reivindicações, observando o outro não apenas como um invisível em nossa sociedade, mas como um que participa, está presente e promove a reflexão do que temos como certo ou errado, como normal ou anormal, como bom ou mau. Vamos desmistificar por meio da fala do indivíduo, usando elementos que emergem de todos os campos sociais, como organizações não governamentais, redes sociais, jornais, espaços políticos, movimentos sociais e vida cotidiana de nossas informantes.

Palavras-chave: Identidade. Direitos. Trans.

ABSTRACT

What is this strange body that inhabits a diverse heteronormative, patriarchal and sexist society? Every time we turn on the television we see numerous social identities. However, we remain inert to the social issue of trans people and before the whole tangle of issues around their images, their profiles and their names. Identity and gender are not only social categories, social elements or individual stocks. Are more than categories of society. When we speak of trans reality these are the tools that reshape, back and reconstruct what is right or wrong for society. What rules bind us and which distance us transgender people? There is a woman in a male body as they construct their identities? It emerges from the break that different from each other, the exotic, that breaks the normalcy that crack social life, provoking thought and debate. What moves this group socially? There is an empowerment of citizenship of these people? The trans world, with his difficulties, realities and paths, the embezzlement of trans people in the social space, the process of struggles and battles of a different seeking a new, going against the whole society. The trans dialogues emerge from spaces of empowerment, breaking and daily debates that different. The trans voices present in this dissertation emerge from space that is still in training, people in their social paths, somehow, are demonstrative of political empowerment, the reality that not all hits. I invite everyone to dialogue about trans people, their life stories, their speech and their claim, watching the other not only as an invisible in our society, but as someone who participates is present and promotes reflection of what we consider right or wrong, normal or abnormal, good or bad. Let's demystify through the speech of individuals, using elements that emerge from all social fields, such as non-governmental organizations, social networks, newspapers, political spaces, social movements and everyday life of our informants.

Keywords: Identity. Rights. Trans.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 GÊNERO, SEXO E IDENTIDADE: NADA ALÉM DO NORMAL	18
1.1 VOCÊ É O QUE MOSTRA: O GÊNERO EM DEBATE.....	19
1.2 UM NOME, NADA MAIS: A IMPORTÂNCIA DO NOME COMO FORMA DE AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DAS PESSOAS TRANS	25
1.3 QUAL É SEU SEXO? O SEXO COMO FENÔMENO SOCIAL DA SOCIEDADE MODERNA	27
1.4 CORPO E IDENTIDADE: NADA ALÉM DO NORMAL	32
2 QUE MOVIMENTO É ESSE? A CONSTITUIÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA DO MOVIMENTO LGBTT	37
2.1 QUE MOVIMENTO É ESSE?	38
2.2 O MOVIMENTO LGBTT EM DEBATE: A DISCUSSÃO DA CONSTRUÇÃO DE SEXO/GÊNERO E A CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO MOVIMENTO E SEU AMADURECIMENTO	45
2.3 MOVIMENTO HISTÓRICO: AS CONQUISTAS SOCIAIS DO MOVIMENTO LGBTT NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....	49
2.4 PESSOAS TRANS: AS CONQUISTAS SOCIAIS DAS PESSOAS TRANS POR MEIO DAS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO SOCIAL	52
2.5 UMA QUESTÃO SOCIAL: PESSOAS TRANS NOS ESPAÇOS SOCIAIS.....	54
2.6 A IGUALDADE: A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO DAS PESSOAS TRANS NO RIO GRANDE DO SUL.....	56
3 MEU NOME NÃO É JOÃO! O DIREITO AO USO DO NOME SOCIAL É UM TABU NA SOCIEDADE?	60
3.1 EU SOU O QUE VOCÊ VÊ! QUANDO A IMAGEM E O NOME SÃO INCOMPATÍVEIS.....	63
3.2 A BUROCRATIZAÇÃO DO DIREITO: POR QUE NEGAR O USO DO NOME FEMININO À PESSOA TRANS?	68
3.2.1 Administração pública	70
3.2.2 Assistência social	71
3.2.3 Educação	72

3.2.4 Serviços de saúde	74
3.3 Não sou um travesti. sou bem mais DO que isso!	78
3.4 Pessoas trans* e o direito	83
4 MUDE, MAS COMECE DEVAGAR – HISTÓRIAS DE QUEM FEZ DA TRANSFORMAÇÃO SUA FELICIDADE	92
4.1 VOZES TRANS: RELATOS E HISTÓRIAS DE VIDA	93
4.1.1 Bethina Soares	94
4.1.2 Estéfanny Mattos	97
4.1.3 Carla Santos Silva	100
4.1.4 Bárbara Karina Pancieira	102
4.2 DIÁLOGOS TRANS-VERSADOS	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE	119

INTRODUÇÃO

A possibilidade de adentrar um mundo não tão estranho a mim me instigou na busca por respostas, na vontade fervorosa de dar voz a minhas próprias questões. A presente dissertação é composta de teorização, questionamentos e reflexões, que voltam o olhar, não raro inerte, a questões morais que não percebem o outro se não como um outro diferente, abjeto e obsoleto.

O caminho percorrido para buscar limpar a janela embaçada de nossa visão foi feito com a possibilidade de não somente dar voz ao estranho, diferente, exótico e excêntrico. Ao buscar trazer as extremidades para a centralidade das discussões, busco mais do que um reconhecimento social e humano, busco tornar visíveis assuntos que não coexistem na sociedade heteronormativa, o que, por sua vez, deixa os sujeitos na imaterialidade de seus direitos.

A negação do direito é um ponto fundamental para discussões sobre questões tão protegidas por esta sociedade, que, em alguns momentos, pauta-se na religiosidade, em outros, na teoria biológica do corpo ou na proteção de identidades, que limitam cotidianamente posturas e escolhas de homens e mulheres.

Quem é verdadeiramente homem ou mulher nesta sociedade? O que é o sexo? Quais são essas novas – e não tão novas – identidades? Da dissertação, surgiram muitas questões, inúmeras reflexões e diversos embates, dialogando com minha visão de homem e de mundo, com minhas vivências e com as descobertas como pesquisadora em um campo rico, maduro e pedindo para, enfim, ser olhado, não mais de fora para dentro, mas de dentro para fora, olhado da centralidade da igualdade entre os pesquisados e a pesquisadora – que, neste caso, também é uma pessoa trans.

O termo usado é recorrente no decorrer da escrita textual da referida dissertação e tem por finalidade localizar o espaço do grupo que pesquiso. *Trans* é termo usado pela academia e aparece em grande parte dos textos que

se voltam às discussões que envolvem travestis, transsexuais e transgêneros. É usado abreviado, apenas com o sufixo, possibilitando ao pesquisador não delimitar apenas um subgrupo, podendo identificar a todas as pessoas que, de certa forma, transgridem a norma heterossexual.

Evitar discutir os conflitos que também vivo enquanto pessoa trans foi um dos dilemas, porém, o maior de todos os dilemas foi, sendo eu assistente social, não intervir, não provocar a reflexão, não alimentar os debates, não impulsionar o empoderamento. Porém, essa postura era necessária, posto que eu me inseria enquanto pesquisadora na ação de observar. “Ser eu, sem ser eu”, com as mesmas problemáticas; “ser eu, sem ser eu” profissional. Observar o igual nos exige a maior distância possível, mesmo que Velho (1978) argumente sobre a quase impossibilidade de, enquanto pesquisadores, pesquisarmos algo que, anteriormente, não tenha nos causado certo estranhamento ou alguma identificação.

Esta dissertação tem em suas páginas muito mais do que reconhecimento da causa pela pesquisadora: há muito estranhamento de minha parte, enquanto pessoa trans, que alimentou, cotidianamente, a busca por respostas às teorias, no convívio diário com iguais, com diferentes, com autênticos, disformes e estranhos. Assim, o outro, que é um outro igual, passa a ser objeto de um constructo pesquisado e desvelado com o passar de minhas descobertas.

Tive como objetos para fortalecer a pesquisa e a dissertação instrumentos tecnológicos atuais que, de alguma forma, proporcionam a interação social e a tomada de diálogos em outros espaços sociais. Falo das redes sociais (espaços digitais que apontam conquistas e preocupações), de *sites* de notícias e de *blogs* escritos por pessoas trans, elementos que compõem e ampliam meu olhar sobre os discursos e, possivelmente, são elementos presentes na construção de uma sociedade que permite-se discutir sobre o diferente em muitos espaços.

A pesquisa de campo teve o prazo de quase oito meses, sendo que me inseri em seu espaço em abril e saí do campo enquanto pesquisadora em novembro de 2011. Porém, sigo ligada aos diálogos e ao espaço como

instrumento rico de formação. As entrevistas foram feitas no segundo semestre de 2013; o acompanhamento das notícias, dos debates e dos diálogos, nos *sites* de notícias, nos *blogs* e nos grupos da rede social, deram-se durante os três anos que compreenderam o processo do mestrado.

A referida dissertação tem como tema central o *estudo etnográfico sobre a construção de identidade feminina das pessoas trans*, tendo como tópico central das discussões *o nome como processo de reconhecimento do indivíduo*. A delimitação do tema se estabelece na narrativa das pessoas trans sobre o processo de construção da identidade de gênero feminina, dando enfoque à relação sexo/gênero, direito/proteção, inclusão/exclusão e, por fim, por meio das narrativas de outros espaços, desvelando as inúmeras questões que emergem das situações discutidas.

Este texto dissertativo propõe-se a focar questões que permeiam o cotidiano dos personagens trans, não ficando apenas limitado ao olhar jurídico, portanto, dispõe-se discutir a temática dando enfoque direto aos atores sociais, olhar que será possível por meio da análise histórica do movimento social formado por lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais (doravante, LGBTTT). Prezando pelas discussões das pessoas trans e observando, também, como e quais são os aparatos jurídicos de proteção dos mesmos, buscando respostas sobre identidade de gênero, a pesquisa se deu em duas etapas.

Na primeira, teve lugar a análise de um grupo específico de discussão da temática, havendo a pesquisadora se inserido no grupo de apoio ofertado pela organização não governamental (ONG) *A Igualdade*, que atende travestis e transexuais. Nesse contexto, foram colhidas falas dos atores sociais. A segunda etapa contempla coleta de depoimentos de personagens, ampliando a discussão sobre em outros espaços.

O objetivo geral desta pesquisa é *estudar, de forma etnográfica, transgêneros, travestis e transexuais, questionando e referendando qual é a importância da construção da identidade gênero à obtenção do reconhecimento e da personificação do feminino na vida social e no cotidiano dessas pessoas*. Da importância em buscar filtrar o olhar sobre os aspectos sociais da realidade das pessoas trans.

Os objetivos específicos são: avaliar como as pessoas trans produzem, por meio de signos e símbolos, a identidade feminina, observando a importância do nome para as pessoas trans, como forma de valorização social da identidade de gênero; analisar quais são as políticas sociais de proteção e o que preconiza o direito acerca das reivindicações do grupo trans; e, por fim, apresentar histórias que sintetizem de alguma forma a voz das pesquisadas.

A metodologia da coleta de dados se deu por meio do acompanhamento e de pesquisa participante dos transgêneros, transsexuais e travestis no grupo de apoio da ONG A Igualdade, grupo de debates de pessoas trans, ocorrido às quartas-feiras, com presença quinzenal de estagiários de Psicologia do Instituto Porto Alegre (IPA). Os instrumentos para a coleta da pesquisa foram depoimentos dos participantes, análise da produção de discurso em redes sociais, acompanhamento de *sites* de noticiais, uso de materiais impressos, utilização da legislação e outros meios que possibilitaram amadurecer a escrita.

A pesquisa focal de acompanhamento do grupo foi aplicada na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio grande do Sul. A população escolhida para a pesquisa foram as pessoas trans que fazem parte do grupo de acompanhamento da ONG A Igualdade, além de pessoas trans que vivem em outras localidades gaúchas, que trabalham nas mais distintas áreas e vivenciam as situações do cotidiano sobre a construção de suas identidades de gênero/sexo.

Foi escolhida para esta pesquisa a metodologia adotada pela pesquisa etnográfica, com enfoque na pesquisa participante, que possibilita ao pesquisador uma aproximação mais clara da temática estudada. A seleção dos entrevistados se deu com base na busca de pessoas trans que vivem cotidianamente a personificação identitária do gênero oposto ao seu, pessoas que já fizeram a cirurgia de readequação sexual e pessoas que estão na fila de espera, pessoas que não querem mudar de sexo, mas que se identificam como do gênero oposto e querem ser reconhecidas como tal por meio do direito à troca do nome e documentação.

Dos diálogos, construí os capítulos desta dissertação, a partir dos quais formei a conclusão de minhas análises, muito embora queira que as reflexões não se encerrem aqui, sendo, de fato, aporte a outras pesquisas e efetivando a

voz do esquecido, do subalterno. Ainda assim, reconheço que, diante dos fatos e das inúmeras conquistas das pessoas trans na sociedade, esta voz apenas seja um assovio em meio à multidão.

A dissertação está organizada em quatro capítulos, passando por categorias como sexo, gênero, identidade, heteronormatividade, violência, direito e movimentos sociais. Assim, inicio o primeiro capítulo chamando ao diálogo com a seguinte assertiva: “Gênero, sexo, corpo e identidade: nada além do normal”, abordando, então, o processo necessário de teorização, dando enfoque ao reconhecimento dos distintos perfis presentes no movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais (LGBTT) e esforçando-me em desvelar o estranho mundo das pessoas trans. O capítulo enfoca, também, no intuito de aprofundar a discussão sobre como se dá a construção do feminino utilizada pelas mulheres trans. O outro só existe enquanto pessoa reconhecida socialmente a partir do uso do nome, como ferramenta de autoafirmação social. Porém, o autorreconhecimento se dá diante não somente da construção do feminino, ou do corpo enquanto objeto simbólico de afirmação do gênero; afinal, o gênero é uma construção social, que é pautada no binarismo sexual.

O segundo capítulo desta dissertação procura trazer o movimento LGBTT para a mesa de discussão, sob o título “Que Movimento é esse? A obtenção de Direitos Sociais da comunidade LGBTT”, que foi escrito por meio da desconstrução do movimento e remontando seu histórico de construção no país e no estado. Buscando reforçar o diálogo sobre o processo de reconhecimento do movimento social, que busca constantemente direitos de acesso à comunidade trans de todo o país.

No terceiro capítulo da dissertação, que leva o título de “Meu nome não é João! O direito ao uso do nome social é o novo tabu da sociedade?”, aprofundo a discussão sobre o direito ao uso do nome social, ou a afirmação do nome feminino na documentação civil, possibilitando que as pessoas trans tenham acesso ao sistema sem sofrerem rechaço e sem serem ridicularizadas. O nome é o maior direito social do ser humano no momento do nascimento e é para as pessoas trans, talvez, a luta mais evidente no caminho da afirmação social. Assim no terceiro capítulo o nome é central para a discussão.

Indo adiante, busco apresentar a cruel realidade do direito diante da necessidade urgente da pessoa trans em obter o reconhecimento social, por meio do reconhecimento civil da identidade. Assim, tratando do constructo social do direito, fornecido por algumas ementas, algumas leis e alguns projetos sociais, discute-se as intersecções feitas pelos poderes federais, estaduais e municipais, algumas afirmativas, a força social efetiva e outras que, de alguma forma, acabam por atrasar o processo de reconhecimento do direito ao nome e à identidade trans.

Por fim, busca-se fortalecer o espaço da pessoa trans no campo do direito, evidenciando a necessidade de olhar para essa realidade não somente como um problema social ou um extrato socialmente anormal, mas com a responsabilidade de efetivar o acesso deste grupo social à comunidade, sem perdas.

No quarto capítulo é apresentada a intervenção do discurso: “Mude, mas comece devagar – histórias de quem fez da transformação sua felicidade”, ponto em que busco trazer à comunidade a discussão da fala, da voz, da historicidade da pessoa trans, trazendo relatos e algumas histórias de vida que fortalecem o processo de discussão da presente dissertação.

Por fim é importante relatar o quanto foi afirmativa a inserção no espaço da pesquisa e o quanto foi importante à formação de minha própria identidade trans diante do espaço e da realidade muitas vezes igual à da própria pesquisadora. Reafirmando o espaço da pesquisa não só como fonte de coleta de dados, mas também como espaço de autorreconhecimento de minha própria trajetória acadêmica e militante.

Ora reconhecendo o espaço da luta, ora olhando com estranhamento e igualdade. Faz-se necessário pontuar neste momento que, além de pesquisadora, também de alguma forma era militante, ou estava redescobrando a militância, antes aprendida em outro espaço político, em cidade de interior, com todas as suas questões machistas e histórico-políticas.

Assim, enquanto instrumento de pesquisa, também em muitos momentos fui um pouco parte da pesquisa, não somente por estar nela como observadora, mas por estar em seus espaços como pessoa que vivencia e

compartilha das mesmas angústias, dos mesmos medos e dos mesmos limites de acesso a direitos.

A facilidade em ter acesso aos informantes e aos espaços, ouvir diálogos de inúmeros lugares e realidades, dá-se diante da igualdade que nos liga, pesquisadas e pesquisadora. Este texto dissertativo é resultado da coragem de ir além como militante e ser também produtora de conhecimento que permite reconhecer minha própria história diante da sociedade em que também, como minhas pesquisadas, estou inserida.

1 GÊNERO, SEXO E IDENTIDADE: NADA ALÉM DO NORMAL

A cultura do corpo, as discussões sobre gênero e as disputas por liberdade sexual, são usados no mundo moderno como aparatos para justificar a luta por igualdade, liberdade e fraternidade, pautada na lógica social segundo a qual todos têm direito a construir e vivenciar realidades sociais de forma condizente com as construções de identidade.

Para exemplificar a inserção da questão aqui discutida no contexto atual, cito que, atualmente, não é difícil ligar a televisão e deparar-se com programas que discutem casos familiares ou sociais, em que se observa que, muito além das baixarias e discussões, impera uma variada gama de identidades ou “possíveis identidades”, que se confrontam em frente às câmeras. A televisão torna-se um novo e moderno picadeiro de circo, onde o mais importante é manter o espectador atento às bizarrices humanas.

O presente capítulo traz à tona discussões sobre gênero, sexo, corpo e identidade, buscando exemplificar e explicar separadamente cada terminologia e, então, reuni-las, na busca de algumas respostas sobre o imaginário social sobre o mundo das pessoas trans.¹ O que se busca aqui é proporcionar a discussão e a reflexão acerca das realidades enfrentadas pelas pessoas trans, buscando justificar que, sim, há uma normalidade na vida cotidiana e social de quem vivencia, em seu dia a dia, questões ligadas às transgressões do corpo e seus tabus. Desta forma, temos que:

A expressão *trans* é um termo “guarda-chuva”, utilizado por algumas das pessoas que se declaram em situações de trânsito identitário de gênero. As pessoas trans, em maioria, podem ser consideradas sujeitos que vivenciam experiências *entre gêneros*. Por terem um gênero atribuído na gestação e/ou nascimento que não as contemplam (feminino/masculino) e pelo fato de se identificarem com o gênero distinto deste, vivenciam experiências *entre gêneros*. Estão *entre* o gênero de atribuição e o de identificação. (FILHO, 2012, p. 92)

¹ Uso a referida terminologia pautada na construção teórica de autores como Butler (2003), Bento (2008), Filho (2012) e Louro (1997), que usam desta forma para falar de todas as pessoas que, de alguma forma, transformam-se e transitam entre os gêneros. Assim, pessoas trans seriam transexuais, transgêneros, travestis, *crossdressers* e performistas que usam da imagem para construir seus personagens.

O termo trans foi absorvido e é usado pela academia para facilitar as discussões acerca de um grupo específico da comunidade LGBTTT, sendo usado para dar voz a todos os “transgressores do corpo, gênero e sexo”, que desconstroem e reconstroem seus corpos e seus gêneros. Ao transformarem-se, transmudarem-se, criam nessa sociedade normatizada pela heterossexualidade, novas formas de enfrentamento social. Filho (2012, p. 92), explica que:

todas (ou *quase* todas) pessoas, trans, percorrem diferentes trânsitos e hibridismos identitários relativos a marcadores sociais distintos. As pessoas são *caldeirões identitários* onde expressões, impressões, identificações e declarações – próprias e alheias – sofrem processo de (des/re)aquecimento a partir de contexto relacional, em que identidades e identificações são derretidas, resfriadas, solidificadas, fragmentadas – derretidas de novo –, em constante processo de adaptação e amoldamento.

Neste grupo social advindo do movimento LGBTTT temos: transexuais, transgêneros, crossdressers e intersexuais. Ademais, no grupo dos transexuais temos homens trans e mulheres trans. As separações fazem-se necessárias porque as discussões sobre identidade e as próprias lutas sociais dos grupos minoritários constantemente buscam a valorização da identidade/identificação específica de cada grupo, com suas distinções, lutas e realidades.

O que se busca fortalecer como debate neste capítulo é justificar teoricamente que há uma normalidade vista do olhar de quem de alguma forma vivencia este *espaço* transgressor. A justificativa da “não normalidade” ou da “diversidade” ou, ainda, do “desviante social” está pautado na realidade heterossexual, normativa, que constantemente marginaliza, estigmatiza e violenta o outro. Dessa forma, pretende-se descortinar as ações deste grupo, chamado aqui de “pessoas trans”, possibilitando um novo enfoque às questões sociais e às realidades vistas de dentro.

1.1 VOCÊ É O QUE MOSTRA: O GÊNERO EM DEBATE

Estamos, atualmente, em plena efervescência das discussões de gênero e das novas formas de vivenciar a identidade. Não podemos negar que a sociedade está cada dia mais inovadora, madura e aparentemente mais

disposta a discussões ligadas a cultura “*queer*”² e mesmo aceitando que há uma explicação sobre as novas construções sociais de múltiplas identidades pautadas não mais apenas no binarismo sexual.³

Os gêneros (homem e mulher) aqui discutidos estão para a sexualidade, mais voltados às imagens dos pares do que voltados à possível norma heterocêntrica, que busca resposta somente na ordem biológica da engenharia dos corpos, onde existe o “macho”, com o falo e suas representações sociais, e a “fêmea”, com o falo castrado e todas as normas sociais ligados a ela.

Vivenciamos com isso a construção da identidade pautada por esta ordem heteronormativa,⁴ que busca criar normas ligadas à religiosidade, limitar o reconhecimento do indivíduo preso ao corpo, mais precisamente preso ao órgão genital, que, por determinismo sociohistórico, dá limites de certo e errado, normal e anormal e lícito e ilícito.⁵

² A expressão *queer* significa esquisito, ridículo, estranho, adoentado, veado, bicha louca, homossexual. Os estudos *queer* invertem seu uso e passam a utilizá-la como marca diferenciadora e denunciadora da heteronormatividade. No Brasil, várias pesquisas trabalham com os pressupostos teóricos *queer*, no entanto, ainda não temos uma tradução para este campo de estudos. Os trabalhos apresentados nos congressos da Associação Brasileira da Homocultura (ABEH) são fortemente influenciados por estes estudos (BENTO, 2008, p. 210).

³ Segundo Siqueira (2008, p. 12), “Foram os estudos mais detidos sobre as relações entre os gêneros que apontaram os limites dessa concepção binária. Passou-se a observar que masculino e feminino se constroem relacionalmente, em contínuas disputas de poder. Portanto, foi a partir dos estudos de gênero que se pôde avançar na desnaturalização e na dessencialização das identidades de gêneros”.

⁴ Por heteronormatividade entende-se a capacidade de a heterossexualidade apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos. É um lugar que designa a base de inteligibilidade cultural através da qual se naturaliza corpos/gêneros/desejos e definirá o modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero, que supõe que para o corpo ter coerência e sentido deve haver um sexo estável expresso mediante o gênero estável (“masculino” expressa homem, “feminino” expressa mulher). Reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais” e disposições heterossexuais naturais. Essa matriz não opera exclusivamente nos marcos de relações heterossexuais, mas se dissemina. Seu alcance e sua eficácia estão em pautar e orientar relações não heterossexuais. A binariedade ativo/passivo seria uma das formas dessa matriz atualizar-se e manter-se (BENTO, 2008 p. 51-52).

⁵ Foucault (1984), ao teorizar sobre sexo, traz à tona questões sobre normal e anormal, lícito e ilícito e, por fim, certo e errado acerca do sexo, essa normatividade biológica é usada para disciplinar a sociedade, separando macho/fêmea, criando, com isso, um sistema de ordenação sexual a ser seguida.

Quando fugimos dos determinismos biológicos e das explicações pautadas na heteronormatividade, permitimo-nos aprofundar nosso olhar e rever as construções sociais pautadas no público e no privado. Desta forma, estamos propondo que, de forma privada, temos a realidade biológica, que, se pensada enquanto coisa íntima não poderia nos cercear e limitar em nossas escolhas, adiante, então, teríamos a coisa pública (a imagem), o exterior, o que contamos sobre nós por meio de nossas construções sociais identitárias e, desta forma, poderíamos ser qualquer “coisa”.

As discussões de gênero vêm deste processo, buscar alternativas para explicar os desvios sociais que, ao fugirem da norma, provocam discussões acerca do que seriam então esses desviantes.⁶

Desta forma, entram em cena discussões como “gênero”, que é para além de sexo biologicamente falando, uma forma de dizer macho/fêmea⁷ como homem/mulher e delimitar mais ainda o que são coisas de homem e de mulher, como explica Filho, quando diz que:

O conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social [...] a noção de gênero daria conta de que as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não poderiam ser entendidos separadamente. (FILHO 2004. p. 129)

Esse conceito de gênero trazido pelo autor identifica uma nova forma de assimilar uma construção identitária, redescobrimo sexo e vendo-o de outra forma, criando o que o Facchini (2010) define como uma “identidade de gênero”. Essa noção de identidade de gênero corresponde melhor aos casos aqui tratados: casos das pessoas trans. Essa construção identitária vai além do determinismo biológico e traz à discussão a travestilidade e a transexualidade presentes na sociedade.

⁶ Uso o termo “pessoa desviante” em virtude da forma social em que a HOMOSSEXUALIDADE estrutura-se, primeiro, como pessoa que não segue preceitos religiosos e que, de alguma forma, desvia da “ordem divina” o que seria “normal”.

⁷ O fato de um indivíduo ser do sexo masculino ou do sexo feminino não significa apenas que ele possui uma determinada conformação anatômica e fisiológica. Significa também que ele possui um *status* social, cujos limites, direitos e obrigações estão devidamente convencionados e em relação aos quais a comunidade mostra determinadas expectativas (RODRIGUES, 1975, p. 70).

Os questionamentos acerca da construção identitária de gêneros começam a fervilhar e provocar discussões sobre a presença das pessoas trans na sociedade. Ao mesmo tempo em que são assimiladas, pode-se observar que espaços como escolas, repartições públicas e tantos outros, seguem um ordenamento sexual que provoca muitos separatismos em relação ao gênero apresentado pelos “trans” ao sexo a que biologicamente pertencem. Segundo Dinis, a

Alteridade, heterogeneidade, diferença, diversidade, multiculturalismo são algumas das expressões mais usadas nos últimos tempos no discurso acadêmico e nos movimentos sociais para fomentar tal debate [...], o que certamente tem forçado a escola a debater o tema, trazido às vezes espontaneamente pelos/as próprios/as alunos/as. (DINIS 2008. P. 478)

O que notamos sobre a temática é que os espaços escolares, por exemplo, estão cada vez mais abertos para assuntos como homossexualidade, diversidade sexual e gênero. Segundo a autora, a educação para a diferença significa ensinar a reconhecer no outro a diferença e entendê-la como algo normal. Discutir essas temáticas nas escolas não desqualifica a educação, apenas a enriquece. Laclau (2001, p. 231), quando fala da “multiplicação de novas – e de não tão novas – identidades como resultado do colapso dos locais de onde os sujeitos universais falavam” quer dizer que essas identidades não está fora das escolas, mas dentro, presentes como extratos sociais, e é preciso sim reconhecê-las e discuti-las. Quando nos permitimos falar sobre esse outro que também está presente nesses espaços

Podemos acrescentar que o outro não é apenas um outro eu (homem/mulher, homossexual/heterossexual, macho/fêmea)⁸ com o qual devo criar um exercício de vizinhança baseado na filosofia do politicamente correto. O outro é tudo aquilo (humano/não humano, visível, não visível) que me arranca de pretensa estabilidade de uma identidade fixa (um modo padronizado de pensar, sentir e agir), provocando-me com um incessante convite para diferentes formas de ser-estar no mundo. (DINIS, 2008. p. 486)

Essa provocação feita pelo autor exemplifica o que as pessoas trans vivenciam diante dos outros, em sociedade. Esse ser-estar no mundo possibilita observar como são múltiplas as formas de assimilar a si mesmo enquanto pessoa. Fugindo dos determinismos sexuais e dos mecanismos da

⁸ Acho necessária a discussão provocada por Dinis (2008), acrescentando macho/fêmea, para ampliar nossa discussão sobre este tema.

sociedade normatizada, podemos assumir inúmeras identidades em muitos momentos, e ser unitários em relação à nossa identidade de gênero:

Se cada identidade tem uma relação não antagônica com todas as outras identidades, então a identidade em questão é puramente diferencial e relacional; portanto pressupõe não apenas a presença de todas as outras identidades, mas também todo o terreno que constitui as diferenças como diferenças. (LACLAU, 2001, p. 238)

Saber dessas diferenças e reconhecê-las no campo da identidade como uma forma social de apresentação fortalece o reconhecimento do outro como ser social, possuidor de diferenças. Da mesma forma humana, permite unir o universal ao particular sem desprezar as diferenças, mas entendendo e aceitando no universal que essa diferença se faz necessário. Laclau (2001, p. 240) defende essa ideia quando explica que “o universal emerge do particular não como um princípio sublinhando e explicando o particular, mas como um horizonte incompleto suturando uma identidade particular deslocada”.

Esse universal discute que o particularismo identitário é algo aceitável, mesmo que haja a disputa de poder, onde ainda há um oprimido e um opressor, necessários para discutir as diferenças, já que elas emergem como discussão desse poder. O “oprimido é definido por sua diferença do opressor. Tal diferença é um componente essencial da identidade do oprimido” (LACLAU, 2001, p. 240) que só existe quando ele afirma a identidade do opressor diante da sua. Assim, Freire (1987) nos leva à reflexão quando questiona que

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? (FREIRE, 1987, p. 17)

Ao olharmos sob esse foco, reconhecemos que a diferença existe e deve ser discutida. Porém só se materializará enquanto diferença quando a reconhecemos como um estigma social, como explica Goffman (1963). O autor pontua que “a questão do encobrimento levantou o problema da “visibilidade” de um estigma particular” (GOFFMAN, 1963, p. 58). A discussão é necessária para que esse estigma possa materializar-se e ser evidenciado ou percebido. Para que possa ser discutido, é necessário que haja visibilidade. O autor dirá que “a visibilidade de um estigma deve ser diferenciada de sua “possibilidade de ser conhecido”. Quando um estigma de um indivíduo é muito visível, o

simples fato de que ele entre em contato com outros levará o seu estigma a ser conhecido” (GOFFMAN, 1963, p. 59).

Essa busca pela liberdade de expressão social se reflete cotidianamente sobre a diferença que emerge do contato com o outro. Nossas diferenças não existem quando não há uma interação entre pares. Elas emergem da pluralidade singular de dois indivíduos que interagem entre si e reconhecem no outro a diferença de seu eu. Assim, Freire (1987, p. 17) explica que “Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da sua necessidade de lutar por ela”.

Essa situação acontece nos casos tratados nesta pesquisa. Como esconder um estigma que está aparente como no caso das pessoas trans? Como trabalhar esse particular no universo heteronormativo homogêneo? São discussões que estão colocadas, já que esse grupo está inegavelmente presente no contexto social. Como pessoas que fazem parte desse universal, as pessoas trans têm direitos e deveres. Mas, como dar garantias de direitos sem que se criem separatismos?

Spivak (1942, p. 22), sugere que devemos “tentar revelar o discurso do outro da sociedade”, trazendo à tona a necessidade de discutir a diferença por meio do olhar de quem sofre com esse estigma. Buscar saber como os estigmatizados vivenciam suas diferenças, como bem coloca Goffman (1963). Quando discutimos o discurso do outro provocamos uma “transformação da consciência” (SPIVAK, 1942, p. 33). Dessa personagem subalterna ou estigmatizada, podemos então reconhecer uma “identidade na diferença” (SPIVAK, 1942, p. 37). Goffman complementa que:

A identidade pessoal, então, está relacionada com a pressuposição de que ele pode ser diferenciado de todos os outros e que, em torno desses meios de diferenciação, podem-se apegar e entrelaçar, como açúcar cristalizado, criando uma história contínua e única de fatos sociais que se torna, então, a substância pegajosa à qual vem-se agregar outros fatos biográficos. (GOFFMAN, 1963, p. 67)

Reconhecer-se como um ser único, dotado de identidade particular e que não segue a ordenação biológica coloca o sujeito trans na situação de particularismo, estigmatizado e subalternizado. Porém, o que os opressores não levam em consideração são os fatos biográficos. Podem reconhecer-se diferentes e reconhecer que o universal ou social é diverso, como diz Coelho

(2008, p. 01): é reconhecer “que as culturas são múltiplas e estão constantemente se reconfigurando”. Seguindo essa premissa, faz-se necessário “discutir e historicizar a visibilidade trans, com o intuito de desconstruir abordagens universalistas e naturalizantes que facilmente desembocam em enfoques patológicos” (JUSTA, 2006, *apud* COELHO, 2008, p 01).

Sobre essa visibilidade tão discutida em relação ao ser estigmatizado, particularizado e subalternizado, fica a questão tão bem feita por Coelho (2008). Ao discutir essa visibilidade, ao discutir esse outro, o autor questiona: “seria a visibilidade trans restrita ao enquadre do monstruoso e do aberrante? Que tipos de praticas têm sido feitas para a construção de uma visibilidade outra?” (COELHO, p. 208, p. 04).

Essas questões enquadram-se bem no tema desta dissertação, por possibilitar discutir sobre essas visibilidades, esses estigmas que são postos à realidade das pessoas trans. Segundo a autora, primeiro deve-se abandonar e refutar a ideia de que sua existência social seja nova. Isso significa libertar-se da imagem de grupo doente, que só pode aceitar projetos que o marca e marginaliza.

Entrando nesse assunto, podemos começar a discutir sobre o nome e seu uso para materialização social como pessoa trans, diferenciando-se do universal e trazendo à tona a discussão da construção de identidade de gênero das pessoas trans. Ao possibilitar-se que João seja Maria e que Márcia seja Mário, como se dão essas construções identitárias, como é feito esse reconhecimento social, como a questão do nome é assimilado pelas pessoas trans? Essas questões foram debatidas e discutidas com as próprias personagens, no decorrer da pesquisa.

1.2 UM NOME, NADA MAIS: A IMPORTÂNCIA DO NOME COMO FORMA DE AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DAS PESSOAS TRANS

Em Goffman (1963, p. 69), “um nome, então, é um modo muito comum [...] de fixar a identidade” e de reconhecer sua identidade social. É a forma que

se tem para confirmar-se socialmente. Diante disso nos casos das pessoas trans, em especial, as mulheres trans, visto que, minha inserção no espaço da pesquisa, dá-se em local onde todas as pesquisadas estão relacionadas ao gênero feminino.

Assim nome socialmente apresentado pelas mesmas e o nome de fato entram em choque com a realidade psicossocial delas, “uma vez que a diferença entre os símbolos sociais e os documentos de identidade é percebida, pode-se passar ao exame da posição específica de declarações orais que atestam linguisticamente, e não só expressivamente, a identidade social e pessoal” (GOFFMAN, 1963, p. 72).

Portanto, em relação às pessoas trans que fazem uso do nome social, aparentemente, há uma aceitação até que ao usar-se a documentação iniciam-se os separatismos e os preconceitos. Segundo o autor:

A descoberta prejudica não só a situação social corrente mais ainda as relações sócias estabelecidas; não apenas a imagem corrente que as outras pessoas têm dele, mas também a que terão no futuro; não só as aparências, mas ainda a reputação. O estigma e o esforço para escondê-lo ou consertá-lo fixam-se como parte da identidade pessoal. Daí o crescente desejo de um comportamento inadequado quando se usa uma máscara. (GOFFMAN, 1963, p. 76)

São essas discussões que esta pesquisa buscou contemplar, além de verificar como se dão essas construções de identidade, as reivindicações e os direitos e deveres das pessoas trans. Sobre a preocupação do direito referente ao nome, expõe Motta (2008), quando fala sobre a Dignidade da Pessoa Humana:

Ponderando valores, o princípio aristotélico da isonomia é outro dentre os tutelados pela CF/88, sobre o qual devem os iguais ser tratados igualmente e os desiguais desigualmente, na medida de suas desigualdades, para que assim uns não sejam preteridos ou privilegiados injustificadamente em relação aos demais. Este modo, a discriminação, com o gênero, é um fato, que pode ser justificado ou não. (MOTTA, 2008. p. 04)

Assim, fazendo um contraponto com as questões do direito e do reconhecimento da identidade trans, como explica o autor, ações que impossibilitam que a pessoa possa assumir socialmente sua identidade feminina vão de encontro ao direito de ser reconhecido como de fato apresenta seu gênero ao público. A discussão acerca da identidade sexual e da identidade de gênero apresentada pelas pessoas trans provoca no Judiciário

um novo olhar sobre essas questões. Cabe ao direito assegurar que essas pessoas não sofram ataques, não sejam alvos de ofensas e piadas em relação à sua identidade de gênero.

Mota (1999, p. 03) coloca que o “transexual é o indivíduo que se identifica como pertencente ao sexo oposto” e o transgênero identifica-se como a pessoa do gênero oposto ao seu, mas que não prioriza a mudança do sexo, sendo que as pessoas trans são “vítima de um desencontro fatal entre alma e corpo”. Relacionando especificamente, Wagner (2010) explica que.

Alma é ao mesmo tempo o grande mistério da cultura, a coisa que ela realça, busca, nutre e compele, e também a própria conversão que ancora o ator a seu mundo de invenção dialética, ela é não apenas o eu, mas a moralidade, não apenas a “pessoa”, mas também uma relação pessoal com o mundo [...] e, quando a alma é perdida, o único recurso que resta é restaurá-la, “encontrá-la” [...] e não coagi-la ou educá-la. Não se disciplina uma alma. (WAGNER, 2010, p. 157)

Segundo descrevem os teóricos aqui analisados, devemos, devemos reconhecer a constituição de inúmeras identidades, descoladas das práticas sexuais, desprendidas do sistêmico binarismo do sexo, que, há tempos, tenta formatar, enquadrar e sistematizar corpos, fundindo construções que vão além da engenharia sexual do corpo do homem e do corpo da mulher.

1.3 QUAL É SEU SEXO? O SEXO COMO FENÔMENO SOCIAL DA SOCIEDADE MODERNA

A constituição do ideário de uma engenharia sexual que formata o ser humano a ponto de dar limites e possibilidades ligadas à constituição da genitália é, no mínimo, um equívoco. Segundo Foucault (1984), o que existe para além da constituição sexual do corpo é a necessidade de usar o sexo enquanto ferramenta de poder sobre o outro. Trata-se do biopoder,⁹ que está

⁹ “De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a ‘norma’. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço. [...] A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma

ligado à necessidade social de um dos sexos sobrepor-se ao outro em relação à sexualidade.¹⁰ Louro (1997), sobre a sexualidade e o exercício social ligado a ela, dispõe que:

Os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem “viver seus gêneros e prazeres corporais” de muitos modos (WEEKS, *apud* BRITZMAN, 1996). Suas *identidades sexuais* se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*. (LOURO, 1997, p. 26)

Portanto, existe um descolamento da constituição sexual quando falamos de práticas sexualizadas e sexualizantes. Ser do sexo constituído macho ou fêmea não limita a relação sexual ao desejo de seu par, oposto ao seu. A prática do prazer, da busca pela realização sexual, está ligada ao campo do desejo. Foucault (1984) ainda vai exemplificar que a prática sexual se constitui muito além do genital. Expõe que há um conjunto de ações, que constroem no corpo o desejo, a descoberta do corpo num todo como campo de ação sexual, como instrumento do objeto do desejo ligado ao olfato, ao tato e ao paladar.

Louro (1997) reconhece que não existe identidade sexual ou de gênero “assentada” e acabada em si. O corpo e os desejos, assim como as relações sociais, são dialéticos, “as identidades estão sempre se constituindo, elas são

articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias da disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra.” (FOUCAULT, 2011, p. 300-302)

¹⁰ “O uso da palavra foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. Em suma, tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma ‘experiência’ tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma ‘sexualidade’ que abre para campos de conhecimentos bastante diversos, e que se articula num sistema e regras e coerções. O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência – se entendemos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade.” (FOUCAULT, 1984, p. 9-10)

instáveis e, portanto, passíveis de transformação” (LOURO, 1997, p. 27). Diante disto pensar a sexualidade não como fato do corpo biológico, mas como meio da construção histórica que o indivíduo dá a ao seu corpo, abre-nos os olhos às inúmeras relações sexuais possíveis. Segundo Britzman (1996):

Nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma *relação social* contraditória e não finalizada. (BRITZMAN, 1996, p. 74).

Dessa forma, estamos descolando nossa discussão do sexo real biológico. A prática sexual ligada à identidade construída do prazer ora pode ser normativa, ora pode ser diversa. Há uma provável estabilidade sexual ligada à constituição de uma heteronormatividade que é desestabilizada toda vez que se observa outras possibilidades de vivenciar práticas sexuais. Nesse sentido, Scott (1986) argumenta que é preciso *desconstruir* o “caráter permanente da oposição binária”.

Segundo a autora, uma das consequências mais significativas que emergem dessa discussão é que, diante da desconstrução, dessa oposição binária, assenta-se a possibilidade de compreender e incluir novas formas de vivenciar a masculinidade e a feminilidade. Essas novas formas emergem das constituições sociais de homem e de mundo, possibilitando, de forma dialética, desmontar e remontar uma identidade de homem trans¹¹ e mulher trans.¹²

Ao pensar a constituição da realidade de identidade social e psicosssexual das pessoas trans, adentramos no campo da sexualidade, sobre o qual pensamos uma nova e moderna forma de construir essas identidades pautadas no gênero, descoladas do sexo, mas que ora é um constructo

¹¹ Homem trans é homem que nasce biologicamente mulher, mas tem construída sua identidade social e psicosssexual na do gênero oposto ao seu.

¹² Mulher trans é a mulher que nasce biologicamente homem, mas tem construída sua identidade social e psicosssexual na do gênero oposto ao seu.

individual, ora é uma necessidade pública de reconhecimento de uma identidade sexual, fundindo sexo primário e gênero secundário.¹³

Pensando essa dicotomia estável e estática do gênero, as pessoas trans buscam romper com a norma. Ao se “enquadrarem” em um dos campos de gênero homem ou mulher, mesmo que ainda no campo do trans, acabam por desestabilizar uma ideia heterossexual que estaria, como diz Louro (1997. p. 34), “na visão de muitos, presente no conceito geral de gênero”. Pensando assim, a autora aprofunda dizendo que:

Na verdade, penso que o conceito só poderá manter sua utilidade teórica na medida em que incorporar esses questionamentos em que mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como “verdadeiras/verdadeiros” mulheres e homens fazem críticas a esta estrita e estreita concepção binária. (LOURO, 1997, p. 34)

Desta forma, as pessoas trans transgridem o campo social em virtude da sua construção psicosssexual. Há, porém, uma invisibilidade das relações sociais ligadas às identidades das pessoas trans. Assim, quando discutimos a realidade do gênero feminino, da construção social das pessoas trans, temos, segundo Bento (2008), atributos ligados à feminilidade, como a maternidade e a heterossexualidade, pautados na lógica do biopoder, em que a mulher é objeto abjeto do homem.

De acordo com a autora,

se o órgão qualificador e diferenciador do feminino é a vagina, se a vagina tem como funções a heterossexualidade e a maternidade, logo, toda a mulher tem vagina, e por este raciocínio as mulheres trans jamais sairiam da posição de incompletas. (BENTO, 2008, p. 29-30)

A discussão pontual é a de que, se existe uma constituição da mulher verdadeira, as pessoas trans que fazem uso dos objetos e adereços do mundo feminino, mesmo assim, se relacionadas ao sexo, estariam longe de uma construção real do mundo feminino. Temos, porém, de entender que a categoria “mulher”, segundo Bento (2008, p. 34), “não é uma identidade natural, mas uma categoria política que surge no marco do discurso

¹³ Ao chamar para essa discussão, acreditamos que sexo primário seria o ligado à biologia fundamentada na constituição do corpo; e gênero secundário seria a construção social e histórica que dá-se para além da constituição do corpo.

heterocentrado”. Assim estaríamos dicotomicamente construindo, corpos sociais sexuados e normatizados pela genitália, que produz conceitos, formata e estimula concepções sociais.

Ao vermos um recém-nascido e sentenciarmos “é uma menina”, não estamos apenas descrevendo uma situação social, mas produzindo concepções de feminilidades ligadas ao órgão genital. Dentro dessa categorização, estamos também falando de toda uma constituição social, cultural, histórica e moral da mulher, mãe, que amamenta, que protege, que cozinha, e costura, e alimenta, é dotada de delicadeza, de inocência, de fragilidade. Junto a essas significações sociais, ainda há limitações do corpo feminino em virtude do biopoder engendrado pelo sexo oposto. Dizendo que o corpo feminino é secreto e que partes dele nunca devem ser expostas com a finalidade de proteção, demonstra-se a total falta de liberdade sobre este corpo.

Sendo assim, pensando a constituição do ideário feminino construído pela heteronormatividade, fica implícito que a mulher é objeto do sexo opressor masculino. Porém, Ferreira (2010) nos chama atenção ao usar Simone de Beauvoir quando diz que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, fortalecendo o entendimento de que tudo é aprendido, até como ser mulher. Assim, o autor segue explicando que:

Nenhuma mulher é essencialmente mãe, essencialmente passiva, essencialmente romântica, essencialmente sensível. [...] essas características em nada têm haver com o sexo biológico de um indivíduo e não podem ser atribuídas a uma genitália. (FERREIRA, 2010, p. 29)

Temos segundo Bento que “o corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história de processo de (re)produção sexual”(2008, p. 38), e como elemento construído é dotado de tabus e elementos que o resignificam socialmente. Sendo formado por meio da sua historicidade, vive em plena desconstrução e reconstrução de si mesmo.

Estamos agora entrando na temática ligada à relação do corpo trans e seus símbolos. Por meio de que, ou de quem, as pessoas trans constroem seu corpo para dizê-lo feminino? O corpo fala; porém, necessita de ferramentas

que sejam entendidas pelo outro. Não se é mulher se não for feminina, ou, então, pode-se ser fêmea e não ser mulher.

O campo da engenharia do sexo *versus* gênero está fundido à afirmação social de identidades possíveis, identidades que são construídas a partir de uma vontade que não tem ligação direta com a realidade do corpo. O transgênero e o transexual, para poderem acessar a construção de suas identidades de gênero femininas e mulheres, precisam buscar no mundo da mulher, objetos que simbolizam a feminilidade, em função da busca por enquadramento e reconhecimento.

Pode-se ser mulher sem usar brinco, saia, cabelos compridos, esmalte, calcinha, maquiagem, salto alto e bolsa. Os elementos e adereços não constituem uma mulher, porém, como são elementos ligados à feminilidade, ao estereótipo da mulher verdadeira, construída a partir de uma ideia heterossexual de norma ao sexo feminino, as pessoas trans buscam uma aproximação ao gênero feminino por meio desses elementos e adereços.

A mulher é o elemento vindo da construção histórica do feminino, imbuída de objetos, adereços e elementos que são símbolos do grupo. Ao serem usados, dão significados, fortalecem as relações sociais no cotidiano. O gênero mulher constrói elementos de atuação com os seus pares e os seus iguais, sendo, que ao acessar esses elementos está também reformulando-se e resignificando sua presença nos espaços.

1.4 CORPO E IDENTIDADE: NADA ALÉM DO NORMAL

Não há nada de anormal quando falamos da constituição do corpo macho do gênero homem, ou do corpo fêmea do gênero mulher. Não há tabus que se instalam sobre corpos que constituem historicidade em conexão ao sexo. Porém, estamos discutindo em referência as pessoas trans.

Adentrando neste campo, observamos uma série de tabus relacionados à constituição do corpo como carne e objeto do indivíduo e a construção social de identidade de gênero que as pessoas trans vivenciam. Existe no projeto de constituição do gênero todo um emaranhado de significações que constituem

socialmente o que é entendido por mulher ou homem no mundo. Rodrigues (1975) afirma que, segundo Lévi-Straus (1949),

Modernamente, existe acentuada tendência a se encarar a vida social como um sistema no qual a razão de ser dos elementos que o constituem é significar; da mesma forma considera que a relação entre os elementos significantes são sempre produtoras de significação [...]. Lévi-Straus propôs uma abordagem da sociedade humana que tem por característica fundamental o postulado de que o comportamento humano e as relações sociais constituem uma linguagem. (RODRIGUES, 1975, p. 09)

Desta forma, o corpo trans é dotado de significações que, para além da biologia de seus indivíduos, contam da construção social que dá novos rumos à realidade histórica da pessoa trans. Estamos discutindo que a formatação heteronormativa impõe às pessoas atitudes antes mesmo que venham ao mundo predeterminando, ao saber sobre a constituição genital do corpo, que espaços ele ocupará na sociedade e que postura tomar nas mais distintas situações do cotidiano.

Precisamos reconhecer, como Louro (1997) exemplifica, que todos os espaços são normativos; a casa, a comunidade, a escola, o trabalho e a vida em geral trabalham em prol de manter a norma ativa, significando todo o dia o espaço de cada sexo, demarcando espaços, posturas e atos de corpos. Como afirma Foucault (1985), existe na sociedade uma forte postura de formatação do corpo, docilizando-o e impregnando-o de regras e ações ligadas às constituições genitais.

Neste campo, em virtude de a sexualidade falar por si, o autor deixa claro que “sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie” (FOUCAULT, 1985c, p. 137). Por outro lado, Rodrigues afirma que a vida social “fundamenta-se num conjunto de normas que estipulam, instituem e convencionam valores e significações que possibilitam a comunicação dos indivíduos e grupos sobre um terreno comum” (1975, p. 10).

Como conectar um sexo corpóreo a uma construção de identidade que, muitas vezes, rejeita a engenharia do genital? E quando este corpo não causa prazer? Como fundir um prazer sexualizado a um objeto de desespero e angústia? Sabemos que nem todas as pessoas trans negam o genital, porém, não são todas que administram bem o fato de o sexo falar algo que a mente

rejeita. O corpo é público e alimentado pelas relações sociais, pelas construções de identidade, pelo constructo dos gêneros. O sexo é íntimo particular, um segredo do homem, que está aparente em virtude da construção pública do gênero. Mas, e quando o público é construído em disparidade com o privado?

O homem aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. Este não está mais somente às voltas com sujeitos de direito sobre os quais seu último acesso é a morte, porém com seres vivos, e o império que poderá exercer sobre eles deverá situar-se no nível da própria vida; é o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo. (FOUCAULT, 1985c, p. 134)

Dessa forma o autor retoma a discussão sobre o poder do indivíduo em produzir uma historicidade descolada da construção genital do corpo. O indivíduo possui poder sobre si e, assim, produz significados e significações que constroem gêneros públicos em descompasso com sexos privados, mas que constituem ações e reações. Então, Rodrigues (1975), relendo Lévi-Strauss (1949), afirma que

Entende presença e atribuição de sentido, ou seja, o reconhecimento de que em sutis diferenças e nuances de olhar, de posturas, de maneiras, de cumprimentar, de atividades econômicas, de procedimentos rituais, exprime-se em juízo acerca das relações que existem entre quem se olha, se comporta, se cumprimenta, trabalha ou age, e acerca do relacionamento entre estes e os outros que não se relacionam diretamente. (RODRIGUES, 1975, p. 10)

Assim, temos diante da realidade das pessoas trans um fato que decorre da vida social em comunidade: dotada de regras e normas heterossexuais, diz que o indivíduo está desviando da norma e, como desviante, deve ser puxado e formatado. Porém, o indivíduo, ao significar-se enquanto pertencente do gênero oposto ao seu sexo, chama a comunidade a repensar a importância das relações sociais, que são à base da sociedade. Nesse sentido, temos que, enquanto “diferentes”, as pessoas trans são estigmatizadas, marginalizadas e cotidianamente sofrem agressões sociais em virtude da desconstrução do

corpo ligado ao sexo e da reformulação de uma nova forma de dizer sobre si ao mundo.

Em relação à forma de apresentação social da pessoa trans ao outro, adentramos no campo do tabu, do impossível e do improvável. A interação social decorrente desta apresentação é dotada de ações que provocam reações já que “a sociedade não é simplesmente uma ‘coisa’, mas uma *construção* do pensamento” (RODRIGUES, 1975, p. 10).

Essa construção é dotada de valores, crenças e expectativas, de modo que podemos dizer que, em relação ao corpo, hoje a sociedade entende as intervenções como silicone e cirurgias plásticas. Porém, quando falamos de intervenções ligadas à mudança do gênero, como hormonização, implantes ou retiradas de parte do corpo, resignificando o corpo, neste campo, ainda é considerado um tabu, não aceito pela sociedade. Assim, é explicitado:

Para Douglas (1918), Lerch (1943) e Turner (1969), onde o sistema reconhece posições explícitas e definidas, reconhece também poderes controlados, conscientes e apavorados; onde o sistema é ambíguo e hesitante, poderes incontrolados, inconscientes, desaprovados e perigosos. Tudo o que representa o insólito, o estranho, o anormal, o que está à margem das normas, tudo o que é intersticial e ambíguo, tudo o que é anômalo, tudo o que é desestruturado, pré-estruturado e antiestruturado, tudo o que está a meio caminho entre o que é próximo e predizível, e o que está longínquo e fora de nossas preocupações, tudo o que está simultaneamente em nossa proximidade imediata e fora de nosso controle, é germe de insegurança, inquietação e terror, converte-se imediatamente em perigo. (RODRIGUES, 1975, p. 15-16)

É possível perceber que, com relação ao diferente e ao estranho, a sociedade busca alternativas de jogar à margem, marginalizando o outro em virtude de um provável caminho correto. As pessoas trans que fazem uso de instrumentos plásticos e hormonais (algumas vezes são acompanhados, mas, em sua grande maioria, são feitos na marginalidade, correndo riscos em busca de uma adequação do corpo, de uma aceitação de si enquanto indivíduo, de um enquadramento social que diga sobre elas a verdade que habita no seu interior) nem sempre são aceitas por essa sociedade punitiva, que não busca compreender o diferente.

O tabu é tornado invisível à sociedade, na busca de manter a norma ativa. Assim, Rodrigues diz que “o tabu isola tudo o que é sagrado, inquietante, proibido, ou impuro; estabelece reserva, proibições, restrições; opõe-se ao

ordinário, ao comum, ao acessível a todos” (1975, p. 26). O tabu é dotado de espaços e objetos sagrados, como o corpo e a sociedade, e ações profanas como as transgressões do corpo.

As pessoas trans, ao fazerem uso de ações que permitem a mudança do corpo, estão no campo do sagrado, profanando seus corpos e dando novas delimitações a eles, são vistas pela sociedade, que entende a partir de sua religiosidade, como que afrontando as construções divinas de homem e mulher; desconstruir-se, então, é profanar sua constituição, é ir contra o que foi designado. Então:

Na mente dos indivíduos, o sagrado e o profano são maneiras de serem as coisas. Duas modalidades de ser no mundo: tudo o que é objeto de interdição é sagrado, ao passo que o profano é aquilo a que estas interdições se aplicam. Eis a mais simples definição: o Sagrado e o Profano são completamente diferentes e opositivos. (RODRIGUES, 1975, p. 24)

Segundo Bento (2013) todos nós estamos interferindo o tempo todo no corpo; no momento em que pintamos a unha, cortamos o cabelo, estamos interferindo na ideia de um corpo natural. As pessoas trans fazem estas interferências como todos em algum momento fazem; o ponto da discussão é que, para a sociedade, elas interferem em partes do corpo que são consideradas sagradas, como a vagina, o pênis e os seios, lugares que, supõe-se, definem quem nós somos.

2 QUE MOVIMENTO É ESSE? A CONSTITUIÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA DO MOVIMENTO LGBTT

O presente capítulo propõe-se a trazer à discussão a temática do movimento social no país, com ênfase no movimento homossexual. Por meio da questão central, “Que movimento é esse?”, viso abordar a construção do movimento LGBTT, sua gênese, sua história, seu percurso de luta e a atualidade das conquistas obtidas.

Seria possível uma outra realidade do movimento LGBT? Movimento esse que atua diretamente com ações que envolvem os direitos sociais da comunidade *gay*. E como o movimento entende uma sigla tão diversificada? Outros assuntos perpassam pela nomenclatura LGBTT.

Assuntos como o direito, à inserção social e a questão de sexo/gênero são abordados. O principal enfoque deste capítulo está ligado diretamente às reivindicações das pessoas trans, às lutas de classe e à exclusão social que os personagens sofrem diante da sociedade capitalista, opressora, que cotidianamente seleciona e separa o que é “bom ou mau”.

Pensar a atuação dos movimentos sociais na atualidade exige um olhar voltado à politização dos movimentos que entendem suas atuações nos espaços sociais não só como meros reprodutores de políticas públicas, mas também como construtores de novos direitos.

Assim, segundo diferentes autores (SCHERER-WARREN, 1984; FOWERAKER, 1995; CHAZEL, 1995; GOHN, 1997), os movimentos sociais estão ligados intrinsecamente a mobilizações e reivindicações que envolvem lutas particulares, pontuais e específicas, ou grandes projetos de mudança social. Ações essas que têm grande presença na construção histórica da sociedade.

Preocupamos-nos neste capítulo em voltar o olhar para a construção do movimento social, enfocando sua gênese, para poder reconhecê-la mais tarde no debate sobre o movimento LGBTT. Discutindo como se dá o movimento social voltado à comunidade homossexual, como ele se constitui na atualidade,

e mais tarde, encaminhar nossas discussões ao movimento das pessoas trans, às lutas e às problematizações em virtude da realidade que emerge das discussões sociais advinda do cotidiano.

A preocupação com a historicidade do movimento social visa ao entendimento do tema e de como o mesmo se reestrutura no decorrer das últimas décadas. Perguntando ao tema centralizador, “Quem é ele?”, questionando-o para que, com isso, seja possível olhar com mais profundidade a construção social e histórica dos movimentos que chegam hoje mais amadurecidos, provocando reflexões e fazendo o chamamento da sociedade a pensar e discutir sobre os seus direitos.

A discussão com o movimento LGBTTT possibilita observar a transformação da sua caminhada, durante seus 20 anos, reconhecendo-o como um provocador da sociedade que promove um processo de ruptura com a norma heterossexual, instigando questões sobre sexo/gênero/identidade e fazendo a sociedade repensar os paradigmas sociais que tanto a cercam e a limitam.

Por fim, trago a observação de algumas conquistas do movimento LGBTTT, possibilitando um olhar histórico sobre ele e sobre sua efetiva ação voltada à comunidade, não só com conquistas sociais, mas conquistas que se assentam no direito e no compromisso ético que este movimento tem para com sua comunidade.

Esse processo possibilita perceber o amadurecimento do movimento e o reconhecimento da luta cotidiana contra a ordem social que exclui, em virtude de orientação sexual e identidade de gênero.

2.1 QUE MOVIMENTO É ESSE?

Antes de discutir o movimento LGBTTT em suas especificidades de atuação, faz-se necessário analisar a formação histórica do que seria um movimento social, como nascem os movimentos sociais, as organizações não governamentais e o terceiro setor na nossa sociedade. Só assim será possível, então, discutir o movimento LGBTTT de forma mais clara, podendo fazer um

comparativo com outros movimentos existentes, facilitando, com isso, a observação do processo de amadurecimento do movimento LGBTTT na sociedade.

Para entender os movimentos sociais no seu contexto geral, é necessário compreender que nascem no processo de disputa contra o predomínio de uma massa dominante, que, de alguma forma, nega direitos aos grupos considerados minorias sociais. Dessa forma, os movimentos sociais tomam corpo, no contexto de luta contra a formatação do direito de grupos dominantes que se julgam possuidores do “poder” de ordenar todo o contexto social.

Segundo Gohn (2008) e Mutzenberg (2012), os movimentos sociais surgem com força no Brasil na década de 1960, a partir da resistência ao golpe militar. Assim, Mutzenberg (2012) explica,

A presença de movimentos sociais no Brasil, particularmente a partir dos anos 1970, canalizaram diferentes categorias sociais em torno de diferentes temáticas e/ou orientações, construindo espaços de participação política em seu sentido mais amplo, portanto não restritos ao âmbito institucional, e formaram uma geração de lideranças que se mantém ligada aos — movimento ou exerce atividades em diferentes espaços da sociedade civil e da sociedade política. (MUTZENBERG. 2012, p. 3)

O que fica claro na discussão sobre movimentos sociais é a grande força que eles têm de impulsionar as discussões acerca de inúmeros assuntos. Segundo Cabral (2009), durante a ditadura militar, a ordem era limitar direitos políticos e sociais de grupos que possuíam liderança na sociedade para impossibilitar discussões que pudessem ir contra a hegemonia militarista.

O que se vê com o surgimento dos movimentos sociais nesse período é a grande eclosão do debate acerca do direito e da retomada da redemocratização. Segundo Faleiros (2005), os movimentos sociais foram pouco a pouco manifestando-se, rompendo com a ordem social, repensando suas participações na sociedade e discutindo qual sociedade queriam para o futuro.

Conforme Ziebell (2005), paulatinamente, operários, estudantes, mulheres, professores, profissionais liberais, políticos e artistas atuaram no sentido de romper com o sistema militar, possibilitando, então, a retomada da

democracia no país. Em 1988 com o movimento “Diretas Já”, o país é chamado para a redemocratização social da política e dos direitos antes cerceados pelos militares. Com a redemocratização, os movimentos transformam-se e são convocados a repensar seu núcleo. Cardoso (1994), explica que,

O processo de redemocratização possibilitou a conquista de novos espaços de participação política numa escala crescente, iniciada em nível municipal e que progressivamente se efetivam em nível federal. Esses espaços contemplaram várias áreas (mulheres, negros, indígenas, crianças, saúde, habitação, desenvolvimento rural, assistência social etc.), ampliando, redefinindo ou criando novos espaços de gestão das políticas públicas. Mesmo que, inicialmente, isso tenha ocorrido de forma fragmentada, abriu caminhos para a redefinição da relação entre sociedade civil e o Estado por meio da criação, por exemplo, dos conselhos participativos. (CARDOSO, 1994, p. 83)

Assim, o trabalho da sociedade civil organizada, no início da década de 1990, conduz esses movimentos sociais a articularem-se através de organizações não governamentais (ONGs). O que percebemos com clareza nesse período é, novamente, a segmentação social dos movimentos, que agora não lutam por um direito em comum, mas por direitos sociais.

O Movimento dos Sem-Terra (MST), segundo Gohn (2003), luta por assentamento e terra a todas as famílias que o compõe. O movimento feminista luta, entre outras tantas coisas, pela inserção da mulher no mercado de trabalho, com direitos iguais aos dos homens. Os movimentos dos sem-teto lutam pelo direito à moradia. E, nessa lógica, surgem movimentos como das mulheres negras, dos homens negros, da criança e do adolescente, dos desempregados e movimentos sociais GLS (GOHN, 2010).

É nesse momento (início dos anos 1990) que há um enfraquecimento dos movimentos sociais no processo de disputa contra o Estado. Gohn (2003) pontua que o MST é o único movimento social que, em mais de 20 anos de redemocratização, nunca deixou de reivindicar seus direitos. Assim, na efetivação da redemocratização, alguns movimentos perderam o foco de luta, uma nova forma de atuação ligada à mundialização¹⁴ do mercado e da economia. Martinelli (2006) afirma que,

Neste período transitório de regimes de governos, tem-se a implementação das políticas econômicas de recorte teórico

¹⁴ Ver em Ianamoto (2008).

neoliberal. Consequentemente, sob a égide da economia do mercado, o surgimento de organizações que supririam as demandas da questão social. Concomitantemente, houve a implementação de um sistema de proteção social com uma série de políticas sociais. Em 1999, consolida-se a aprovação da lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (Brasil, 1999), sendo um meio para efetivar parcerias entre o setor público e o privado. (MARTINELLI, 2006, p. 2)

Castro (2001) discute que, quando os gestores das ONGs, percebem que esta nova lei, “seria” algo lucrativo financeiramente e que poderiam “ser” Estado, por meio de verbas concedidas, sem estar propriamente dentro do Estado, acabam por usar esta nova forma de ação, como uma faceta de atuação dos movimentos sociais. Assim Martinelli (2006) explica que,

Em vista da conjuntura societária, surgem novas possibilidades e, junto disso, a necessidade de efetivação das propostas da “contrarreforma” do Estado, descentralizando o que antes era de responsabilidade do mesmo para as organizações da sociedade civil. Sob essa perspectiva, desencadeia-se a discussão das relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil. O espaço a ser tratado é representado pelas OSCIP. Discute-se a efetivação de políticas sociais nestes espaços. (MARTINELLI, 2006, p. 05)

Castro (2001) e Gohn (2008) afirmam que com a forte inserção do neoliberalismo e o fortalecimento do capitalismo social, os movimentos e as ONGs retomam o olhar para si e repensam novamente seus trabalhos diante da sociedade e, então, renovam sua forma de atuar. É nesse contexto que surge o que conhecemos por terceiro setor, que nada mais é do que a mercantilização do trabalho social das ONGs e dos movimentos sociais. É uma forma muito bem estruturada de atuar como empresa, trabalhando para o Estado em nome da sociedade civil.

Segundo Imamoto (2008), essa mercantilização do trabalho das ONGs ditas do terceiro setor fortalece a corrupção e o desvio de verbas destinadas aos trabalhos sociais, o que possibilita o enriquecimento indevido de muitos agentes sociais que deveriam estar trabalhando contra o processo de exclusão social dos grupos minoritários.

Dessa forma, os projetos que estavam no núcleo de processos que, de alguma forma, não era atendidos pelo governo, que não consegue disponibilizar acesso a todos, nomeia direitos de atuação a classes menos favorecidas, injetando dinheiro nas ONGs que atuam como terceiro setor.

O que fica evidente nesse processo, segundo Gohn (2008), Castro (2001), Martinelli (2006), Carvalho (2008) e Iamamoto (2008), é a venda de mão de obra barata e de trabalho eficaz. Mas, será mesmo que o trabalho é eficaz e eficiente no processo de fetichização¹⁵ do trabalho no terceiro setor? Se o mesmo não é convocado a relatar e documentar o processo de manuseio da verba pública.

Percebe-se, como Castro (2001) pontua, que o fortalecimento do neoliberalismo, no final do século XX e início do século XXI, chama mais uma vez o movimento social a repensar se realmente estava sendo concreto e atingindo suas demandas sociais, solicitadas pelas comunidades pobres, pelos excluídos do sistema ou pela reivindicação das minorias, como mulheres, crianças e adolescentes e movimentos de diversidade sexual (Gohn, 2010). Assim, Mutzenberg afirma:

Esse novo quadro, além de ter desafiado os atores sociais a se posicionarem diante de uma crise discursiva, colocou desafios teóricos e analíticos para interpretação das ações coletivas e a pluralidade de agentes/atores presentes no cenário político recente e a sua interconexão entre si e com o Estado/Governo. Esse debate levou a um deslocamento do campo temático dos movimentos sociais para a análise conceitual e das práticas democráticas. Daí também uma confluência das temáticas – sociedade civil, democracia, participação, cidadania, descentralização, cultura política. (MUTZENBERG, 2012, p. 10)

Nesse contexto, segundo Gohn (2008), os movimentos sociais retomam a discussão sobre seu trabalho e são chamados ao protagonismo social, pensando na sociedade civil, como processo de reivindicação do direito civil dos grupos menos favorecidos, libertando-se do processo de mercantilização do trabalho, voltando o olhar para o direito social dessas comunidades.

Olhando para si mesmo e retomando a sua voz frente às realidades sociais presentes, o movimento social repensa nestes últimos cinco anos o que Gohn (2008) chama de protagonismo social, perdido durante mais de 15 anos.

Que movimento social queremos? O que cada um está pedindo? Quem são esses movimentos sociais? Quais suas reivindicações? Que extrato social representam? Como exemplifica Gohn (2008), essas são as novas questões do novo movimento social, que, ainda fragmentado, encontra-se retomando um

¹⁵ Ver no livro *Serviço social em tempo de capital fetiche*, de Iamamoto (2008).

protagonismo que permite, ao mesmo, a promoção da reflexão e a discussão sobre os direitos das minorias e do processo de emancipação social das comunidades atendidas.

Ressurgem nesse processo, segundo Gohn (2010), coletivos sociais não mais preocupados com a captação de recursos, mas preocupados com outras formas de emancipar socialmente os ditos “excluídos” ou “pobres”. Mutzenberg (2012) afirma que

no Brasil tem crescido, nos últimos anos, manifestações e confrontos políticos na busca de novos mecanismos de participação e influência política que denotam limites das formas institucionalizadas e um conjunto de demandas reprimidas. (MUTZENBERG, 2012, p. 12)

Esse novo movimento social passa a trabalhar em redes solidárias e se entende não mais como mero reprodutor de benfeitorias estatais, mas como promotor de direito, como coparticipante da nova realidade social, em que os movimentos sociais se inserem como mediadores entre Estado Democrático de Direito¹⁶ e o processo de reivindicação do direito a este Estado. Possibilita a indignação, a reflexão e o amadurecimento de ideias que, pouco a pouco, vem a dar garantias de direitos às comunidades atendidas, não mais em âmbito local, mas com direitos sociais que atingem um número elevado de pessoas. Assim, segundo Moraes (2007),

Entendemos que o Estado Democrático deve ser transformador da realidade, ultrapassando o aspecto material de concretização de uma vida digna para o homem. Este Estado age como fomentador da participação pública em vários seguimentos. O Estado deve sempre ter presente a ideia de que a democracia implica necessariamente a questão da solução do problema das condições materiais de existência. (MORAES, 2007, p. 03)

Discutir como surge o movimento social LGBTTT exige uma leitura que perpassa o movimento feminista, os movimentos sexistas e a questão da educação como movimento social, para, enfim, entender a construção social do movimento LGBTTT. Segundo Gohn (2010), o movimento homossexual nasceu da luta travada pelo movimento feminista, na luta contra a hegemonia e a

¹⁶ “O Estado Democrático se funda no princípio da soberania popular que ‘impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, participação que não se exaure como veremos, na simples formação das instituições representativas, que constituem um estágio da evolução do Estado Democrático, mas não o seu completo desenvolvimento.” (SILVA, 2010, p. 26)

dominação do sexo “macho”, que, na disputa e dominação do gênero, subjuga o feminino.

Nessa perspectiva, assenta-se a construção do movimento social homossexual pautado na discussão feminista sobre o gênero e nas questões que envolvem a livre expressão sexual. Porém, o movimento gay articula seu discurso voltado à livre orientação sexual, baseando-a na lógica pautada pelas feministas, quando discutem gênero e dominação por meio do paradigma sexual.

Portanto, Gohn (2010) exemplifica que discutir o Movimento LGBTTT traz a necessidade de entender um processo histórico de luta contra a normatização heterossexual, que perpassa o movimento feminista através de questões como liberdade de expressão, direito à inserção no mercado de trabalho e educação.

É necessário trazer para a discussão questões como: Quem são esses atores sociais? Que conquistas surgem com o movimento? Como se caracteriza o processo de construção de identidade do movimento no decorrer da sua história?

Sabemos que o movimento LGBTTT no Brasil é o mais jovem dos movimentos sociais a participar da luta social enquanto movimento, com pouco mais de 20 anos. Os agentes participantes foram, ao longo desse período, politizando-o e construindo pouco a pouco uma identidade social.

Segundo Gohn (2008), os movimentos sociais são compostos por “Sujeitos sociais coletivos que produzem movimentos sociais” (GONH, 2008, p.93). É nessa perspectiva que a participação social se inicia e esse momento histórico exige reorganizações do seu núcleo do movimento, a fim de buscar a conscientização sobre categorias como cidadania, cultura política, participação, identidade, reconhecimentos, autonomia, direitos culturais, comunidade, território, capital social, sociedade civil e exclusão, inclusão e equidade social.

Portanto, o que temos é que há uma pluralidade de categorias que possibilitam ao movimento social um amadurecimento de suas ações. A conscientização e o reconhecimento da participação perpassam todas essas categorias, demonstrando que a constituição do movimento social não se dá

somente em questões individuais, mas coletivas, porque a constituição do direito deve ser aplicada na sua pluralidade.

2.2 O MOVIMENTO LGBTTT EM DEBATE: A DISCUSSÃO DA CONSTRUÇÃO DE SEXO/GÊNERO E A CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO MOVIMENTO E SEU AMADURECIMENTO

Não é nada fácil iniciar a discussão de uma temática tão complicada quanto as questões que abrangem o movimento LGBTTT. Gohn (2010, p. 94) expõe que “Faz diferença acabar com a indiferença”. Sim, é necessário acabar com a indiferença, mas ao mesmo tempo esta afirmação suscita inúmeras discussões acerca do que realmente é o “diferente”?

Assim, Prado e Machado (2012, p. 83) afirmam que “a modernidade é indiferente à diferença”, o que leva a crer que nem sempre a diferença causa certa estranheza. Porém, a recorrente indiferença é, possivelmente, o que alimenta a militância dos movimentos gays, não só no Brasil, como no mundo todo. Dessa forma, os autores pontuam:

Com a expansão dos processos de modernização, temos visto uma considerável ampliação dos princípios democráticos no que diz respeito à sexualidade e às diferenças sexuais, mais especificamente aos comportamentos sexuais não heterossexualmente orientados. Embora longe de termos respostas satisfatórias aos paradoxos postos pelas hierarquias sociais contemporâneas, consideradas hoje como relações de igualdade e diferença, percebemos transformações nos discursos científicos, legislações nacionais e práticas sociais que definem a identidade social e a cidadania de homossexuais e outras minorias. (PRADO; MACHADO, 2012. p. 83)

Possivelmente, a luta contra a afirmação de conceitos morais e direitos sociais alimenta a base do movimento homossexual, que busca por novos eixos de radicalização dos princípios da igualdade e liberdade. Grande parte dessas conquistas emerge por meio da militância, que se articula em torno das demandas do segmento e que, durante sua própria existência, politiza novos espaços da vida social, produzindo rupturas sociais impensadas anteriormente.

Esse processo de ruptura com a norma é o caminho de ir de encontro com a cultura heteronormativa estabelecida historicamente. Mas, porque dizer

que o preconceito foi constituído pela cultura? Porque questões sexuais com essa forte separação por sexo e gênero surgem da dominação religiosa.

Segundo Louro (2006), o sexo e o gênero eram algo tão secundário em instituições antigas que não eram fontes para a repressão. E de onde surgem as primeiras distinções entre **macho** e **fêmea**? Surgem da construção de uma ordem social que diz que um é mais forte do que o outro e que, portanto, torna-se “dono” desse mais fraco, limitando a casa e os cuidados com a prole, no caso, a ela, e a caça e o sustento dessas “famílias” a ele.

Segundo Foucault (1984), essa normatividade biológica é usada para disciplinar a sociedade, separando macho e fêmea e criando, com isso, um sistema normativo de ordenação sexual, que limita as ações dos distintos gêneros, afirmando que existem ações específicas de atuação social de cada um. Assumir características do outro gênero foge à norma.

Assim, entram em cena, no contexto do movimento homossexual, discussões como “gênero”, que é para além de sexo biológico, desmistificando os elementos elencados ao homem e à mulher. Assim, segundo Louro (2006), o que possivelmente notamos é como nesses meandros a educação vai constituindo uma forma de agir e pensar a sociedade em que vivemos.

Desta forma, Louro (2006), exemplifica que a pedagogia da sexualidade impõe o que será público e o que será privado, sendo que o privado se constitui no silêncio do que não pode ser dito, e o público é ordenado pela ideia de um “homem perfeito”. Assim, todos seguem uma normatização social e, mesmo sem entender esse paradigma, reproduzem-no incansavelmente no cotidiano.

Dessa forma, espaços como as escolas educam seus alunos a serem “heterossexuais”, alimentando uma divisão social de gênero, assentada no poder do sexo forte sobre o sexo frágil. Possivelmente, há uma educação que pretende passar a forma de ser homem e a forma de ser mulher no mundo, mesmo sem entendê-las efetivamente.

Foucault (1984) explica que há inúmeras formas de viver a sexualidade e, portanto, são inúmeras as formas de ser homem ou mulher efetivamente. Assim, ser homem e ser mulher não pode ser algo firmado apenas na ordem

biológica. Dessa perspectiva da discussão acerca do tema “homem e mulher” nascem discussões sobre os direitos da comunidade homossexual.

Segundo Prado e Machado (2012), o movimento homossexual possui três momentos importantes, que justificam o início da organização e o surgimento do movimento. Primeiramente, o surgimento de organizações e personalidades em países da Europa, no século XVIII, tomando corpo e visibilidade em meados do século XIX. O segundo momento tem ligação com o movimento “homófilo”, que teve início após a Segunda Guerra Mundial e terminou no início de 1969, quando, em Nova York, em Stonewall Riots, tiveram lugar as primeiras resistências e a expansão do movimento “lesbigay” – e se refere especificamente aos movimentos atuais.

Segundo Prado e Machado (2012), de modo geral, militantes e pesquisadores afirmam que as ações iniciadas em 1969 seriam o ponto de nascimento do movimento gay contemporâneo, que, tomado do discurso contra a opressão sobre a orientação sexual, criou estratégias e concepções políticas de apropriação do mundo público.

No Brasil assim como em outros países da América do Sul, o movimento organizado “guei” tem seu início pautado na influência direta das experiências do movimento nos Estados Unidos e na Europa. Prado e Machado (2012) afirmam que vários dos primeiros militantes tiveram contato direto com a militância fora do país e, depois, trouxeram-na ao Brasil.

Segundo Gohn (2006), Prado e Machado (2012) e MacRae (1990) e Rodrigues (2005), o movimento tem início em 1978, com o jornal “Lampião de Esquina”, em São Paulo, e o grupo Somos, configurando o marco da atuação política dos homossexuais no Brasil, nesse período ainda não constituído enquanto movimento social, mas como forma de discutir a dominação e repressão à livre expressão sexual, em um tempo em que a ditadura militar imperava.

O movimento feminista inspira o movimento homossexual no reconhecimento do discurso e da luta, não apenas pautada no esquerdismo dos movimentos, mas reconhecendo a diversidade das lutas. O grupo Somos foi marcante no contexto dos movimentos homossexuais por ser o primeiro a

centrar suas discussões em torno de questões políticas. Assim, segundo MacRae,

A grande novidade foi o surgimento de uma nova atitude que, deixando de lado certo sentimento de culpa, até então bastante comum mesmo que entre os homossexuais mais notórios, passou a reivindicar um espaço de respeitabilidade pública para a homossexualidade. (MACRAE, 1990, p. 95)

Assim, juntamente com o jornal *Lampião de Esquina* e o grupo *Somos*, houve uma conscientização da necessidade de um alargamento da militância homossexual no Brasil. Dessa forma, grupos como o das lésbicas, em 1983, criam dentro do movimento a primeira discussão sobre a diversidade do grupo em suas atuações. Porém, Gohn (2006) e Prado e Machado (2012), afirmam que na década de 1980 o movimento organizado entrou em declínio. Vários são os motivos desse enfraquecimento, que estão pontuados no

Fim do jornal *Lampião de Esquina*, falta de recursos e infraestrutura dos grupos, inexperiência, ineficiência em mobilizar militantes, a crise econômica e, entre diversos outros, o fim da ditadura militar, que demandava uma reestruturação das estratégias militantes, ao mesmo tempo que dava a impressão de que o país se redemocratizaria naturalmente. Essa impressão era ainda reforçada pela diminuição considerável da repressão e do preconceito pela via do mercado. (PRADO; MACHADO, 2012, p.111)

Porém, segundo Gohn (2006), Prado e Machado (2012), Facchini (2005), MacRae (1990) e Câmara (2002), foi com o advento do vírus HIV/AIDS que o movimento teria encontrado seu maior obstáculo, já que a doença foi designada como o “câncer gay”, imputando à comunidade homossexual o que Goffman (1988) chamou de estigma social de “doente”.

Mesmo depois de muitos anos, com a comprovação de que a doença não é de um único grupo, o estigma se assenta na comunidade, deflagrando, com isso, segundo Zanatta (1997), “uma corrosão da mesma”. Após a redemocratização, em 1988, e início dos anos 1990, a comunidade retorna à cena social, reivindicando o direito a liberdade sexual e, mesmo depois do choque e da estigmatização do vírus da AIDS, surge, enfim, o movimento formado e organizado.

Há 20 anos, o Movimento LGBTT luta contra a hegemonia heterossexual, propondo a liberdade sexual, os direitos homossexuais e igualdade de direitos. Atualmente, o incipiente movimento “GLS” se diversifica

como uma colcha de retalhos, em que diferentes identidades entrecruzam-se na luta por direitos. A atual sigla comporta em seu núcleo lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, transexuais e intersex, constituindo-a como a mais diversificada sigla social LGBTTI.

Atualmente, o movimento social intitulado “Movimento LGBTT” vem nesse processo de protagonismo social, reinventando-se e reestruturando-se na luta contra a heteronormatização e a hegemonia dominante, incluindo direitos sociais que vão além da luta inicial.

Nesses últimos dez anos ganhou visibilidade, a valorização da identidade de gênero e sexo e a conquista de direitos que possibilitem a todos o reconhecimento de alguns direitos sociais garantidos aos heterossexuais, como o casamento, novas configurações de família e, por fim, a luta cotidiana contra a homofobia, a transfobia e a lésbofobia.

2.3 MOVIMENTO HISTÓRICO: AS CONQUISTAS SOCIAIS DO MOVIMENTO LGBTT NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

O movimento social LGBTT conquistou durante todo esse período espaço na sociedade atual, não mais como um movimento baseado na disputa de outros movimentos existentes, mas como um movimento protagonista, com suas temáticas próprias e suas reivindicações pontuais.

Taques afirma que “a disputa entre capital X trabalho presente em todos os extratos sociais é o tema do novo movimento LGBTT” (2007, p. 12), que ainda possui foco na saúde, fazendo projetos e campanhas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, comportando projetos de prevenção do HIV/AIDS, hepatites virais e outras doenças relacionadas. Então, a orientação sexual é ponto de diálogo; porém, existe um aprofundamento nas ações que não permanecem somente na superficialidade da luta ao direito da liberdade sexual.

Assim, o novo movimento LGBTT tem voltado suas discussões para a inserção no mercado de trabalho, a proteção dos direitos sociais, a defesa incansável dos direitos humanos e a descriminalização da comunidade nos

diferentes espaços sociais que ocupam. Gohn (2006) afirma que “Gays, lésbicas, transexuais e transgêneros não são apenas discriminados. Eles são criminalizados, alvos de atentados à vida, são perseguidos e morrem em atentados de grupos fascistas e nazistas” (GOHN, 2008, p. 99).

Nessa perspectiva, o movimento ao longo dos últimos dez anos, politizou-se, a fim de entrar na disputa pelo direito e pela segurança da comunidade. Segundo informações da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais), em referência a essas novas atuações do movimento, o que podemos observar é que nesses 20 anos ele não só possibilitou a discussão sobre a liberdade sexual, mas também a reflexão de alguns assuntos como direito previdenciário, casamento, sucessão de bens e outros.

Além disso, muitas coisas estão sendo constituídas ao longo desse tempo em que o movimento vem atuando, desde as paradas do orgulho *gay*, em 1996, com 500 participantes, na Avenida Paulista, em São Paulo. Hoje, essa é a passeata de maior expressão no país, chegando a ter quatro milhões e meio de pessoas em 2011 e movimentando cerca de dois bilhões de reais em uma semana de atividades na Grande São Paulo.

O movimento social LGBTT, além da parada do orgulho *gay*, consegue a primeira conferência GLBT (*gays*, lésbicas, bissexuais e travestis), em 1998, chamando a atenção para a discussão acerca da preocupação com a proteção social da comunidade, invocando para si direitos que antes eram constituídos apenas para heterossexuais, como o direito ao casamento, provocando a sociedade normatizada pela lógica heterossexual a pensar sobre outras identidades possíveis.

Nessa última década, o movimento atuou efetivamente como agente promotor de direitos, criando projetos e sistematizando processos judiciais que abrem precedentes a toda a comunidade, como, por exemplo, o direito a pensão por morte em 2001, que, mais tarde, em 2003, entra na reforma previdenciária já como legislação específica que dá garantias de direito a casais homoafetivos. Outra conquista do movimento é a cirurgia de readequação sexual a transexuais femininas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde 2004. Mesmo que, ainda em passos curtos, o movimento vem

discutindo uma variedade de assuntos, como a mudança do nome dos transgêneros e transexuais.

A discussão fortemente mostrada pelo movimento e o processo de exclusão que a comunidade sofreu por muitos anos pode ser comparado às lutas da comunidade negra por reparação. Porém, Taques (2007) diz que “em nenhum momento a comunidade LGBTTT reivindicou oficialmente políticas de cotas” (p. 147), pois entende que o direito do movimento é um direito “mitigado”.

Em acordo com este pensamento em torno de exclusão e inclusão, Pinto (2004) diz que a inclusão se faz por meio da reafirmação do condicionante da exclusão, obrigando o rearranjo dos que já estavam incluídos. Seguindo este mesmo tom de discussão, Castel (1995) entende que não podemos nos enganar com os processos de exclusão e inclusão, pois se assentam em um terreno arenoso e cheio de armadilhas. É nesse processo de inclusão e de acesso discutido pelo autor que se assenta a temática da inserção no mercado de trabalho.

Esse processo de fluxo e refluxo sistematizado por Gohn (1994) demonstra a necessidade de o movimento contribuir para melhorar e repensar o processo de inclusão das pessoas LGBTTT. É possível pensar identidades outras para o movimento? Hoje, nesse processo de luta contra a dominação capitalista, observamos que o capitalismo também cria suas formas de preconceito contra esses grupos. Segundo Seffner (2011), o capitalismo exige que você seja original e diferente, que você consuma e o mantenha, porém, pune quando se passa do campo da imagem e do consumo e adentra o campo do sexo.

A comunidade LGBTTT tenta, então, discutir essas formatações designadas pelo capital, usando o mesmo a seu favor, ainda que limitado à imagem social, não à identidade sexual. Taques diz que “podemos considerar ‘identidades’ LGBTTT como um mecanismo ao qual se recorre seja para reivindicar/alcançar direitos, seja para se posicionar no mundo de um modo diferenciado... em um processo de ser/estar” (2007, p. 147), buscando, com isso, realizar reivindicações que, para além de beneficiar somente o grupo, possa beneficiar a todos.

Com isso, consegue alargar o campo do direito, como o casamento civil, ou a união estável, a adoção e outras tantas demandas LGBTT. Porém, segundo a ABGLT, a principal preocupação está assentada na criminalização da homofobia, com o Projeto de Lei número 122, que permitiria criar condições para evitar práticas como o *bullying*, à homofobia e a transfobia.

2.4 PESSOAS TRANS: AS CONQUISTAS SOCIAIS DAS PESSOAS TRANS POR MEIO DAS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO SOCIAL

Como observamos diante das discussões acerca do movimento LGBTT e sua constituição histórica, fica evidente que no desmembramento dessa enorme sigla está escondida uma infinidade de reivindicações. Porém, há uma aparente ruptura no movimento, quando fica evidente que há uma atuação fragmentada do grupo, surgindo inúmeros subgrupos que possuem discursos políticos com especificidades.

Temos neste conglomerado de segmentos, inúmeros discursos, cada qual com sua justificativa, cada qual com suas necessidades. O movimento social gay se fragmenta em movimento homossexual, bissexual, lésbico e trans, cada um com distintas formas de inserção no espaço político. A justificativa para esse tipo de segmentação se encontra provavelmente na necessidade da construção de uma identidade específica, como afirma Silva (2010):

A explicação que elaboro é simples: todos nós, seres socializados, precisamos de uma identidade! É uma questão de ordem civilizatória, filosófica, existencial psicanalítica, política e religiosa. Identificar-se é uma questão de sobrevivência, portanto, fundamental. Eu sou, eu penso, eu gosto, ou melhor, nós somos, nós pesamos, nós gostamos. Assim os aspectos que dizem respeito às relações societárias funcionam no meu grande ou no meu pequeno grupo. (SILVA, 2010, p. 111-112)

Uma das coisas que foi possível observar no movimento social trans foi o quanto o discurso da fragmentação é, de alguma forma, alimentado pelas próprias interlocutoras. Discurso que tem em sua gênese a justificativa na ideia de que “seria impossível uma atuação se não fosse assim”. Dessa forma, a fragmentação do movimento é entendida como necessária para formar

discurso próprio, podendo dar efetividade e empoderamento ao grupo diante das discussões.

Assim, minha inserção no espaço da pesquisa provocou questões que surgiram da observação do cotidiano. Será que este espaço realmente se configura como espaço de ruptura com a ordem heteronormativa? Será que há uma apreensão política do discurso social? Há um entendimento sobre direitos e deveres? Quais são as categorias mais presentes neste espaço? Estaria este espaço proporcionando reflexão sobre as identidades? O discurso que emerge do grupo é efetivamente construído em conjunto ou é apenas uma reprodução de um discurso alheio?

Possivelmente, seja na marginalidade que surge a busca por efetivação dos direitos trans. Além do que foi absorvido através da bibliografia, sobre o processo de estigma, violência social, violência institucional, violência psicológica e familiar, e observando de perto um contexto específico, é possível ver o quanto a grande maioria dos integrantes do movimento trans usa do discurso da marginalização para, aparentemente, justificar ou criar um perfil social de necessidade extrema.

Assim percebemos que há a construção de um perfil de violentado ou de excluído, no intuito de justificar a necessidade do reconhecimento e da visibilidade. Porém não foi possível observar se fora desse espaço esse mesmo discurso é usado como um elemento da postura das participantes em seus grupos de convívio. Então, permanece a dúvida, da verdadeira absorção e do entendimento do discurso fora do espaço da ONG. Silva (2010) fala sobre o uso desses discursos, quando afirma que dentro destes espaços

Sinto-me confortável entre meus iguais, sinto-me protegida, acolhida, não fico temerosa de sofrer algum tipo de hostilidade por ser “diferente”, pois aqui no meu cercadinho todos/as somos irmãos/irmãs. Aqui existe um reconhecimento e não um estranhamento. Identificar-se com determinados grupos profissionais [...], segmentos sociais, classes sociais pode ser uma questão de vida ou morte. (SILVA, 2010, p. 112)

Há inúmeras conquistas que emergem da necessidade de reconhecimento social das pessoas trans nos espaços onde se inserem, enquanto usuárias, frequentadoras, clientes e produtoras de arte e de cultura.

Porém, também há no espaço público a negatividade de uma imagem construída em virtude de um discurso onde as trans são vistas como perigosas.

O que se escuta é que, durante muito tempo, o que houve foi luta pela inviolabilidade do direito trans e do reconhecimento social das pesquisadas. Dessa forma, surge a necessidade de promover um enfrentamento da invisibilidade trans, trazendo à tona discussões que, enquanto invisíveis, não encontram efetividade no campo do direito.

A visibilidade permite ao grupo formar ações políticas e gerar inserção. Para tanto, nascem os grupos de discussão, em que emergem problemáticas que antes não eram discutidas enquanto direitos sociais. Surgem pedidos pautados na visibilidade do grupo e questões voltadas ao bem-estar individual de cada uma. Silva (2010, p. 115) afirma ainda que “é importante considerar que o conceito de identidade é central para a questão da participação política, é um fator fundamental de mobilização do grupo em torno de lutas por suas reivindicações”.

A politização do grupo, mesmo que em pequena escala, possivelmente o torna ferramenta de batalha, instrumento de inserção no mundo social diurno: as pessoas trans deixam de ser marginais, limitadas à luz da Lua, e começam a existir no dia a dia; deixam de ser objetos de fetiche e desejo das madrugadas e tornam-se vozes no imenso grupo de minorias sociais que lutam por espaço e buscam visibilidade, mesmo que ainda sejam apenas reconhecidas como “restos da sociedade” (SILVA, 2010, p. 109).

2.5 UMA QUESTÃO SOCIAL: PESSOAS TRANS NOS ESPAÇOS SOCIAIS

A tomada do espaço público, feito pelo movimento trans, é expressão da questão social saindo da marginalidade, das ruas urbanas das grandes capitais. Um grupo identitário específico, usando de um discurso social do violentado, vem à tona solicitando visibilidade. Muitas vezes, como a grande parte dos movimentos sociais, esse grupo aparece gritando por direitos que, na invisibilidade, não existiam, e forçam a sociedade a uma discussão para a qual não estava preparada.

É nesse contexto de enfrentamento e inserção que o movimento trans surge socialmente. Dessa forma, Silva (2010) destaca sobre a aparição do diferente no cotidiano:

Quando o encontro dos diferentes é problemático? Ou melhor não teríamos que perguntar antes quem é diferente? [...] não podemos deixar de ressaltar que a necessidade de reconhecimento identificatório também apresenta riscos. Identificar-se a partir de lugares que na aparência estão solidamente estruturados, assim como compartilhar valores de determinados grupos, [...] implica, quase sempre, antagonismos ou mesmos conflitos sociais no face a face dos diferentes grupos. A aproximação [...] daqueles que se consideram iguais não gerariam problemas, mas a aproximação dos desiguais certamente que sim. Não raras vezes, aqueles que não compartilham do mesmo grupo identitário, os outros, os forasteiros, os de fora são vistos como estranhos, exóticos, diferentes, “outsiders”. (SILVA, 2010, p. 118)

Estamos falando da inserção social de pessoas trans no cotidiano de uma sociedade que dificilmente discute assuntos relacionados ao sexo, ao corpo, ao gênero e à identidade. E a constituição da realidade das pessoas trans chama a fazer todos esses questionamentos, de uma só vez.

Como sujeitos que vivenciam uma transição entre os gêneros, isso questiona a relação do indivíduo com o seu corpo e instiga a pensar se há outras formas de viver sua identidade em meio à formatação do homem heterossexual perfeito. Fica possível ver que, dessa ação, surgem as reações. A autora pontua ainda que, “se eu afirmo que sou algo é para dizer que não sou outra coisa”, de modo que “os sistemas de representação atuam no sentido de tornar isso possível” (SILVA, 2010, p. 120).

A inserção social das pessoas trans no espaço do cotidiano da vida diurna traz à tona o questionamento do opressor sobre sua própria sexualidade, visto que, se o oprimido encontra um discurso que julga certo para justificar sua realidade, “nesse sentido, a identidade é marcada pela diferença. E esta diferença, enquanto tal, é sustentada pela exclusão” (SILVA, 2010, p. 120). Essas posturas distintas colocam em xeque o que a sociedade tinha como moralmente aceitável, reconhecendo que são possíveis novas formas de ver e estar dentro dela.

Sabemos que hoje existe maior inserção das pessoas trans no mercado de trabalho, mas sabemos também que são alvo de marginalização em alguns

espaços sociais, ao mesmo tempo em que forçam questionamentos sobre o espaço público.

O que podemos observar é que, como expressões dessa questão social, as pessoas trans reconhecem hoje em dia que, mesmo ainda sendo violentadas pela sociedade perversa e machista, conseguem, paulatinamente, a efetivação de seus direitos sociais. Muitas, ou a grande maioria, ainda são forçadas a vivenciar as estruturas marginais das ruas, algumas sem escolha, outras por necessidade de autoafirmação, muitas pelo aparente dinheiro fácil.

Assim, o que podemos observar é que o movimento das trans se insere nos espaços sociais requerendo da comunidade o reconhecimento de sua existência, propondo à sociedade que as visualizem, enquanto seres humanos dotados de direitos e deveres, que também podem contribuir com a sociedade da qual fazem parte.

2.6 A IGUALDADE: A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO DAS PESSOAS TRANS NO RIO GRANDE DO SUL

O grupo Igualdade-RS é reconhecido nacionalmente como uma das instituições que promovem a visibilidade trans no Estado do Rio Grande do Sul.

A Igualdade RS é a Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, uma Organização Não-Governamental – ONG, fundada em 25 de maio de 1999 para atuar na defesa dos Direitos Humanos de travestis e transexuais, com ênfase na promoção da cidadania e campanhas de prevenção da área da saúde. (<http://www.aigualdaders.org/>)

É um grupo de atuação política, cidadania, inserção social e luta por direitos. Trata-se de um espaço que propõe suporte jurídico a necessidades sociais, disponibilizando acesso a bens necessários: oferta de acompanhamento psicológico e um espaço de interação social que se pretende de empoderamento do indivíduo. Um grupo ligado em ações de cuidado com a saúde, que disponibiliza acesso a preservativos, gel lubrificante, exames e saúde em geral.

O relato a seguir é feito a partir da inserção dentro do espaço enquanto participante do grupo de convívio, apenas como observadora, pelo período de

um ano. Acompanhando algumas atividades propostas pela instituição, essa inserção facilita a percepção dos processos, reivindicações e discussões, sobre assuntos que emergem do cotidiano do grupo.

A atividade observada tem caráter de debate, acontece semanalmente, às quartas-feiras, durante a tarde, por uma hora. Nesse contexto, são permitidas discussões, das quais emergem os mais variados assuntos e diálogos. Quinzenalmente, tem-se o acompanhamento do grupo de estudantes de Psicologia do Centro Universitário Metodista IPA (Porto Alegre).

O grupo Igualdade-RS surge da necessidade de enfrentamento das questões voltadas à comunidade trans. Segundo relatos da presidente Marcelly Malta, o grupo teve seu início em reuniões do GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS/RS), por volta de 1998, quando foi formado um grupo de debates com o enfoque nas questões do HIV/AIDS. Assim, a coordenadora do grupo, Marcelly, percebeu uma grande aderência de pessoas trans, tanto nas discussões como na necessidade de ajuda.

Assim, propôs que, dentro do GAPA, fosse criado um núcleo de travestis e transexuais, para que pudessem discutir assuntos voltados à realidade específica das pessoas trans. Dessa forma, foram iniciadas as atividades voltadas às questões trans no estado, que ainda não haviam sido debatidas por nenhum outro grupo.

A ONG, que tem mais de dez anos, conseguiu durante esse período a inserção em inúmeros espaços sociais, políticos e culturais da cidade e do estado. Um dos pontos da atuação foi a ramificação da ONG em filiais que se inserem em cidades do interior. Dessa forma, pretende-se um alargamento de suas ações, descentralizando-as e buscando um fortalecimento da instituição como instrumento político e social.

Durante esses anos de existência, a presidente conseguiu inserir-se no departamento de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de Porto Alegre, no Departamento de Políticas para a Diversidade da Secretaria de Direitos Humanos do estado do Rio Grande do Sul e como membro da gestão do departamento trans da ABGLT. Isso deu visibilidade à ONG como instrumento

de construção de projetos e políticas públicas sociais para a diversidade, com enfoque nas pessoas trans.

No ano de 2010, a ONG participou como organizadora da 14ª Parada Livre de Porto Alegre, com o tema “A sexualidade tem todas as cores”. Em busca de notícias sobre a ONG na Internet notei que, nos últimos três anos, obtive a inserção em alguns veículos de comunicação. Notamos que há informativos impressos e entrevistas a jornais regionais e estaduais.

Os assuntos referidos nas entrevistas sempre contam da realidade do processo de marginalização que as trans sofrem. O que percebemos é que essas discussões fomentam a reflexão dos temas ligados à identidade trans e ao reconhecimento do discurso usado pelo movimento social, das dificuldades e das realidades em que as pessoas trans estão inseridas.

Em 2011, além de gestoras da Parada Livre, que teve o tema “Derrubando cercas, ampliando territórios”, a ONG trouxe a Porto Alegre o 8º Encontro Regional Sul para Travestis e Transexuais que Atuam na Prevenção das DST/AIDS, que ocorreu entre os dias 16 e 19 de junho de 2011. O encontro, visando à emancipação da fala das pessoas trans, tinha como enfoque o tema “Saúde e Educação, um passo para a cidadania, Direito e Dever de Todos” e teve,

Mesas de discussão sobre Saúde Pública, Educação, Sistema Prisional, **O Nome Social como Identidade**,¹⁷ Inclusão Social e Mercado de Trabalho. Na ocasião, alunos de psicologia do IPA também realizaram uma pesquisa socioeconômica para conhecer melhor esta população, suas necessidades e conhecimentos acerca de Direitos, cidadania e saúde. No final, foi elaborado um documento, com diretrizes para ser encaminhado para o ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que lutam Contra Aids, que foi realizado em outubro, em Recife e que definiu as políticas para o setor em âmbito nacional. (<<http://www.eloslgbt.org.br>>)

No período de inserção e participação no espaço da ONG, durante um ano, observei que muitos projetos seguiram, mas alguns tiveram apenas início. Hoje o Igualdade-RS mantém projeto social junto ao Presídio Central, atuando somente com as pessoas trans que estão apenadas. Das notícias referentes a esse projeto, observamos que houve alguns ganhos vindos das reivindicações da ONG. Uma conquista dessa ação é que as trans inseridas no sistema

¹⁷ Grifo meu.

prisional, estritamente masculino, puderam retomar os cuidados ligados à feminilidade garantidos como um direito efetivo, de reconhecimento de suas identidades de gênero.

Durante a observação, percebi que houve, por dois anos (2009 e 2010), a disponibilidade de suporte jurídico, através de um convênio com uma instituição de ensino superior, que disponibilizou estagiários de Direito. Consegui acompanhar, ainda em 2011, a finalização de um desses trâmites, com resposta favorável ao processo contra uma instituição em que a pessoa tinha sofrido com atos transfóbicos.

Houve, também, momentos de discussão sobre “nome social ou nome de fato”. A ONG estava no processo de amadurecimento e tratativas sobre o assunto: ocorreram debates, propostos pelo grupo do IPA, pela Secretaria de Direitos Humanos e pela própria instituição, com a finalidade de criar um discurso, provavelmente coeso, homogêneo e que deveria ser disseminado entre a comunidade.

Durante o período de inserção no espaço da ONG, pude observar a falta de comprometimento das usuárias com questões de ordem política. Não sei se por não compreenderem o movimento, ou por frequentarem a ONG para ter acesso a preservativos. O fato é que notei falta de reconhecimento da necessidade de acesso a direitos: muitas parecem desinformadas e despreocupadas com esse fato. Ou, talvez, a ONG tenha dificuldade em mobilizar coletivamente as pessoas trans.

Dessa dúvida, observo que, provavelmente algumas atitudes tornem-se um entrave à adesão de algumas pessoas. Observei que o movimento é de alguma forma fechado e o discurso repetitivo.

Senti ainda que existe certa centralização do espaço da ONG e de seus projetos pela gestora, que não permite que haja outros interlocutores, provavelmente para garantir a produção e reprodução de um único discurso. Notei que a participação é pontual, ligada ao grupo de convívio, sem muita abertura à participação nos projetos da ONG. Minha inserção neste espaço possibilitou o amadurecimento de meu olhar e a reflexão sobre o movimento social trans como movimento por acesso a direitos.

3 MEU NOME NÃO É JOÃO! O DIREITO AO USO DO NOME SOCIAL É UM TABU NA SOCIEDADE?

Segundo Rodrigues (1975), todas as vezes em que buscamos aprofundar as discussões sobre alguns tabus sociais encontramos como barreira a própria concepção da sociedade sobre o que realmente é um tabu. Sabemos que, se observarmos com profundidade as relações sociais de interação comunitária, o tabu é tudo o que não segue a norma comportamental.

Mas quais são os comportamentos sociais que podem ser considerados tabus diante da concepção da construção da identidade trans? A relação de transformação do corpo, o uso de elementos que não correspondem ao seu gênero e ao sexo biológico, o uso do nome que vai de encontro a sua conceituação sexual.

Assim, o nome é uma das formas como o ser humano tem de relacionar-se socialmente com os outros. No caso das pessoas trans, há um estranhamento social, normativo, que, de alguma forma, não reconhece o nome feminino das pessoas trans. Em uma matéria que pontua esse estranhamento social, que promove a marginalidade da pessoa trans, o jornalista Vitor Ângelo, da Folha de São Paulo, descreve:

Durante muito tempo, a transexualidade foi colocada à margem da sociedade, como algo a ser escondido, ou pior, esquecido. Como era algo que não se encaixa no mundo binário masculino e feminino, pois quebra as barreiras do que define o que é ser homem e o que é ser mulher, além de questionar estes conceitos, foi melhor tratar as(os) transgêneros como uma anomalia. E com isto, tirá-las(os) de qualquer debate sobre qual é o lugar deles (delas) ou o lugar que eles(elas) desejam ter na vida social foi uma solução que funcionou por um certo período. Marginalizá-los(as) foi a “melhor solução”. (ÂNGELO, 2013)

Houve, portanto um espaço socialmente negado às pessoas trans. Porém, com tantas conquistas no campo do direito, da ciência e da teoria é possível dar-lhes maior acesso social? Dessa forma, as pessoas trans conseguem entrar em espaços que antes não pensavam compor e, como

diversas,¹⁸ provocam a reflexão. Assim, observo como uma das formas de a sociedade tentar reconduzir à pessoa trans à marginalidade o não reconhecimento social da identidade desligada do sexo. A não aceitação de chamar o João de Maria, está ancorada na concepção normativa de que, ante a sociedade, o sexo determina que espaços os homens podem acessar.

Pois, se o nome determina em nós o gênero, o sexo, e as ações sociais, uma pessoa trans que usa o nome feminino de fato, deixa de ser o diferente, o estranho, e passa a ser igual? Seria muito fácil se ocorresse dessa forma. Porém, existe uma infinidade de normas sociais, pautadas em uma realidade heterossexual que usa desses elementos para criar tabus que marginalizam e estigmatizam socialmente às pessoas trans. Porém, autores como Zambrano (2003), Silveira (2006), Pontes (2007) e Cezar (2004) pontuam que no campo do reconhecimento para as pessoas trans o nome ainda é o mais complicado, porque é no uso do nome que damos publicidade de nossa identidade e de como iremos nos relacionar com os outros no cotidiano, no âmbito social.

É possível observar em grande monta os relatos das trans no espaço da pesquisa da ONG Igualdade-RS. É recorrente o relato das pesquisadas dos fatos do passado, aparente no depoimento de uma das meninas*¹⁹ que diz: “Quando a polícia nos parava, na década de 80, quando pegavam nossa identidade e viam que éramos travestis, logo nos levavam presas por vadiagem.”²⁰ Os relatos vão do discurso duro contra a polícia e seus atos a críticas aos espaços comerciais, como bares, boates e *shoppings*, onde essas pessoas são proibidas de usar banheiros femininos, sempre com justificativas

¹⁸ A palavra “diversa” está neste momento sendo aplicado de forma a explicitar o diferente, o exótico, o incomum, o estranho.

¹⁹ Termo hémico usado no campo da pesquisa de forma naturalizada nos diálogos das pesquisadas, que o utilizam para referirem-se às “companheiras”, “colegas”, “amigas” e “conhecidas” com quem se identificam. Neste texto, o termo será acompanhado de um asterisco.

²⁰ O conceito de vadio é dado pelo artigo 59 da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/1941): “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. A pena é prisão simples, de quinze dias a três meses. Prevê o parágrafo único que “a aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.”

como “Você é um homem vestido de mulher e deve ir ao banheiro correspondente ao seu sexo”.

Não faltam relatos dessas práticas, assim como não faltará discurso sobre as ações da polícia e o fato de espaços como prisões serem usadas como forma de punição às pessoas trans – por vadiagem, nos casos dos relatos mais antigos, e por exposição como objeto no mundo do apenado, nos casos das mais jovens. Essas são as formas com que a sociedade, de ontem e de hoje, conseguiu marginalizar o grupo. Dessa forma, para mostrar o quanto isso é recorrente, o jornalista Vitor Ângelo, em seu texto sobre o dia da visibilidade trans, traz em seu título a seguinte assertiva “Visibilidade Trans: o fim do não lugar”.

O texto relata com detalhes um caso em que a manifestação social da não aceitação do diverso se dá diante de um processo que não é descaradamente mostrado. Aparece de forma velada, com a sociedade manifestando-se e tentando, de alguma forma, reconduzir o estranho à normalidade, ou extirpá-lo do convívio com o restante. Assim, o autor descreve.

Faz um ano e pouco que ela começou a tomar hormônios, seus peitos cresceram e se sentiu mais confortável usar o vestiário feminino. Ela fez exame médico com sua identidade no sexo masculino, mas trajando biquíni. O mesmo aconteceu quando passou pela catraca do vestiário feminino, a moça viu sua identidade, mas nada comentou. Foi depois de um tempo que estava na piscina que começou um buchicho e um salva-vidas veio falar com ela pedindo para que se trocasse no vestiário masculino já que a identidade de carteira dela era masculina. Ela narra que ele foi extremamente educado e disse que aquilo era uma situação nova pra ele. Esta “situação nova” é o que mais me chamou a atenção. Realmente, o mundo antes estava separado por gêneros identificados por seus RGs e os(as) transgêneros estavam totalmente à margem disto. E o salva-vidas falou que algumas mulheres ficaram incomodadas com a sua presença no vestiário feminino, apesar dela sempre – tanto no masculino como no feminino se trocar no reservado. O que fazer? Muitas dúvidas e apenas uma certeza: este impasse, este não lugar é o único lugar que ela não pode voltar a frequentar. (ÂNGELO, 2013)

Do relato, podemos materializar as distintas formas de promover o preconceito; a menina* passou por inúmeras partes do clube, o médico, a catraca, usou o banheiro feminino. O que houve de fato que incomodasse a todas as pessoas ditas “normais” naquele espaço social? O simples fato de socialmente parecer menina* e documentalmente ser menino? O fato da não

ser resignada**²¹ sexualmente, de estar usando um biquíni que não mostrava sua genital masculina, evidenciando que, se no registro civil João era homem, porque estaria ele usando vestes, objetos e adereços do mundo da mulher?

O que incomodou a sociedade desportiva do clube onde o fato ocorreu foi a imagem da mulher representada por um homem. O desconforto estava justamente em não ver um homem na imagem, mas saber que o mesmo existia documentalmente. Este capítulo apresenta considerações elaboradas com uso dos relatos que emergiram do grupo de apoio Igualdade-RS, das leituras e da análise dos discursos de alguns pesquisados, aferindo o quanto a sociedade se permite à violência quando tratamos do diferente, do diverso.

Assim, as questões centrais de nosso debate giram em torno do nome como forma importante do reconhecimento da pessoa trans nos espaços sociais. Espaços esses normatizados pela conduta hétero, que tenta, de tempos em tempos, sufocar o acesso e a permanência do “estranho, bizarro e diferente” (BENTO, 2006).

3.1 EU SOU O QUE VOCÊ VÊ! QUANDO A IMAGEM E O NOME SÃO INCOMPATÍVEIS

O que emerge da discussão de um espaço que tem no convívio o elemento central do debate? Os relatos referentes às questões ligadas à impossibilidade do uso do nome e o quanto isso causa revolta nos pesquisados ficam evidente nas reuniões. Antes de entrar no campo da transcrição das falas mais importantes, traçarei o perfil social do grupo em que me inseri como observadora.

O grupo é coordenado pela transgênero Marcelly Malta, presidente da ONG. É funcionária pública aposentada da prefeitura de Porto Alegre e

²¹ Resignada, readequada: os termos são usados no campo da pesquisa pelas pesquisadas com frequência; porém, “readequação” está mais ligado à terminologia médica para falar da cirurgia de readequação sexual, ou vulvoplastia, ou, ainda, neovaginoplastia. Já o termo “resignada” seria hémico para algumas pesquisadas, o que nos leva a crer que a readequada sexualmente, “possivelmente”, tenha encontrado a “salvação” com a cirurgia, a cura para a sua enfermidade, ou seja, que tenha sido resignada. Neste texto, o termo será acompanhado de dois asteriscos.

trabalhou durante 30 anos como profissional do sexo. “Já rodei o mundo trabalhando como profissional do sexo”, comenta. Pude observar o quanto as trans mantêm certa admiração pela gestora do espaço. Os encontros do grupo sempre têm a presença da presidente, ora como expectadora, ora como participante.

O grupo é heterogêneo, não possui apenas trans. Percebi que alguns homens que atuam como profissionais do sexo também comparecem, possivelmente por conta da busca por preservativos. Assim, consegui traçar o seguinte perfil do grupo de convívio: composto em sua maioria por travestis, profissionais do sexo, com idade acima dos 30 anos, algumas soropositivas e outras em situação de vulnerabilidade psicossocial e econômica.

Ainda, pude observar que há transsexuais já resignadas** sexualmente, além de algumas que ainda estão em transição, fazendo terapia hormonal e em acompanhamento no grupo do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Das transexuais, todas têm profissões e a grande maioria tem renda que não advém da prostituição. Observei que os homens ou são garotos de programa ou foram travestis em algum momento, possivelmente na juventude, havendo retomado a identidade masculina com a chegada da idade; porém, não deixaram de frequentar o espaço.

Existem algumas trans novas, mas o que foi percebido é que a participação se dá bem mais pela disponibilidade de preservativos do que pelo fato de o espaço estar proporcionando um momento de conversa sobre as dificuldades que emergem tanto do cotidiano social como da realidade do trabalho como profissionais do sexo.

Nas cotidianas das pesquisadas pude observar que não há uma preocupação com a conscientização dos direitos e ou deveres, o que fica a cargo de cada indivíduo. A fluência do grupo é imprevisível, porém, notei que, nos dias em que conta com a presença dos estudantes de Psicologia do IPA os diálogos são mais proveitosos, além de o quórum elevar-se. Por outro lado, nas quartas-feiras em que não há a participação dos estudantes e de sua coordenadora poucas usuárias comparecem.

Notei também que sem a presença dos estudantes de Psicologia os diálogos ficam mais confusos, sem uma sequência lógica dos discursos. Possivelmente, a desorganização dos diálogos e discursos dá-se diante da falta de alguém que oriente ou coordene os debates de forma a possibilitar um maior proveito do momento.

Dos relatos acompanhados, dois me deixaram mais estremeada: o de uma transexual já resignada** e o de uma travesti que reside na Europa e vem algumas vezes para o Brasil. Os dois relatos se deram em distintos momentos, um quando falávamos da questão do uso do banheiro feminino nos estabelecimentos públicos comerciais e o outro quando discutiam a questão do uso do nome social.

Porque não podemos usar o banheiro feminino como qualquer outra mulher? Sempre me questiono sobre isso quando venho ao Brasil. Na Europa, entramos nos banheiros tranquilamente. Quando estou aqui, em meu país de origem, eu sinto medo, receio e fico muitas vezes segurando a vontade de fazer xixi por puro medo. Já fui expulsa de banheiro no *shopping*. Apenas havia entrado para fazer xixi, acho que as mulheres que estavam lá dentro ao sair disseram para os seguranças me tirar para fora. O segurança veio com uma brutalidade, dizendo que eu era homem, que o fato de estar vestido de mulher não me dava o direito de ir no banheiro delas. Quando eu perguntei se era assim com todas as travestis, ele disse que sim. Mentira! Pois outras amigas vão ao banheiro, muitas vezes creio que escolhem aleatoriamente a quem irão humilhar. Me senti um lixo. Com vergonha, fui para casa e daí decidi que jamais iria ao banheiro nos lugares públicos do Brasil, pois se fazem por pura maldade em um *shopping*, não teriam pudor de fazer nas boates e nos bares – como de fato não têm, porque muitas amigas relatam que já ocorreu isso, e não só no Sul, mas em muitos lugares Brasil afora. (Relato de M.T.P.)²²

O que observei do discurso das trans é que a imagem não é nada diante dos atos que, de alguma forma, legitimam o preconceito. Ouvimos muitos relatos, em que as meninas* falaram da realidade de outros tempos, como uma explica: “Houve um tempo em que em algumas boates nos queimavam com cigarro.” Acrescenta explicando que boates heterossexuais eram perigosas, ou se ia pronta para se incomodar e discutir ou se ia pronta para ser agredida. Hoje, algumas dizem que “Tem boates que não nos proíbem de ir ao banheiro, mas tem boates que nos tratam mal e até nos tiram para fora”.

²² A cada citação de relato de algum entrevistado, forneceremos apenas as iniciais de cada nome.

Algumas falam: “Se estão vendo em nós a imagem de uma mulher, porque fazer isso?” Outras delegam a esse ato transfóbico²³ a postura que algumas trans têm ao ir ao banheiro: “Algumas trans querem se impor no banheiro.” Dizem que muitas trans, quando vão ao banheiro feminino, são audaciosas com as “amapoas”.²⁴ O que ocorre, segundo elas, é que “Daí acham que toda a travesti é assim, além de pensarem que somos prostitutas somos bagaceiras”.

O relato das trans sobre a questão do uso do banheiro é de extrema importância, pois não estamos falando somente do direito ao uso de um espaço que é de exclusividade do gênero feminino como estamos dizendo e assumindo que as trans são do gênero que se encaixa àquele espaço. Se a imagem é de mulher, porque não usar o que é exclusivo para elas nos espaços públicos?

O que fica de questionamento é: porque não usar o banheiro feminino, se, ao entrar neste espaço, o que conta é a identidade de gênero, não a que consta no íntimo biológico ou no subscrito do registro civil? Com essa questão, reflito sobre o que estou propondo como tema de discussão neste subtítulo. Mas, e quando a imagem e o nome não são compatíveis? O relato a seguir deu-se em outro momento, mas faz jus à nossa discussão.

Você fica dois anos em uma fila de espera do SUS para poder fazer a readequação sexual, para poder colocar o seu corpo em igualdade à sua mente, tem que enfrentar todos os dias alguém perguntando se realmente você é você como mulher, se realmente você se sente mulher, se seu pinto lhe trás algum prazer, se você o rejeita, se a sua família te reconhece como mulher, se seus amigos sabem que você é uma mulher trans, se a sociedade entende que você é mulher, a gente passa por cirurgias para colocar prótese, fazer o nariz, colocar bochecha, corre risco com silicone industrial e ainda perguntam se realmente é isso que você quer? Aí, depois que a gente convence todo mundo que precisa disso para ser feliz, vão lá, fazem a cirurgia e pronto. Mas aí vem o pior: mandam você para casa com uma vagina e com o nome de Pedro. Até parece brincadeira! Dão a vagina mas nem se quer ajudam a mudar o nome. Aí a gente vai abrir uma conta e tá lá Pedro tal. Isso é horrível. Você se sente ainda incompleta, porque a sociedade é maldosa, chamam-no de senhor, no masculino e tudo. Não posso andar mostrando minha cirurgia pra todo mundo para poder ser respeitada, demorei dois anos para fazer a cirurgia e fiquei outros três sendo violentada pelos outros porque meu nome era de menino. (V.T.B.)

²³ Termo usado para definir quem possui aversão a pessoas trans.

²⁴ Gíria usada pela comunidade LGBTQTT para substituir a palavra “MULHER”.

Durante muitos anos, a questão do direito ao nome das pessoas trans foi considerada um tabu no campo jurídico. Como relata a participante, a saúde e o direito não trabalham juntos, a transexual é primeiro operada e depois refazem sua certidão de nascimento. Muitas delas ficam resignadas** por anos, sem o direito de fazer uso do nome feminino.

Muitas discutem que, usar um nome social é como não ser de fato mulher, sentem-se enganando a si mesmas, buscando meios de encaixarem-se em uma sociedade que sempre acha uma forma de dizer que elas não são de fato o que dizem ser, mas sim o que a sociedade pensa que elas são. Em outro momento, quando discutíamos a intervenção do observador sobre a construção da identidade das pessoas trans e em específico das transexuais, a partir do vídeo de entrevista da Lea T. a Marília Gabriela, um dos participantes disse: “As transexuais não são felizes de verdade, porque fazem uma racha e não sentem prazer.”

Dessa interpelação, uma transexual que estava no grupo, a mesma que fez o relato acima disse que “Todo mundo só pergunta do prazer”, que as “Pessoas não se importam se estamos felizes porque conseguimos ser de fato o que somos, como se também não existisse mulher que finge que está sentindo prazer, ou homem que finge que goza” (V.T.B.). Assim, o confronto gerou muitos embates, pois o que percebi é que dentro do próprio grupo elas também enfrentam questões ligadas à imagem e ao sexo, pois são motivo de pauta.

Na sequência da discussão, outro participante revidou: “Muitas amigas trans minhas dizem que não sentem nada e que gemem porque precisam fingir que estão tendo prazer.” A trans rebate: “Muitas fazem a cirurgia sem saber de fato o que é ser mulher. Eu não sou mulher só porque tenho vagina, ou gemo quando estou fazendo sexo, eu sou mulher porque me sinto assim, e o prazer sexual é consequência de como me sinto” (V.T.B.). Os embates são frequentes no grupo, e o que notei é que, aparentemente, por que as transsexuais são em menor número, acabam sentindo-se deslocadas em alguns assuntos.

3.2 A BUROCRATIZAÇÃO DO DIREITO: POR QUE NEGAR O USO DO NOME FEMININO À PESSOA TRANS?

A burocratização do direito nesses casos está evidente quando falo de um direito “marginalista”, como expressa Bento (2013), um direito sucateado que não efetiva o acesso; cria, sim, instrumentos de burocratização, que dificultam o acesso ao direito de autorreconhecimento social das trans no cotidiano social.

Assim, Bento (2013), em fala sobre o direito transexual, ao reconhecimento do nome social enquanto processo de afirmação das pessoas trans, afirma que nos últimos oito anos, está acontecendo no Brasil uma grande reviravolta pautada nas discussões do nome das pessoas trans. A discussão sobre o nome social nasce de inúmeras afirmativas. Porém, a autora expressa o seguinte:

O que é o nome social afinal de contas? O nome social por um lado, revela que aquele lugar onde a pessoa trans vive reconhece o direito daquela pessoa autodeterminar seu gênero, significa que a partir daquele momento a pessoa deverá ser chamada com o nome civil que ela se identifica. Isso é interessante, mas por outro lado revela um drama, que é a inexistência de uma legislação, que de amparo legal, e que não fique dependendo da cabeça do juiz, o pedido da pessoa trans de mudar o nome e sexo nos documentos. (BENTO, 2013)²⁵

Desta fala da autora, levo nossa reflexão à seguinte questão: porque o nome é tão importante para o reconhecimento social da pessoa trans? Assim, evidencio o que em alguns momentos das reuniões foi pauta da discussão. Em um dos momentos, ouvi a seguinte assertiva de uma das trans: “Quer um nome de mulher e tem uma cara de macho.” Isso expressa não somente uma reprodução preconceituosa dos próprios pesquisados em referência ao nome feminino. Isso expõe muito mais do que o processo excludente da sociedade em geral, mas do processo de exclusão vindo do próprio mundo trans.

²⁵ TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE. Palestra apresentada em 08 de junho de 2013, no II Encontro Estadual dos Direitos da Diversidade Sexual da OAB/SP, pela Dra. Berenice Bento, Socióloga e Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Esteve presente ao evento a Comissão de Tolerância e Diversidade Sexual da OAB de Pinheiros, São Paulo. Vídeo obtido no site da OAB/SP, Ensino a Distância, Disponível em: <www.videosoabsp.com.br>.

A reprodução do machismo, da segregação feita de dentro para fora, é, provavelmente, a pior forma de exclusão e afirmação do processo marginalizador. E se um juiz nega o direito ao acesso do nome, os pesquisados enfrentam o fato como se a sociedade estivesse violentando a comunidade. Mas, e quando elas mesmas, sem perceberem, violentam o igual? Aparentemente, é normal e aceitável. Assim, como Bento (2013) diz:

Quando a justiça nega a modificação dos documentos das pessoas trans, é a morte em vida. A patologização das identidades trans não se dá apenas na medicina, o judiciário patologiza as identidades trans também, e é o lugar mais duro de fazer o enfrentamento, pois é mais difuso. No Brasil as pessoas trans estão submetidas a uma cidadania a conta-gotas, uma cidadania gambiarra ou precária. E como ou há cidadania ou não há cidadania, quando se coloca a palavra precária ao lado de cidadania é justamente para se dizer que não há cidadania alguma. Como acontece em sentença de juiz: "vou mudar o seu nome, mas o seu sexo vai permanecer nos seus documentos". Afinal, quem são essas pessoas marginais que querem tudo de uma vez? (BENTO, 2013)²⁶

O que temos no Brasil é uma legislação com remendos do direito de fato, não um processo legal do direito. Então, temos as seguintes legislações: Legislação e Normas, Travestis e Transexuais em referência ao Nome Social, em âmbito federal.²⁷

- Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional – Portaria MPOG nº 233/2010;
- Sistema Único de Saúde – Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde / Portaria GM 1820/2009;
- Supremo Tribunal Federal – Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, Nome Social, Transexuais, Mensagem do Presidente Lula e Parecer AGU – ADI 4275;
- Congresso Nacional – Projeto de Lei da Câmara nº 072/2007 (PL 6655/2006) / Projeto de Lei 2976 2008 – Nome Social Travestis;
- Ministério da Educação – MEC/SECAD, Parecer nº 141/2009 / Indicação 6497/2010;

²⁶ Idem.

²⁷ Dados retirados do *site* da ABGLT, no *link* “Legislação”, *sublink* “Transexuais e Travestis”, tópico “Nome Social”. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/nomesocial.php>>.

- Instituições Federais de Ensino – Instituto Federal de Santa Catarina, Deliberação CEPE/IFSC 006 / Universidade Federal do Paraná, Processo nº 23075.048870/2008-57, AGU/PGF, Procuradoria Federal na UFPR;
- Conselho Federal de Serviço Social.

Do direito garantido ao uso do nome social em repartições públicas federais, como universidades e Sistema Único de Saúde e dentro dos espaços sociais e políticos, cada portaria emana o direito, que é efetivado, a partir da solicitação individual ao reconhecimento social do gênero, possibilitando que o requerente possa circular nos espaços sem sofrer qualquer tipo de violência pautada na sua construção de identidade e em seu nome.

Parece-me que o mundo do direito dá doses homeopáticas de efetivação social do direito. O que temos diante do inúmero contingente de pessoas trans necessitando revalidar seu nome, a partir dessa identidade remontada, renomeando o seu “eu” em virtude da necessidade da felicidade plena. Assim, efetivam e negam, apoiam e rejeitam, reconhecem e marginalizam, enxergam, mas não veem de fato a necessidade. Das portarias estaduais,²⁸ temos as que seguem.

3.2.1 Administração pública

- Decreto nº 1675/2009, estado do Pará: determina aos órgãos da Administração Direta e Indireta o respeito ao nome público dos transexuais e travestis.
- Lei 5916/2009, estado do Piauí: assegura às pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviço quando atendidas nos órgãos da administração pública direta e indireta.

²⁸ Dados retirados do site da ABGLT, no link Legislação, sub link Transexuais e Travestis tópico “Nome Social” - <http://www.abglt.org.br/port/nomesocial.php>

- Decreto 55.588, estado de São Paulo: dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do estado de São Paulo.
- Decreto 35051/2010, estado de Pernambuco: dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.
- Decreto 43065/2011, estado do Rio de Janeiro: dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do estado do Rio de Janeiro.
- Decreto Normativo 13684, de 12/07/2013, estado do Mato Grosso do Sul: assegura as pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviços quando atendidas nos órgãos da administração pública direta e indireta.

3.2.2 Assistência social

- Portaria Nº 26/2009, estado do Piauí: determina o registro do nome social de travestis e transexuais em documentos de atendimento nas unidades da Secretaria da Assistência Social e Cidadania.
- Portaria nº 220/2009, estado da Bahia: artigo 1º, determina que todas as unidades e todos os órgãos da SEDES, dos municípios e das entidades conveniadas ou contratadas de forma complementar a realização dos serviços financiados e cofinanciados de proteção social básica e proteção especial de alta e média complexidade instalados nos municípios habilitados na gestão da assistência social que compõe o Sistema Único da Assistência Social no estado da Bahia (SUAS) passem a registrar o nome de travestis e transexuais em fichas de cadastro, formulários, prontuários e documentos congêneres do atendimento prestado aos usuários do serviço.

- Portaria 438/2009, estado do Amazonas: a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o Ofício N° 0179/2009-PRESI-AGN, expedido pela Associação Garotos da Noite, datado de 13 de outubro de 2009, que tem como o escopo a solicitação da utilização do nome social de travestis e transexuais, em fichas de cadastro, formulários, prontuários e documentos congêneres do atendimento prestado aos usuários dos serviços nas Unidades da Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SEAS). Considerando o parecer n°. 53/2009 emitido pela Assessoria Jurídica da SEAS, no qual aquela ASSJUR considera procedente o supramencionado pedido.
- Portaria 041/2009, estado da Paraíba: artigo 1º, determina que todas as unidades que integram a Secretaria do Estado do Desenvolvimento Humano, na capital e no interior do estado, passem a registrar o nome de travestis e transexuais em fichas de cadastro, formulários, prontuários e documentos congêneres do atendimento prestado aos usuários dos serviços.

3.2.3 Educação

- Resolução CEE/CP, n° 05/2009, estado de Goiás: artigo 1º, determina que as escolas do sistema educativo de Goiás que, em respeito à cidadania, aos direitos humanos, a diversidade, ao pluralismo, a dignidade humana, incluam a nome social de travestis e transexuais, nos registros escolares para garantir a acesso, a permanência e êxito desses cidadãos no processo de escolarização e de aprendizagem.
- Portaria n° 016/2008 – GS, estado do Pará: artigo 1º, estabelece que, a partir de 02 de janeiro de 2009, todas as Unidades Escolares da Rede Pública Estadual do Pará passarão a registrar, no ato da matrícula dos alunos, o prenome social de Travestis e Transexuais.
- Parecer n° 277, de 11/08/2009, estado de Santa Catarina: nos termos da lei, vota favorável a elaboração de resolução específica dispondo sobre

a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares nas instituições vinculadas ao sistema estadual de ensino.

- Resolução 132/2009, estado de Santa Catarina: artigo 1º, determina, quando requerido, que as escolas/instituições vinculadas ao sistema estadual de educação de Santa Catarina que, em respeito à cidadania, aos direitos humanos, à diversidade, ao pluralismo, à dignidade humana, além do nome civil, incluam o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos.
- Parecer 010/09, Mato Grosso: assim, somos de parecer favorável que seja autorizado, no sistema educacional do Estado de Mato Grosso, acrescentar o “nome social” de travestis e transgêneros nos registros acadêmicos, exceto no histórico escolar e no diploma, em que constar tão-somente, o nome civil.
- Parecer 155/2010, CEE Alagoas: diante do exposto, somos favoráveis à inserção do nome social além do nome civil, nos documentos internos do estabelecimento de ensino (ficha de matrícula, ficha individual, pasta individual, diário de classe) nos termos deste Parecer, a partir da manifestação por escrito do/a interessado/a, que deverá acompanhar sua ficha individual, ficando excluídos o diploma e o histórico escolar.
- Portaria, Distrito Federal: artigo 1º, determina a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos respectivos registros escolares de todas as instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal, em respeito aos Direitos Humanos, à pluralidade e à dignidade humana, a fim de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso de todos no processo de escolarização.
- Parecer CP/CEE 01/2009, estado do Paraná: diante do exposto, somos favoráveis à inserção do nome social além do nome civil, nos documentos internos do estabelecimento de ensino nos termos das recomendações do Parecer nº 04/09 do Ministério Público/PR de 21/09/09, aos alunos travestis e transexuais maiores de 18 anos, que requeiram, por escrito, esta inserção.
- Resolução 32/2010, estado do Tocantins: artigo 1º, As unidades de ensino da Educação Básica vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino

poderão incluir nome social de travestis e transexuais em seus registros escolares.

- Parecer 739/2009, Rio Grande do Sul: a Comissão de Legislação e Normas propõe que este Colegiado nos termos deste Parecer e expeça aconselhamento às escolas do Sistema Estadual de Ensino para a adoção do nome social escolhido pelo aluno pertencente aos grupos transexuais e travestis

3.2.4 Serviços de saúde

- Resolução 208/2009 - CRME São Paulo: Artigo 2º, Deve ser assegurado a essa população trans, durante o atendimento médico, o direito de usar o nome social, podendo o(a) paciente indicar o nome pelo qual prefere ser chamado(a), independente do nome que consta no seu registro civil ou nos prontuários do serviço de saúde.
- Resolução 188/2010, SESA, Paraná: artigo 1º, os órgãos e entidades da administração direta e indireta, nos serviços de saúde, devem incluir e usar o nome social das pessoas travestis e transexuais em todos os registros relativos aos serviços públicos sob sua responsabilidade, como fichas de cadastro, formulários, prontuários e outros documentos congêneres.

Observando atentamente as legislações estaduais, encontro uma parcialidade do direito, espaços como repartições públicas, educacionais, de assistência social e saúde que são os espaços que mais demonstram a preocupação com o reconhecimento do uso do nome social. Dessa forma, observo a preocupação na proteção das pessoas trans, com a finalidade de garantir acesso e permanência delas nos programas, projetos e benefícios ofertados pelas autarquias estaduais.

Porém, observo que o requisito principal em todas as normas e nos pareceres é que a solicitação deve ser feita pela pessoa, via documento, e que para obter a efetivação do benefício a pessoa deve ser maior de 18 anos, sendo que não haverá (nas normas, nos pareceres ou nas leis) a indicação da

exclusão do nome civil. Assim, fica o nome civil, para uso interno, no que tange às necessidades burocráticas, e o nome social, como um subitem dos cadastros, mas que deve ser respeitado nos atendimentos e procedimentos.

Em um dos espaços virtuais de acesso à busca por informações sobre a tão discutida carteira de nome social ofertada pelo poder público no estado do Rio Grande do Sul, obtive as imagens do que seria a referida “nova” forma de garantir direito de acesso às pessoas trans nos espaços onde exigências burocráticas não fossem presentes. Deveria a trans apresentar sua identificação, criada com a finalidade, segundo o relato da portaria, de “evitar práticas antissociais e preconceituosas dos segurancas, donos de estabelecimentos e outros”.

O documento civil solicitado em grande parte do comércio ou em espaços de divertimento, como *pubs* e casas noturnas, poderia ser a carteira de identidade de reconhecimento do trans e de seus direitos. Seria uma identificação nestes moldes:



Figura 1 - Reprodução da carteira de identidade convencional, disponibilizada a todas as pessoas no momento da identificação no Instituto de Perícia Municipal.

Fonte: <<http://www.feministacansada.com/post/31024690147>>.

Não seria um estranho engano se o que fosse disponibilizado às pessoas trans como identificação de uma identidade social viesse com esse aspecto, impossibilitando que o outro, não trans, ao receber o documento não identifique nele um símbolo social de repreensão, marginalização e violência à identidade de gênero disfórica?

Porém, o que temos como instrumento de reconhecimento do direito ao “nome social” no estado é mais um objeto de reafirmação social dessa violência promovida enquanto direito. Temos um objeto que conta muito mais da sociedade como opressora do que da efetivação do direito do oprimido (FREIRE, 1987).

O nome é o principal objeto de desejo das pessoas trans, e o mais difícil de ser alcançado. Então, percebo que ao dar direito de acesso à carteira de nome social, o estado cria um instrumento político de dizer aos trans que os aceita e que, de alguma forma, compreende-os. Contudo, prefere fingir que efetiva o acesso, criando um atalho ao direito, que acaba por ridicularizar e estigmatizar quem porta uma identidade que marca a todas as trans como gado de um grande e único rebanho, diferente de todo o resto. Eis a carteira de identidade trans:

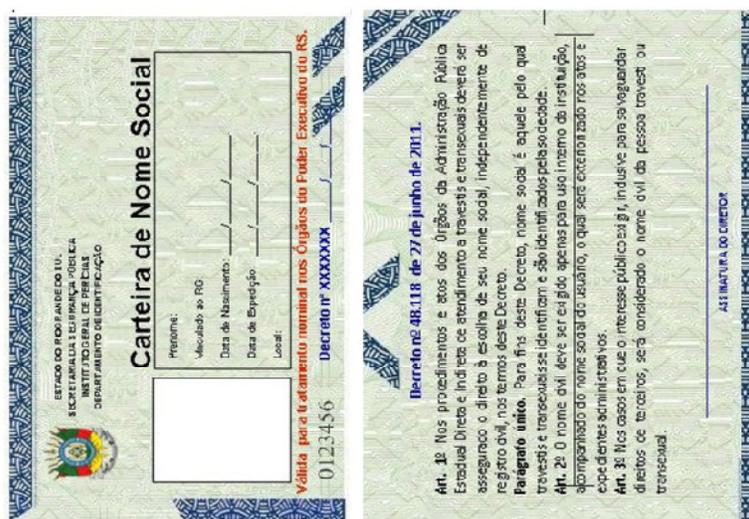


Figura 2 - Reprodução da carteira de nome social ofertada pelo estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: <<http://www.feministacansada.com/post/31024690147>>.

Este instrumento foi debatido amplamente no VIII Encontro Regional Sul de Travestis e Transexuais, ocorrido em 2011. Juízes, advogados e militantes do movimento trans discutiram sobre a formulação de uma jurisprudência do nome social. A ONG Igualdade-RS justificou a importância da criação de uma lei que amparasse o uso do nome social.

A presidente da entidade, Marcellly Malta, defendeu da seguinte forma: “É importante para a comunidade o nome social, para que possamos ter acesso nos espaços públicos sem sermos ofendidas e humilhadas”. Porém, o juiz de direito Roger Raupp Rios questionou: “Porque um nome social? Melhor para que todos sofram menos ter de fato um nome!” E concluiu: “Se é o nome que diz para a sociedade e o mundo quem somos, para quê solicitar o reconhecimento de um apelido? Pois, para mim, o nome social não passa de uma mera ilustração social, como um apelido público.”

Entre todos os grupos presentes, dos três estados que compõem a região Sul, apenas o Rio Grande do Sul lutava pelo reconhecimento do nome social, como forma de agilizar as ações do poder público em efetivar direitos, mesmo que ficticiamente, como explanou Rios (2011), criando um nome social. Geovana Baby, presidente da ANTRA (Associação Nacional de Travestis), relatou seu caso:

Todo o dia, ao amanhecer, quando adolescente, meu pai me dizia: “João levanta, João tome banho, João vá a escola, João vá ao mercado”, reafirmando minha falsa masculinidade. Quando iniciei o processo de transição, solicitei a meu velho pai que esquecesse João e passasse a me chamar de Baby. Já hormonizada e usando roupas femininas, ele me questionou: “Se te chamar de Baby não mais de João você iria ser mais mulher? Se só o nome fosse necessário para te fazer homem, você não estaria assim.”

Geovana Baby fez o relato acompanhada de muitas expressões, como ela mesma explicou. Isso há mais de 30 anos, no interior do Piauí. Se só um apelido pudesse fazer alguém mais mulher ou menos mulher, o trans jamais passaria pelo processo de mudança, pois somente o nome “heteronormatizaria” seus atos diante da sociedade.

Como disse Baby, Rios e Malta, o nome é o fato concreto da existência social da trans no espaço cotidiano. Sendo como nome, sendo como apelido público, sendo como nome social, é a afirmação política e pública de que a pessoa trans existe socialmente e é reconhecida nos espaços em que circula.

3.3 NÃO SOU UM TRAVESTI. SOU BEM MAIS DO QUE ISSO!

No primeiro dia de inserção no espaço de pesquisa, o grupo discutia a questão da criação do CBO²⁹ no Ministério do Trabalho, que garantia às travestis o direito a contribuírem à Previdência Social como “profissionais do sexo”. Uma fervorosa discussão, em que algumas estavam aprendendo a ir à busca de direitos e outras questionando se essa seria a melhor forma de buscar reconhecimento.

²⁹ Classificação Brasileira de Ocupações.

De fato, o fervor da discussão levava muitas a dizerem “*Eu sou prostituta*”, talvez por não reconhecerem o termo “profissional do sexo” como um termo relacionado à sua realidade social. Em meio à confusa discussão confusa, ficou difícil de entender o fluxo do debate. Alguém puxa o assunto “travestilidade”, que não deveria ser como estava no dicionário. Segundo o Dicionário Aurélio: “**travesti** - s.m. (pal. fr.) Disfarce no trajar. (Usa-se geralmente em relação a homens que vestem roupas femininas, ou vice-versa.) / P. ext. Indivíduo, às vezes artista, que usa travesti”.

Em meio à discussão, a pesquisadora inserida neste espaço interveio com a seguinte assertiva: “Pois eu creio que o dicionário esteja certo em relação ao termo travesti”.³⁰ Foi um momento tenso. Sobreveio um momentâneo silêncio na sala e, logo, foi percebido o erro no processo do diálogo com os pesquisados. Uma das participantes afirmou: “Se está certo, qualquer pessoa que se veste de palhaço está travestido?”. Reafirmei o que dissera e, mais uma vez, rebateram: “Então somos como palhaças, travestidas de algo?”. Silenciei para não interferir mais na discussão.

No mesmo dia, próximo da finalização dos debates e consecutivamente do grupo, alguém relatava a necessidade de criar direitos diferentes para as pessoas trans*, com a finalidade de efetivar o acesso aos espaços e facilitar a vida social delas. Mais uma vez, intervi dialogando: “Mas, por que ter direito diferentes, se deveríamos ter os mesmos direitos?”³¹ Uma das participantes do grupo, transexual em processo de finalização do ciclo hospitalar do grupo de dois anos, advogada, funcionária pública e militante, rebateu da seguinte forma: “Para o direito, dar tratamento isonômico às partes significa: tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas diferenças”. Posto isso, decidi pela não intervenção.

Por meio da permanência no espaço, pode-se traçar um seu perfil. Assim, temos um grupo heterogêneo, que tem um fluxo permanente, onde pouco se observou debates fundamentados nas teorias sociais. O que ouvimos, durante quase um ano, foram relatos das angústias do cotidiano de

³⁰ Fala da pesquisadora.

³¹ Fala da pesquisadora.

quem não tem mais a rua como fonte de renda nem encontra espaço na sociedade que marginaliza e estigmatiza ou na família que abandona.

Os relatos foram muitos, alguns envolvendo mortes, o que serve de aporte a esta dissertação. Em um dos relatos, uma trans, de pouco mais de 50 anos, disse: “Quando a gente morre, somos apagadas da história, pouco existimos e, quando mortas pela própria polícia, pela sociedade e pela família, deixamos de ser nós, porque eles decidem quem somos. Sempre foi assim.” No momento dessa fala, estavam presentes alunos do Núcleo Indisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que, com a professora organizavam e recolhiam depoimentos sobre assassinatos do feminino trans no estado. A professora Dra. Jussara, em certo momento da sua apresentação e da justificativa do porquê da pesquisa, explanou:

Muitas travestis morreram na rua, no exercício da profissão, buscando sobreviver, buscando ser alguém, assassinadas, esquartejadas, consumidas pela escuridão da noite e, se olharmos os registros policiais, nada consta. A polícia não registra a morte de uma travesti como a morte de algo diferente, registra como qualquer outro homem que morre de infarto em casa. Assim, não há uma porcentagem de quantas travestis são assassinadas nas noites de nosso estado. Eu estudo assassinatos femininos e, certo dia, peguei-me pensando: “Por que não pesquisar as mortes das travestis? Afinal, o homem que mata não quer exterminar um homem vestido de mulher, quer exterminar uma mulher, que, diferentemente das outras, causa-lhe desejo, e um desejo que a sociedade diz que é errado.” Assim, decidi que pesquisaria as mortes das trans, mas esbarrei na causalidade do nome, a polícia não registra morte de Patrícia por esfaqueamento, relata a morte do homem, Manoel, morto por inúmeras facadas, e, ai, por conta do nome, por ordem do sexo, nem na morte os travestis existem.

Assim, evidenciados e desvelamos, pela questão do nome, a invisibilidade trans diante da morte. Ninguém relata que uma travesti morreu, nem mesmo os jornais, que falam “o travesti”, reafirmando essa ordem normativa dos sexos. Bento (2013) relata que “as identidades trans colocam o mundo para pensar: o que é masculino e o que é feminino?”. De quem estamos falando? Do homem, da mulher? Do humano? “O inseguro nos causa estranhamento” (BUTLER, 2007). Nesse caso, falamos da pessoa trans* no espaço político da morte, a negação da existência do estranho, possibilita que a morte seja apagada da história. Assim, Bento (2013) pontua que:

No caso da questão dos direitos das pessoas trans*, o que se está demandando é o direito de humanidade. E a pergunta que eu faço é: "Quem tem direito aos direitos humanos?" Que não é uma pergunta banal, a filosofia costuma discutir o humano, o homem com maiúsculo, razão absoluta. Desce pra vida! Coloca carne, coloca osso, enche o seu esquema analítico de vida para você ver que no mundo real as travestis são assassinadas por que não são gente, e aquele cara que assassina a travesti – e ele não assassina apenas uma vez, mas várias vezes com várias facadas – ele assassina com autorização que a sociedade lhe diz que aquele corpo não tem humanidade suficiente para compartilhar o mesmo espaço que o meu. Não é à toa que não temos processo, que os processos não chegam ao final, que os assassinos das travestis e das transexuais e dos transexuais não vão para a cadeia. Não vão para a cadeia por que eles não mataram um ser humano, você não vai para a cadeia se alguém, por exemplo, dissesse que você matou um bicho, nem bicho é. Não é ser humano. Então parece que a questão da transexualidade inaugura reestabelece uma coisa muito interessante que é uma disputa, um projeto do que é o ser humano. A humanidade não está pronta, é um projeto a ser disputado. Estamos num processo intenso de disputa do que é o ser humano, quem tem direito a estar no mesmo espaço do que eu? Por quem eu choro? O choro é aquilo que mais humaniza o outro lado da morte, quem chora pela travesti? Quem chora pela transexual? Esse cara que mata travesti não é que ele seja doente, não é que ele seja transtornado, não é que ele seja anormal como nos faz crer algumas vertentes da psicologia. Ele é resultado de um projeto social onde todos nos participamos como produtos e indutores.

A sociedade relatada pela autora, composta por um conjunto social formado por normas, atos e subjetividades que ordenam, orientam e reafirma que a sociedade é dona de nosso corpo, tenta nos formatar, desde o nascimento até a morte. Assim, Butler (2007) argumenta que alguns conseguem escapar, alguns conseguem fugir e remontar suas realidades.

A travesti não é somente o fugitivo da norma, ela é a extremidade, é a marginalidade, que invade a calma da vida "cotidiana" em busca do que lhe foi negado. O reconhecimento do nome não é somente o reconhecimento da identidade, é o reconhecimento do diverso, do difuso, do marginal. Recordo do dia em que a presidente da ONG, Marcelly Malta, adentrou o espaço do grupo apresentando sua nova certidão de nascimento, onde constava seu nome, feminino, porém, ainda sem mudança no sexo biológico, apresentando apenas sua identidade de gênero. Disse: "Sou a primeira travesti a conseguir mudar o nome no registro civil, sem fazer cirurgia ou passar por grupo, graças ao laudo técnico da Dra. Elizabete Zambranno, que reconheceu minha identidade de gênero". Criando jurisprudência, Marcelly possibilitou que outras meninas** pudessem mudar seus nomes sem a necessidade de passar pelo processo de

transgenitalização ofertado pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Sobre o fato, o Grupo Somos publicou em seu *site* a seguinte notícia:

Pela primeira vez uma travesti consegue ter seu nome social reconhecido legalmente e retifica sua certidão de nascimento. A travesti Marcelly Malta Schwarzbald, 60 anos, presidenta do Conselho Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de Porto Alegre e Presidenta da Igualdade - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul recorreu à Assessoria Jurídica do Grupo SOMOS Comunicação Saúde e Sexualidade em novembro do ano passado para buscar o direito de alterar o prenome nos seus documentos, uma vez que é assim que todos a conhecem e é o nome que adotou socialmente. Os advogados Gustavo Bernardes e Bernardo Dall'Olmo de Amorim, responsáveis pelo processo conseguiram junto à Vara de Registros Públicos através do Juíz Antônio Carlos Nascimento e Silva a retificação de seu nome no registro civil. Para Dall'Olmo de Amorim a importância está em ter o reconhecimento do Estado da construção da identidade de gênero e não somente do caminho da patologização, como comumente são tratados os casos das pessoas transexuais. "Neste caso a Marcelly demonstra que é possível ser reconhecida legalmente como uma pessoa do gênero feminino, mesmo que se mantenha como sexo masculino na certidão de nascimento", afirma. "Parece que nasci novamente", afirma Marcelly Malta Schwarzbald. "Fico muito orgulhosa de poder saber que daqui pra frente outras travestis poderão evitar constrangimentos e humilhações e conseguirão o mesmo direito de alterar seus prenomes nas identidades", conclui. (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade³²)

O que foi avaliado na tomada do direito à mudança do nome na documentação social da presidenta da ONG? Foi avaliado não o nome, não sexo. O julgamento, segundo relato dela no grupo, foi ao gênero que ela afirma ter. Como poderia o Poder Judiciário dizer que essa mulher trans não pode ter seu nome reconhecido e negar o direito dela ao reconhecimento social, se a sociedade já a havia reconhecido?

Seria esse um grande passo no espaço jurídico? Percebe-se que, paulatinamente, está-se discutindo não mais a ordem sexual do outro, mas a identidade social, como explicou Bento (2013):

quem vai saber se entre minhas pernas há um pênis ou uma vagina, quem desconfiará se meus seios são de carne, de prótese ou de algodão, se me apresente como mulher, se a sociedade me reconhece como mulher, porque o judiciário não o faz assim?

A comunidade trans luta pelo livre acesso à mudança do nome, não quer apelidos públicos e notórios, como bem disse Rios (2011), mas um nome, um

³² SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade. Disponível em: <<http://somosglbt.blogspot.com/2011/02/travesti-conquista-mudanca-de-nome-na.html>>.

reconhecimento de um direito que não somente garanta a igualdade diante dos “normais”. Buscam efetividade diante da vida e da morte, que materializa fatos, que sistematiza dados, que possibilita ao outro a humanização, o reconhecimento social e o acesso a bens de direito, ao consumo e ao lazer.

3.4 PESSOAS TRANS* E O DIREITO

Durante todo o processo de inserção no espaço da pesquisa, o que observei como principal ação foi a preocupação com o reconhecimento das pessoas trans* como cidadãs, com deveres a ser cumpridos e, é claro, o reconhecimento de que possuem direitos, como expressou Marcelly, em uma de suas falas: “Muito embora todo mundo nos trate diferente, somos iguais a todos em deveres e direitos. Afinal, pagamos nossas contas e nossos impostos e por isso devem nos respeitar.”

Esta afirmação surgiu no momento em que o grupo estava recebendo uma visita da representante da Promotoria Pública, que falou sobre direitos sociais. A intervenção da promotoria não era focal, era ampla, pois sua intenção era subsidiar as duas ONGs, a Igualdade e o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP – organização que atua junto a mulheres prostitutas no exercício da cidadania). A intenção era dar subsídio ao reconhecimento de que deveriam pagar a previdência social para poder garantir seus direitos quando mais velhas e, se necessitarem, antes disso, com benefícios que todo o contribuinte do regime geral da Previdência Social obtém com os pagamentos em dia. As discussões foram infinitamente ricas, com as falas das mais antigas assumindo não terem essa possibilidade no passado. Muitas ainda estão na atividade, porém, das pessoas trans* o que ouvimos foi que têm receio em ir a essas instituições públicas, onde o documento que compõe sua identidade masculina é mais importante do que o fato de serem “garotas de programa”.

Como explicou uma das meninas**, “Além de entrar nesse lugar e assumir que somos prostitutas, ainda teremos que aguentar uma amapoa³³ me chamando de senhor ou, pior ainda pelo nome, na frente de todo mundo”. Da

³³ Gíria usada pela comunidade LGBT para designar “mulher”.

conversa ainda surgiu outra questão: “E a gente vai pagar como homem ou como mulher?”³⁴

De fato, essas questões são fundamentais. Será que os espaços institucionais estão preparados, física e profissionalmente, para o atendimento a essas expressões sociais, que possuem direitos, que muitas vezes não os acessam por medo da forma como serão atendidas. Como a lei as reconhece: pelo genital, pelo gênero, pela estrutura física? A lei prevê uma forma de pagamento que seja diferenciada? Ou, como explicou uma das participantes para a pesquisadora, “Será que quem pensou a lei, levou em conta a nossa diferença?”. Ou, melhor, como explicou uma das meninas**, será que a lei proporciona “igualmente aos iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas diferenças”?

Segundo pesquisas sobre o processo de cuidado com o atendimento aos usuários do sistema da Previdência Social, não há indícios de normas técnicas que preveem o atendimento valorizando o cuidado com o gênero e a postura diante desses casos específicos. Todas essas reflexões que emergem do cotidiano dos pesquisados e que invadem o campo do direito, não apenas como perguntas individuais, mas como reivindicações pontuais da minoria sobre o acesso ao direito, mostram a necessidade da criação de uma lei que não só beneficie o profissional do sexo que emerge do espaço trans, mas que também possibilite que o mesmo se sinta atendido, valorizando a sua realidade pessoal.

Assim, de posse de um processo de ratificação de nome de uma das minhas informantes e pesquisada, que, em seu trabalho, à frente da ONG no interior do estado (de onde é natural), pude observar o desenrolar das questões que envolvem seu nome e o reconhecimento a sua identidade

³⁴ A lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, fundamenta o regime geral da Previdência Social, determina o direito do cidadão contribuinte a acesso aos benefícios sociais previstos na mesma e prevê o prazo de pagamento para a obtenção de aposentadoria por idade. Ainda, salienta que para a obtenção do direito a benefícios como auxílio doença, auxílio reclusão, auxílio maternidade, pensão e outros o beneficiário deve ter, se iniciante à contribuição, 12 meses consecutivos de contribuição; se já inscrito anteriormente o precisa ter somente um 3 de contribuições sociais. Sobre o benefício da aposentadoria, a lei prevê que para o homem obter o direito deve ter 35 anos de contribuições consecutivas e a mulher 30 anos, havendo profissões que cujo tempo de contribuição pode ser menor.

feminina, vendo como os próprios juristas pensam a relação corpo *versus* identidade, ou, ainda, como entendem que não é apenas um nome, é a fundamentação social e psicológica da pessoa trans* que está em jogo. Fundamenta-se não apenas em cima da ação do nome, mas da relação abrangentes e específicas relacionadas. Assim, a Dra. Jardim, advogada que da informante, ao encaminhar o processo de “Retificação de registro de nascimento”, traz como um dos tópicos primeiros a seguinte afirmação sobre a informante:

2- desde tenra idade questionou-se sobre o sexo que sabia ter e o sexo que desejava ter. Esta inconformidade existe até a data atual, sendo que o autor procurou atendimentos variados e descobriu que é portador de moléstia intitulada “transexualismo”, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (CID-10) ou “Transtorno de Identidade de Gênero”, conforme nomenclatura dada pelo Manual Diagnósticos e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – IV). (JARDIN, 2010, p. 2 – processo judicial nº 001/1.10.0217508-0)

Existe uma forte necessidade jurídica em *patologizar*³⁵ a identidade de gênero para propor o acesso ao direito de mudança de nome. E o que questionamos é: E se assim não fosse feito, o acesso ao direito teria efetivação? Para a construção do processo, a Dra. Jardim ainda solicitou uma avaliação psicológica à proponente da ação, em função do que a psicóloga Fridman (2010) produz a seguinte avaliação e análise de nossa informante:

O periciado se identifica com o sexo oposto ao da identidade civil. Possui aparência física do sexo feminino, tendo realizado tratamento hormonal e cirurgias para a sua transformação. Vem à avaliação psicológica, por solicitação de sua advogada, a fim de retificar o seu registro civil, com a alteração de seu nome e gênero. Para que a sua documentação fique compatível com a sua identidade física e psíquica. (FRIDMAN, 2010, p. 1 – avaliação psicológica)

Na análise do discurso da psicóloga, observamos mais a preocupação em não só patologizar o direito, mas, de alguma, forma chamar a atenção de toda a fundamentação social que existe por trás do direito ao acesso da

³⁵ “Entendo por patologização da normalidade toda forma discursiva geradora de regras sociais e normas de conduta que são utilizadas para classificar, etiquetar e às vezes punir. Regras que determinam como os sujeitos devem proceder a partir de parâmetros que, na maioria das vezes, não leva em conta a particularidade da dinâmica pulsional do sujeito em questão. Pergunto-me, ainda, qual a nossa participação, nesse processo que pode estar conduzindo a uma patologização da existência. Nunca é demais lembrar, que o termo psico-pato-logia traduz um discurso, um saber, (logos) sobre as paixões, a passividade (pathos) da mente, da alma (psiquê). Trata-se, pois, de um discurso representativo a respeito do sofrimento psíquico; sobre o padecer psíquico.” (CECCARELLI, 2010. p.125-136)

mudança do nome. Desta forma, Fridman (2010) faz as seguintes avaliações sobre a informante:

Existem diferentes conceitos de transexualidade. Eles têm em comum a incompatibilidade da conformação genital com a identidade psicológica sexual no mesmo indivíduo. O transexual é aquele que recusa totalmente o sexo que lhe foi atribuído civilmente. O periciado identifica-se psicologicamente com o sexo oposto, embora biologicamente não seja portador de nenhuma anomalia. Possui genitálias perfeitas, interna e externa, de um único sexo, mas a nível psicológico responde a estímulos do outro. Portanto, o avaliado se encontra nesta condição, tem uma autoimagem invertida e, por isso, se sente diferente (espécie/gênero) daquilo que fisicamente o representa (sexo/órgão) e isolado por esta disparidade, necessita se afirmar socialmente, inclusive em seu papel sexual, como pertencente ao sexo oposto. (FRIDMAN, 2010, p. 2 – avaliação psicológica)

A avaliação psicológica afirma que nossa informante é uma pessoa trans*, que se encontra em desarmonia com relação à sua identidade civil e à identidade de gênero e que, diante de tudo isso, a ação correta é, para além do sexo privado, proporcionar que no âmbito público ela possa ser reconhecida pelo nome que fundamenta a identidade de gênero feminina, que é diferente da sua identidade biológica. Ainda sobre a avaliação, Vieira (1999) afirma que:

Sexo, segundo Flammarion é o conjunto de características estruturais e funcionais que distinguem o macho e a fêmea (in Dictionnaire de médecine, Flammarion, Paris, 1975, p. 669). Entretanto, consideremos o sexo do indivíduo o produto da justaposição de diversos elementos: cromossômico ou genético, cromatínico, gonádico, anatômico, hormonal, social, jurídico e psicológico. Em havendo desarmonia entre eles, o componente que apresenta maior relevância é o psicológico. (VIEIRA, 1999, pp. 457-458)

Assim, a atora reafirma que a avaliação psicológica tem peso no decorrer do processo de reconhecimento da necessidade do acesso ao direito, não apenas por fazer a ligação entre escuta do paciente, mas como elemento que dá visibilidade às necessidades que emergem do sofrimento psíquico e social que a pessoa trans* vivencia, levando a análise ao campo do direito, dando embasamento por meio das respostas dadas pelo avaliado. Dessa forma, a Dra. Jardim, avalia que:

Transexual é o indivíduo que possui a convicção inalterável de pertencer ao sexo oposto ao constante em seu Registro de Nascimento, reprovando veementemente seus órgãos sexuais externos, dos quais deseja se livrar por meio de cirurgia. Segundo uma concepção moderna, o transexual masculino é uma mulher com corpo de homem. Um transexual feminino e, evidentemente, o contrário. Suas reações são, em geral, aquelas próprias do sexo com o qual se identifica psíquica e socialmente. Culpar este indivíduo é o

mesmo que culpar a bússola por apontar para o norte. (JARDIM, 2010. p. 5, processo judicial nº 001/1.10.0217508-0)

Para além do reconhecimento jurídico do nome feminino da informante, a Dra. Jardim, nos chama atenção ainda para outras questões que ocorrem fora do espaço burocrático: a vida cotidiana nos exige sempre a autoafirmação. Como fazer isso se o nome como instrumento para tal ação lhe é um problema? Reconhecer a necessidade de direito à dignidade humana significa ir além dos tribunais, reconhecendo que o outro precisa afirmar-se no espaço comunitário, sem sofrer com um nome que não condiz com a sua verdade e é instrumento de violência psíquica.

A dignidade e a igualdade são direitos fundamentais, que devem ser protegidos pelo Estado de Direito e pelo Estado Social, dando ampla proteção a todos os seres humanos. Porém, como pontua a Dra. Jardim (2010, p. 5), “este direito, contudo, não é exercido em sua plenitude” e, por não ser pleno e acessado por todos, o que temos são situações “embaraçosas e constrangedoras”, que não só provocam humilhação, mas atingem a pessoa trans na relação interpessoal com a comunidade, sem falar dos agravos psíquicos dos indivíduos.

Os sofrimentos, que “passam desde uma simples apresentação de documento de identidade para um caixa de supermercado até a exposição pública quando tem o nome chamado em uma fila de espera” (JARDIM, 2010, p.5), são provas afirmativas do quanto sofrem as pessoas trans no cotidiano comunitário e social.

No decorrer do processo de nossa informante, nota-se a extrema preocupação da jurista em não apenas patologizar a ação, mesmo que no limiar do processo observemos a patologização como justificativa primeira, porém, no decorrer da leitura desmistificou-se o fato de que somente a “doença” justifica o desejo à ratificação do nome. No percurso do processo, foi possível observar que a autora recuperou-se em evidenciar por outros acórdãos o quanto é necessário o reconhecimento do direito do outro ser quem é, de forma física, psíquica e social.

A autora do processo judicial expõe que, no Rio Grande do Sul, “há muitos anos, são julgados casos envolvendo transexuais, sendo que as

sentenças são normalmente procedentes” (JARDIM, 2010, p. 6). Desta forma, traz a seguinte informação no decorrer do processo:

Item 09 – A vara de Registros Públicos de Porto Alegre também adota o mesmo princípio do Tribunal de Justiça do Estado, permitindo a alteração SOMENTE de nome, antes do paciente ser submetido a operação de transgenitalização e de sexo APÓS ter se submetido a esta operação. (JARDIM, 2010, p. 8)

O que de fato elucida o reconhecimento social do indivíduo, já que o que se busca é a adequação pública do reconhecimento gênero feminina por meio do nome, ação que elimina muitas das complicações do cotidiano social da pessoa. Assim, fundamenta-se uma questão extremamente importante quando estamos falando das pessoas trans* e do direito ao reconhecimento de sua identidade de gênero feminino, questão essa que, respondida e entendida, leva-nos a descobrir a importância social que o nome tem. Disto, surge a seguinte questão: O que se entende geralmente por nome?

Assim a jurista nos trará as seguintes respostas: “Nome é o vocábulo que se dá a cada pessoa e com o qual é chamado, por ser o seu designativo próprio e certo” (JARDIM, 2010, p. 8). Desta forma, temos que, como instrumento de interação social do indivíduo com outrem, o nome é, de fato, o maior dos instrumentos, pois informa aos outros quem somos. Dra. Jardim (2010) ainda fortalece sua defesa expondo que:

A identidade, que é um direito fundamental da pessoa humana. Inaugura os direitos de cunho moral, exatamente por se constituir no elo de ligação entre o indivíduo e a sociedade em geral. O bem jurídico tutelado é a identidade, que se considera como atributo insito na personalidade humana. (BITTAR, apud JARDIM, 2010, p. 8)

O que observamos como defesa de nossa informante é a importância de deixar claro o quanto o nome fundamenta o reconhecimento da “feminilidade” diante dos espaços comunitários ao qual a trans recorre no seu dia a dia. A autora ainda nos traz a seguinte afirmação, do desembargador aposentado Giorgis (2006), que, segundo o julgado, afirma:

O nome assume fundamental importância individual e comunitária como fator determinante da identificação, encerrando a qualidade de direito personalíssimo e atributo da personalidade, aqui emanada do princípio da dignidade, o que justifica o pleito. (GIORGIS, 2006, apud JARDIM, 2010, pp. 8-9)

As respostas aos pleitos de ratificação do nome são inúmeras. Algumas pessoas trans* acessam o direito através da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos, dá outras providências e afirma, em seu artigo 58, que os apelidos públicos e notórios podem ser acrescidos ao nome. Assim, algumas usam esse caminho para a busca do reconhecimento social. Porém, o acréscimo do “apelido” não elimina o nome masculino. O que acaba por gerar outros instrumentos de “estigma” (GOFFMAN, 1963). Do processo de nossa informante, julgado em setembro de 2010, o juiz proferiu o seguinte:

Sessarego (El Cambio de Sexo y su Incidencia em las relaciones familiares, Revista de Direito Civil, nº 56, p07), preleciona: “El derecho a la identidad personal es uno de los derechos fundamentales de la persona humana. Esta específica situación jurídica faculta al sujeto a ser socialmente reconocido tal como ‘el es’ y, correlativamente, a imputar a los demás el deber de no alterar la proyección comunitaria de su personalidad. La identidad personal es la ‘manera de ser’ como la persona se realiza em sociedad, com sus atributos y defectos, com sus características y aspiraciones, com su bagage cultural e ideológico. Es el derecho que tiene todo sujeto a ‘ser él mismo.’” Então, porque não deixar, também, que Carlos, em seu assento de nascimento, tenha o nome de Carla, já que pelo mesmo é reconhecido, caracteriza o seu elo de ligação com a sociedade e é atributo de sua personalidade? Impõe-se, de igual forma, o deferimento da alteração do prenome, para que o requerente, na expressão de Sessarego, tenha o direito de “ser El mismo”. (NETTO, 2010 – p. 55. Processo judicial n. 001/1.10.0217508-0)

A procedência da solicitação da ratificação do nome de minha informante deu a ela a possibilidade de mudar todas as suas documentações, certidão de nascimento, registro geral, CPF, dados bancários, contas em lojas e outros espaços públicos, ações que acompanhei de perto em todo o processo. Assim, obter o reconhecimento social é, de fato, uma forma de reinserção social, de reconhecimento do direito de ser quem se é.

Durante o percurso de minha inserção no espaço da pesquisa e na vivência do espaço onde elas circulam e discutem questões que envolvem o nome e o reconhecimento de sua identidade de gênero feminina, muito ouvi sobre a falta que fazia a ONG promover esse tipo de ação. Assim, em 2013, a ONG A Igualdade, no dia 25 de janeiro, data em que se comemora a visibilidade trans, fez o primeiro mutirão de processos de retificação do nome, ganhando, com isso, espaços nos principais *sites* e jornais do estado. Eis uma das notícias:

Uma fila animada se formou diante do balcão onde são entregues as ações judiciais para serem protocoladas, composta por estudantes, advogados, militantes de direitos humanos e mulheres – estas, um passo mais perto de terem sua identidade plenamente reconhecida pela lei. Neste Dia Nacional da Visibilidade Trans, nove transexuais e travestis tiveram seus pedidos para troca de nome em registro civil protocolados, no que foi o primeiro mutirão deste tipo no Brasil. O ato, uma realização conjunta do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) e do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade (NUPSEX), ambos da UFRGS, ao lado da Igualdade RS – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul foi precedida por uma marcha pela visibilidade. (SUL 21)

Assim, em dois mutirões, a ONG conseguiu efetivar a mudança do nome das pessoas trans* que habitam seus espaços, comprovando a necessidade do pleno reconhecimento psíquico, social e moral de cada uma das mulheres trans que compõem e dão vida à *A Igualdade*. O direito é, para todas, a única via de acesso a um reconhecimento pleno, que facilita a vida em comunidade, eliminando situações que depreendem o diferente, o exótico e o estigmatizado socialmente.

No decorrer de 2013, ainda surgiu, no campo do direito e no embate ao reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans*, uma questão pontual proposta nas redes sociais, nos grupos de debate da comunidade gay e transfeminista, por uma pessoa trans*, ativista dos direitos da comunidade LGBTT e principalmente das pessoas trans*. Em seu depoimento, essa pessoa nos chama a atenção para alguns entraves da jurisprudência brasileira no reconhecimento da identidade de gênero e para o fato de que instituições como a Polícia Civil, a Brigada Militar e outras procedem em relação às questões ligadas às pessoas trans*. Em seu depoimento, relata:

Dia 13 de junho as 10h30 [sic], local Rua Humberto de Campos 315 /2° andar - Jecrim do Leblon, eu **Indianara Siqueira** serei julgada por Ultraje Público ao Pudor. Depois das “confusões” criadas na Marcha Das Vadias e criar o protesto “Meu Peito, Minha Bandeira, Meu Direito” onde [sic] algumas trans me seguiram. Enquanto policiais ficaram atentos até conseguirem me deter. Após receber voz de prisão por desacato ao me negar a assinar o B.O. e liberada após pagamento de fiança feito por companheiras vadias, recebi a intimação do julgamento. Independente do resultado do julgamento e mais que uma pessoa ou um coletivo, o que estará sendo julgado é o gênero, a imagem do feminino que não tem o mesmo direito que o masculino. A justiça criará também um dilema. Se me condenar estará reconhecendo legalmente que socialmente eu sou mulher e o que vale é minha identidade de gênero e não o sexo declarado em meus documentos e isso então criará jurisprudência para todas as pessoas trans* serem respeitadas pela sua identidade de gênero e não pelo sexo declarado ao nascer. Se reconhecer que sou homem como consta nos documentos estará me dando o direito de caminhar

com os seios desnudos em qualquer lugar público onde homens assim o façam, mas também estará dizendo que homens e mulheres não são iguais em direito. (Indianara Siqueira, 2013)

A ativista transexual, líder de uma ONG chamada Transrevolução, do Rio de Janeiro, que atualmente organiza a Marcha das Vadias na cidade. O discurso chama atenção para o campo do direito, como este espaço de proteção reconhece o outro que possui uma identidade pautada na relação de gênero, não somente formada a partir do seu sexo e das prerrogativas que este limita a cada um, como ação e interação social.

As questões que emergem do diálogo nas redes sociais são infinitas. Porém, o discurso do reconhecimento do nome, da afirmação do gênero por meio dele, é sempre presente. Se há outra forma de ser mulher socialmente, ainda não obtiveram informações sobre ela. Não se é mulher só por possuir vagina, sentir prazer, menstruar ou usar salto alto e brincos. Não se é mulher unicamente pelo uso da saia, da meia calça, da maquiagem e do perfume sedutor. Como no campo do direito se fundamenta a existência do feminino, diante da duplicidade em que a biologia é uma e a essência é outra?

4 MUDE, MAS COMECE DEVAGAR – HISTÓRIAS DE QUEM FEZ DA TRANSFORMAÇÃO SUA FELICIDADE

*Mude, mas comece devagar,
Porque a direção é mais importante
Que a velocidade...*
Clarisse Linspector
(Trecho extraído da poesia *Mudar*)

Quem são as portadoras das vozes que emergem do mundo trans? Será mesmo que a sociedade ouve a voz que emana das minorias sociais? A principal preocupação deste capítulo é proporcionar a fala, filtrar o discurso, entender as histórias e descobrir um pouco mais sobre a realidade social de cada uma das personagens, informantes, de inúmeros espaços, em inúmeras profissões, muitos rostos, com disparidades eventualmente demonstradas por meio de suas falas.

Buscou-se não apenas contar as histórias, mas também possibilitar às trans que contem suas trajetórias, construindo humanidade e reconhecendo o processo de transformações, evidenciando a transgressão, que vem das extremidades, é estranho ao centro, é exótico à normalidade, afeta a moral, provoca a discussão, desmistifica o binarismo e enfrenta a heteronormatividade.

Quem são essas fêmeas de alma, mulheres no corpo e homens no sexo? Quem são essas personagens sociais, cabeleireiras, donas de casa, domésticas, professoras, ativistas, estudantes, garotas de programa, que enfrentam a sociedade em prol do reconhecimento social da mulher que há dentro de si?

A discussão proposta possibilita observarmos desde de dentro o que do lado de fora, apenas como transeuntes e observantes, não conseguimos assimilar em relação a esses corpos marginais, a essas muitas vezes estranhas “criaturas”, efêmeras que circulam em nosso cotidiano.

Quem é essa mulher? Não é apenas uma pergunta feita às entrevistadas com a finalidade de obter uma resposta pronta. Ser mulher de sexo e gênero compatíveis já não é tão fácil atualmente. E ser mulher com todas as transgressões do corpo, é ser que tipo de mulher? Que mulher cada uma das meninas** descreve ser? Seus perfis sociais têm relação com essa concepção do gênero?

Seus nomes, seus elementos e suas identidades são construções sociais como as das mulheres cisgêneras; porém, o percurso que essas mulheres trans, que essas pessoas trans percorrem, em inúmeros casos, não são fáceis. Existe nelas uma determinação em ser de fato o que sentem muito forte, que transcende as regras sociais, as normas morais e o ordenamento heterossexual.

Ouvindo-as em seus espaços, podemos perceber que os caminhos as levam a lugares diferentes; mas, ao ouvi-las dando enfoque à questão do nome, podemos perceber que este traço tem fundamental significância sua vida social.

4.1 VOZES TRANS: RELATOS E HISTÓRIAS DE VIDA

Foram quatro diálogos com distintas pessoas, todas da mesma cidade. Porém, o que se levou em consideração foram as idades de cada uma delas e a construção social de suas identidades de gênero. Assim, foram selecionadas duas travestis (transgêneros) e duas transsexuais. O que se buscou observar foram os discursos em relação às suas trajetórias e a seus âmbitos familiares, profissionais e sociais, levando em consideração a concepção de mulher de cada uma delas, dando enfoque final às discussões sobre a importância do nome para a vida cotidiana de cada uma.

As entrevistadas são todas de São Borja, uma pequena cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, conhecida por legar dois presidentes da República (Getúlio Vargas e João Goulart). Além da história política, possui uma realidade tipicamente interiorana, com relações patriarcalistas, em um contexto ainda presente em algumas cidades do interior gaúcho. Contudo,

apresenta uma forte, ainda que incipiente (pouco mais de dez anos) luta pelo reconhecimento social.

Com a chegada de uma universidade, de uma escola técnica federal e de instituições privadas de ensino, a cidade foi tornando-se cada vez mais jovem e, portanto, mais aberta a novas concepções sociais, uma vez que vários desses jovens vêm de grandes metrópoles, em busca do tão sonhado diploma.

A juventude está cada dia mais flexível e disposta à mudança! Não raro, cada vez mais cedo as pessoas trans assumem suas identidades sociais adversas à biologia e encontram dentro da família a possibilidade de reescrever suas vidas, diante dos olhos de quem as viu nascer e crescer como meninos e, no processo de transformação, reinventar-se socialmente para si e para outrem.

4.1.1 Bethina Soares

Bethina Soares, como é conhecida atualmente, tem 17 anos de idade e acabou de formar-se no ensino médio. Diferentemente de algumas meninas, escolheu dançar a valsa de formatura não com seu pai ou irmão, mas com seu melhor amigo. Diferentemente de algumas meninas de sua idade, não teve a tradicional festa de 15 anos, com buquês, trocas de sapatos e apresentação à sociedade. Atualmente, prepara-se para concursos vestibulares, a fim de adentrar os espaços acadêmicos. Escolheu Engenharia para ser sua profissão.

A menina tão jovem que apresento poderia ser qualquer menina que escolhe não seguir certas normas heterocêntricas da sociedade. Porém, ela nasceu menino e se chamou Vinicius, até os seus 16 anos de idade. Em uma conversa em sua residência, acompanhada pela mãe, Bethina Soares me contou sobre seus anseios e sobre o mundo novo que se apresentou nos últimos meses.

A entrevistada começou contando: “Há mais ou menos um ano, decidi assumir meu gênero feminino”. Logo, perguntou-me: “Quer que eu conte tudo, desde o início?”. Respondi afirmativamente, ao que houve o silêncio repentino,

um certo constrangimento. Porém, a mãe de Bethina disse: “Conta tudo. Tu sabes que a mãe sabe de tudo.” Então, o diálogo ficou muito mais fácil.

Relatou que desde muito pequena se sentia diferente dos outros meninos, que quando tinha cinco anos, ao brincar, colocava os lenços de sua mãe na cabeça e brincava que era seu cabelo. Porém, só percebeu que “*era diferente*” quando entrou no jardim de infância, pois, ao ver na sala de aula um menino e uma menina, ambos os dois lindos, viu-se em conflito com seus sentimentos por perceber que todos os meninos gostavam da referida menina e que todas as meninas gostavam do referido menino, mas ela, Bethina, ainda Vinícius, gostava do menino.

Bethina conta que falava para a mãe (a quem sempre foi muito ligada afetivamente) que gostava do colega. A mãe a repreendia, dizia que isso não era possível, pois era um garoto e deveria gostar de garotas. Foi quando a entrevistada se percebeu diferente, nesse contato com a sociedade, que a fez sair de seu mundo antes solitário, em que podia criar sua feminilidade utilizando lenços e fantasiando sobre si.

Com o passar do tempo, algumas coisas não puderam ser evitadas, como a feminilidade sua explícita e, é claro, o preconceito dos colegas dentro do espaço escolar. Porém, Bethina sempre seguiu em frente, sem dar muita atenção ao que lhe era dito, até o início de 2013, quando se viu prestes a formar-se e não queria estar na formatura de terno e gravata, porque não se identificava como menino, mas sim de vestido, sentindo-se plena com sua identidade. Mas, sendo menor de idade, ainda morando com os pais, como efetivar esse desejo? Foi por meio da afinidade com a mãe que decidiu abrir o jogo e dar uma reviravolta na sua vida. Disse-me que em 2012, quando tinha um “namoradinho”, sua mãe lhe disse: “A mãe sabe de tudo que tu fazes. Quando tiveres coragem, conta para mãe.” Depois disso, decidiu contar. Porém, disse à mãe que era gay.

Mais tarde, sua vida ainda tomaria outro rumo. Na escola, todos os seus amigos diziam que era muito feminina para ser só um menino gay. Relata que uma menina, com quem nunca havia conversado, um dia chegou e questionou se realmente ela (ainda “ele”, à época) era um menino. Ao responder que sim,

a menina lhe disse que era tão feminina que pensou que fosse uma lésbica com roupas masculinas.

Havia certo constrangimento com essa feminilidade, de modo que tentou, por muitos anos, esconder o que sentia e o que era. Em uma gincana na escola, para uma tarefa, travestiu-se e se sentiu bem com a situação, pois todos estavam dizendo que estava bonita, foi daí que a vontade de ser integralmente uma mulher sobreveio.

A ideia era fazer uma apresentação social, como nas tradicionais festas de 15 anos, onde toda a sociedade se faz presente. O momento escolhido para isso foi o dia de sua formatura no ensino médio. Porém, diante dessa vontade, seus amigos e sua mãe estavam com medo de que no dia houvesse alguém que a olhasse diferente. Então, sua mãe interferiu e lhe disse: “Se queres ser mulher, serás mulher agora, não só no dia da formatura, porque tens que te acostumares e acostumares os outros sobre tua identidade, porque pode ser um choque muito grande para ti e para os outros.”

A partir disso, a mãe adquiriu roupas, calçado e *lingerie*. Então, em uma festa de aniversário em abril de 2013, Bethina Soares foi apresentada para a sociedade e os amigos mais próximos. Logo depois da festa, nos dias seguintes, ainda permanecia vestindo-se como menino, porém, já estava fazendo tratamento hormonal, acompanhada por médico, a pedido de sua mãe. Não podia mais esconder o que estava ficando evidente. Até as professoras lhe disseram que já era hora de vestir-se somente como menina.

O nome foi escolhido pela mãe, que a renomeou novamente, acompanhou Bethina a instituição que produz a carteira de nome social e fez a solicitação junto com ela. A relação com o pai, contudo, demorou a desenrolar-se, pois ele tinha dificuldade em chamá-la pelo novo nome. Seu irmão, aparentemente, é distante, mas Bethina acredita que é pelo momento, pois sua mãe se dedica a apoiá-la e estar sempre junto no processo de reinserção social.

4.1.2 Estéfanny Mattos

Aos 19 anos de idade, ela se considera uma estrela. Porém, sob esse estrelato se esconde uma história pouco semelhante às dos contos de fadas. Essa menina, que nasceu garoto, sempre teve traços finos, que lhe conferiam um ar afeminado, com cabelos lisos e finos que insistentemente cresciam em demasia. Possuía, portanto, uma possibilidade natural de externar sua forma feminina.

Porém, sua trajetória não foi muito fácil. Nascida em Uruguaiana, foi criada em São Borja, a já referida fronteira, onde o tradicionalismo gaúcho e o machismo do sistema patriarcal imperam. Este menino, hoje menina, veio de uma complicada realidade familiar. Sua mãe, ao separar-se, mudou-se de uma cidade para outra, onde conheceu outro companheiro e teve mais duas filhas. Nada fora do normal. Porém, esta história começa a ter suas primeiras reviravoltas quando, aos 11 anos, sua sexualidade aflora e ela então percebe que não gostava de meninas, mas de meninos.

Ainda aos 11 anos de idade, em companhia de um primo, que é homossexual, permitiu-se a descoberta de sua sexualidade. Começou a frequentar festas já aos 12, quando transava com meninos e tinha seus primeiros contatos com drogas e bebidas alcoólicas. O momento da revolução de sua sexualidade foi percebida pela família, que não aceitou muito bem. Com cabelos compridos e feminilidade aparente em sua jovem face, via o padrasto pressionar sua mãe para que ela exigisse a mudança dele. As discussões começam a tomar força dentro de casa.

Em setembro, com cabelos cor-de-mel na altura do ombro, foi a uma cabeleireira e fez uma aplicação de cores de tintas, chamada de “balaiada”. Passou lápis preto nos olhos e *gloss* nos lábios, vestiu sua roupa da banda marcial da escola e, assim, compareceu ao tradicional desfile de 7 de setembro. Logo virou notícia, todos falavam que o Gregori estava virando mulher. Escolheu um nome momentâneo qualquer, ainda sem saber que nome teria em definitivo.

Ao chegar em casa, a mãe, já informada de seu feito, violentou-a pela primeira vez, agredindo-a fisicamente. Levou-a ao salão e, sob ameaça, mandou que cortasse o cabelo. A marca dessa ação ficou em sua memória: sua mãe tentara devolver-lhe a masculinidade cortando o cabelo, fazendo com que seus traços delicados não tivessem um molde que completasse ou complementasse a sua feminilidade.

Então, tudo que pensou em fazer foi mostrar que não estava feliz: fugiu de casa. Ficou alguns dias nas ruas com amigos, bebeu, usou drogas, prostituiu-se. A mãe foi à polícia, chamou o conselho tutelar, informou o pai dela (em Uruguaiana) e, finalmente, Estéfanny voltou para casa. A mãe o queria por perto, mas queria, sobretudo, que não desse sequência à sua vontade e a seus desejos, porque seu padrasto não aprovava a situação. Sendo ele mecânico, ocupando um espaço masculino, a feminilidade do filho emprestado o incomodava.

Logo que completou 13 anos, em julho, no rigoroso inverno da fronteira gaúcha, houve uma grande briga dentro de casa, na qual o padrasto pediu à mãe que escolhesse entre ele e o filho que queria se fazer filha. Aos gritos, a mãe e seu companheiro discutiam a vida do menino. Cogitavam mandá-lo para a casa da avó ou para o pai. O menino escutava tudo do outro quarto, junto com as irmãs mais novas, quando o padrasto disse “Escolhe: ele ou eu. Mas você sabe que não tem trabalho e eu não lhe ajudarei.”

A mãe fez a escolha que mais lhe causou dor: pediu ao menino que fosse para a casa da avó ou que encontrasse um lugar onde pudesse seguir sua vida. Felizmente, a Estéfanny conhecia a ONG *Girassol, Amigos na Diversidade*, da qual esta pesquisadora faz parte. Na mesma noite em que teve a derradeira conversa com sua mãe, encaminhou-se à ONG e, chorando, contou sua história e pediu abrigo.

Mudou-se para a ONG, mudou de escola e iniciou o processo de transformação de sua identidade. Representantes da ONG foram à nova escola e solicitaram que o nome feminino Estéfanny fosse posto na chamada, protegendo sua identidade de gênero. Em princípio, foi-lhe permitido usar o banheiro dos professores, até que os alunos estivessem acostumados com sua presença nos corredores escolares. Foi a primeira vez que seu nome, antes

Gregory, tomou a conotação feminina condizente com a sua identidade de gênero.

Neste mundo trans, algumas, ou quase todas as pessoas, são renomeadas por outras trans, que adotam afetivamente as mais jovens, com a finalidade de passar-lhes tudo o que sabem sobre o mundo trans. Estéfanny tomou, de vontade própria, Roballo como sua mãe trans, e assim ficou conhecida nas redes sociais, na vida estudantil e entre os amigos. Passou a ir à escola maquiada, de salto alto.

Tudo seria normal, se o fato de haver sido expulsa de casa não lhe causasse muita dor. Tentou, ainda, algumas vezes, voltar para a casa da mãe, com quem tornou a morar por um período, mas logo retornou a ONG. Voltou novamente para a família, mas a não aceitação de sua já formada identidade de gênero a levou para outra cidade. Foi em busca de independência, longe da família. Aos 16 anos de idade, mudou-se para Santa Catarina e passou a viver da prostituição de seu corpo.

Aos 17 anos, aplicou silicone industrial nas nádegas, buscando a perfeição do corpo feminino. Algo deu errado, teve infecções nas coxas, abscessos e febre. Voltou a São Borja, fez o tratamento, curou-se e até tentou ficar mais uma vez, mas não conseguiu efetivar sua permanência, tendo de voltar à prostituição. Quando bem estalada, ganhando dinheiro, passou a ajudar a família. Não sabe dizer se ajudou por amor ou por querer mostrar a eles que tem condições.

Colocou prótese mamária, fez aplicação de metacrilato no rosto, comprou cabelos para aplicar aos seus, raspou o “pomo de adão”, comprou roupas, sapatos e todo o aparato feminino e fez outra aplicação de silicone, em busca do corpo perfeito. O nome permanece o mesmo desde que foi renomeada. Hoje, usa o sobrenome da mãe.

A trans hoje tem 19 anos e, mesmo possuindo um corpo perfeito e considerando-se uma estrela, ainda assim, diz que a relação tortuosa com a mãe é o que lhe causa mais estranhamento. Às vezes acha que compra o amor da mãe; outras vezes, acredita no afeto que sua mãe tem. Sua feminilidade foi mais uma vez testada ao voltar para a cidade e ficar na casa de

sua mãe por duas semanas, para os festejos de Ano Novo. O padrasto não interveio em sua presença. Tudo estava indo bem, até a chegada de familiares e amigos do companheiro de sua mãe, em função do que sua mãe, preocupada com o que as visitas pensariam, perguntou a Estéfanny sobre onde ela ficaria ou com quem passaria a virada do ano. Nesse momento, a trans se retirou mais uma vez da convivência familiar. Jurou a si mesma que seria a última vez que ia embora, que fora a última tentativa de buscar o afeto materno. Sem brigas e sem diálogos, mãe e filha muitas vezes tiveram de escolher de que lado ficar, que caminho seguir e que escolha fazer.

4.1.3 Carla Santos Silva

Também nascida em São Borja, em uma família muito pobre, composta por dez filhos, sendo seis meninos e quatro meninas, nossa informante é a caçula. Criada junto dos meninos, sempre teve grande interação com as mulheres da família, principalmente com sua mãe. Eram outros tempos aqueles, em que assumir a sexualidade tinha uma conotação violenta para quem decidia por tal ação. Poucos homossexuais assumiam abertamente seus desejos pelo igual nessa cidade, poucos eram os que enfrentavam a sociedade como trans e, marginalizados, sobreviviam.

Desde criança, sentia-se diferente, mas não comentava com seus irmãos, por medo e vergonha. Sempre ouvia as pessoas criticarem os gays e, talvez por isso, manteve em segredo muitas coisas de sua vida. Sofreu abuso sexual de um vizinho. Segundo ela, tinha pouco mais de seis anos de idade quando iniciaram os abusos, e o vizinho tinha provavelmente uns 15. “Isso aconteceu até meus 11 anos”, relata.

Ela se sentia coagida, ameaçada, forçada a ficar calada. No início, não sabia o que estava acontecendo. Depois de um tempo, passou a aceitar a situação e, às vezes, até provocava a situação. Depois de certo tempo, conheceu outras pessoas que também tinham um comportamento semelhante ao seu. Foi quando começou a entender e descobrir coisas novas. Descobriu-se, libertou-se e passou a ter mais coragem e enfrentar seus agressores.

Mas continuava omitindo sua condição sexual para a família. Na verdade, sabia que a família percebia que era diferente, mas que preferiam não tocar no assunto. Encontrou nos estudos uma escapatória para esta situação. Quando jovem, soube o que era a violência contra os ditos “diferentes”, “desviados”, “estranhos” e “exóticos”. Uma de suas amigas, conhecida na cidade por ser assumidamente homossexual, recebia da população o apelido de “Paulinho Puto” (forma pejorativa de reconhecer o outro e sua sexualidade diferente), foi morta a pauladas e teve seu corpo jogado numa área militar. Após esse caso, muitos homossexuais se retiraram da cidade e foram atrás de liberdade e reconhecimento de si em outros lugares.

Carla tinha, então, 18 anos de idade, e também saiu de sua terra natal, em busca de um futuro melhor e de independência. Mudou-se para Santa Catarina, onde pode descobrir-se e constituir sua identidade. Porém, retornou ao Rio Grande do Sul e passou a viver em Porto Alegre, com amigos, todos *gays*, trabalhando em comércio, em *shoppings* e afins. Foi levando sua vida. Longe da família, pôde viver sua sexualidade livremente. Então, algumas coisas vieram à tona, e percebeu que não se encaixava em certos grupos.

Sua realidade mudou radicalmente. Viveu e passou por muitas situações complicadas, desde dormir na rua até ter de dividir porções ínfimas de comida com alguém para não passar fome. Em 2004, perdeu sua mãe – e considera que esta foi sua maior perda até hoje. Ficou sem rumo, entrou em depressão, acabou sendo afastada do trabalho.

Foi neste período que teve de tomar a decisão mais importante de sua vida, estava sem dinheiro e muitas de suas amigas, que até pouco tempo antes eram amigos, estavam vivendo como trans e foram morar na Europa. Ficou sozinha, até que uma dessas amigas a convenceu a virar trans, para ver se este seria seu caminho. Em seu grupo de convívio, foi a última a iniciar a transformação, a ir para a prostituição e a entender o significado do espaço de marginalização e dos inúmeros enfrentamentos pelos que uma trans passa na rua.

Aceitou a sugestão muito mais por necessidade. Contudo, acabou se encontrando e fazendo as pazes consigo mesma. Recuperou-se da depressão, tornou-se mais autêntica, dona de si. Passou a fazer uso de hormônio, colocou

prótese na mana, faz uso de silicone industrial, passou por algumas dificuldades com a aplicação, fez plástica no rosto e assumiu sua identidade de gênero feminina. Estava contente em ser mulher trans, reconhecida na comunidade LGBTT, mas precisava de mais, queria reaproximar-se de sua família. Resolveu enfim procurá-los.

Retomou os laços com a família: primeiro, com as irmãs; mais tarde, com os irmãos. Conta que essa foi a melhor de todas as suas escolhas, que a levou a ser reconhecida enquanto mulher trans pela família. Tomou ainda outras decisões sobre o seu nome trans, que surgiu da flexão feminina de seu nome masculino, o que é algo natural no mundo *gay*. Foi além, até conseguir a efetiva mudança de nome, uma das pioneiras do Rio Grande do Sul a garantir este benefício, via judicial. Obteve também a troca do sexo em sua documentação. Diz que o que mais lhe torna feliz é poder usar sua identidade e não ser chamada no masculino. Já estava transformada, com mudanças na sua aparência, que foram muito importantes para a sua autoaceitação e identificação como mulher transexual.

Mas, mesmo se vendo e sendo vista como mulher, seu nome de registro ainda era algo que lhe incomodava muito. Mais ainda do que o próprio órgão genital. Um dia, uma amiga lhe indicou uma advogada, que seria responsável pela sua retificação de nome civil. Quando o processo acabou, sentiu-se realizada. Aquilo que lhe incomodava era então coisa do passado. Além disso, tendo o apoio e o amor de sua família, considera-se muito feliz, mas continua na batalha diária por respeito, dignidade e reconhecimento como cidadã.

4.1.4 Bárbara Karina Pancieira

Em um final de tarde, tomando um mate, o ambiente era convidativo ao diálogo. Muito receosa do que iria me revelar sobre a sua vida, ao sentar à minha frente, na sala, Bárbara me disse que gostaria de falar baixinho. Ao questioná-la se a vontade de falar baixo era porque tinha algum segredo com a mãe, revelou que não, apenas que se preocupava com sua imagem e não gostava muito que os vizinhos soubessem sobre sua intimidade.

Perguntou-me, também, o motivo da entrevista. Deixei claro que era para a produção da dissertação, que havia escolhido ela por seu processo social e histórico. Ela agradeceu o convite e me disse que daria a entrevista, porque a pesquisadora era como ela, uma pessoa trans, se não, jamais o faria. Quando fez a cirurgia de readequação, por ser a primeira na cidade a fazer, todos queriam saber de sua história, a qual sempre fez questão de manter em segredo. Orientada por sua advogada, zelou sempre pela discrição.

Algumas ações de minha informante foram contundentes sobre o processo de construção de sua identidade feminina. Estava muito preocupada com o que sua mãe estaria pensando de nossa conversa. Quando fomos para seu quarto, onde pudemos ficar mais calmas e ela ficou mais confiante para me revelar sua vida, fez questão de informar à sua mãe o que estava fazendo, avisando que era uma entrevista e porque iríamos ao quarto, fechar a porta e ligar o ar condicionado.

Quando solicitei que me contasse sua história e se revelasse, afirmou: “Eu sempre fui menina!” Contou-me que, desde que se recordava sobre sua infância, nunca se viu como menino, sempre pensou em si como uma mulher. Afirmou que nunca conseguiu admitir seu órgão genital, que seus gostos eram femininos desde a tenra idade e que, quando adolescente, havia coisas que não conseguia controlar, como ereções noturnas, e aquilo para ela não era normal. Sentia-se invadida pelo órgão que, sexualmente, não lhe pertencia.

Contou que viveu todo o tipo de preconceito na escola, desde o mais aparente ao mais velado, posto que era este um espaço heteronormativo. Foi muito ruim para ela, em sua construção de gênero: era fila dos meninos e fila das meninas, banheiro de meninos e banheiro de meninas e, até na educação física, existia uma separação por sexo, o que lhe deixava entristecida, pois não queria fazer as atividades dos meninos.

Afirma: “Sofri porque não me encaixava, não tinha de querer e não querer”. Contudo, diz que sempre teve uma autoestima elevada, considera-se de “nariz empinado”. Viveu até os 12 anos de idade no interior, em Garrunchos, zona rural de São Borja. Ao mudar-se para a zona urbana, teve um choque cultural. Estava na sexta série, em 1982, em um novo espaço social. Passou a

ter inúmeros amores platônicos, pois, como relata, “Naquele tempo não podíamos falar abertamente sobre nossa sexualidade”.

Sobre as relações sexuais, Bárbara diz que sempre as manteve com muitos meninos, mas jamais deixava que tocassem em seu órgão genital, pois sempre se sentiu mulher em suas relações e, mesmo antes da cirurgia, sempre deixou claro sua performance sexual.

Afirmou que o processo de construção de sua identidade se deu muito aos poucos, quase como um grande segredo. Quando entrou na faculdade de Letras, já era um andrógono, usava roupas femininas, mesmo ainda tendo um nome masculino. Mas que a faculdade, assim como suas andanças políticas, abriram espaço para que pudesse acessar outros meios no campo do direito e no próprio entendimento sobre sua identidade de gênero.

Faz psicoterapia há 15 anos, num percurso de autoconhecimento. Conheceu muitos profissionais que duvidaram de sua sexualidade. Em 2003, iniciou o processo de hormonização, escondida dos pais, sob orientação médica. Sua família não sabia sobre sua vida afetiva e sexual, mesmo ela usando roupas femininas e sendo mais “afetada”. Nunca conversaram sobre homossexualidade e nem pensavam que poderia ser além, que poderia ser uma transexual.

Foi quando conheceu a candidata a deputada Maria do Rosário, em seu comitê eleitoral. Muitos assessores falavam da sua aparente transexualidade. Ao dialogarem sobre isso, falaram-lhe que, anteriormente, um hospital em Porto Alegre fazia as cirurgias de readequação sexual, mas, que o Clínicas estava começando a fazer essas cirurgias pelo SUS, gratuitamente, sob a condição de frequentar um grupo.

Assim, com essas poucas informações, foi ao Hospital de Clínicas e solicitou mais informações. A atendente lhe orientou a ir à Secretaria de Saúde e solicitar um encaminhamento para o Programa de Transtorno de Identidade de Gênero (PROTIG), que é um grupo que se encontra quinzenalmente e tem por finalidade encaminhar as transexuais à cirurgia de readequação sexual.

Ao solicitar em sua cidade, foi encaminhada a uma psiquiatra. Revelou que, talvez por ser a primeira transexual da cidade a buscar tal benefício,

sofreu muito nas mãos de alguns profissionais. Estava cheia de sonhos, acreditando na mudança. Considera que a médica foi muito indelicada no tratamento com ela e com a sua realidade sexual. Foi encaminhada para psicoterapia e, então, percebeu que não havia mais volta. Sua psicóloga lhe disse que deveria informar seus pais que estava em psicoterapia e porque estava em acompanhamento. Percebeu que teria de falar pela primeira vez com seus pais sobre a sua sexualidade. Questionou-se sobre como falaria para seus pais, já que nunca disse nem que era *gay*; dizer que era transexual e que iria fazer a cirurgia, então, seria ainda mais complicado.

Passou pelo mais complicado. Afirma que seus pais não compreenderam muito, mas sempre tiveram do seu lado. De posse do encaminhamento, foi para o Hospital de Clínicas, a uma entrevista que “Era quase como um vestibular”. Eram dois médicos lhe entrevistando. Após esse processo, passou a frequentar mensalmente as reuniões e que, em determinado momento, teve de levar a família. Convidou a mãe, que a acompanhou e informou que toda a família estava preparada para sua mudança. Fez a cirurgia, escolheu seu nome e se tornou de fato a mulher que era interiormente. Entende que “nada foi melhor do que ter em mim o que sempre desejei enquanto mulher trans” e que a mudança toda foi em seu próprio benefício, para sua felicidade plena.

4.2 DIÁLOGOS TRANS-VERSADOS

Quem é o outro que habita o corpo trans? Este é o maior dos questionamentos? Quem é a mulher que emerge do corpo masculino, que provoca a ruptura com a norma, com a família e com o que se tem de socialmente aceito como “normal”? Os diálogos que se apresentam neste momento vêm dos questionamentos feitos às nossas informantes, são respostas que refletem suas realidades, nos seus espaços sociais e atemporais. Sobre as relações familiares, quando questionadas sobre como a família foi avisada da transexualidade ou da identidade de gênero, as respostas deram-se da seguinte forma:

Sempre me senti bem em minha família, a mesma é protetora, senti-me no processo de crescimento, uma criança desejada, amada, cuidada e protegida [...]. Eu demorei muito a falar para minha família, nunca falei sobre ser *gay*. Imagina dizer que era transexual. Tinha medo [...]. Quando minha mãe soube, me procurou entender. Meus irmãos aceitaram, não tinham que interferir, meu pai foi mais complicado, mas a ele e minha família eu relevo algumas coisas. (B.K.P.)

Vim de uma família muito pobre. Quando saí de minha cidade, pude entender minha sexualidade. Sem medo, aprendi tudo sozinha. Minha mãe morreu sem saber que eu era transexual, pois foi depois dela falecer, em 2004, que dei início às mudanças e retomei os laços com a família. As irmãs foram mais compreensivas e, por meio delas, encontrei força para falar com os meninos de minha família. (C.S.S.)

“Minha mãe é um anjo, me dá suporte em tudo, foi ela que me levou ao médico para iniciar a hormonização, comprou minhas roupas e trocou meu armário. A relação com meu pai é mais distante, mas ele não interfere em minha vida. Meu irmão é o que demonstra mais desconforto, mas não é por eu ser transexual, é talvez pela mãe dedicar muito tempo em me proteger e cuidar, mas além disso ele não disse nada. (B.S.)

Minha mãe, fez as escolhas dela, sinto por não fazer parte dessas escolhas [...]. Minhas irmãs me apoiam e sabem que o pai delas é um pouco ruim comigo. A relação com minha mãe é um pouco movida pelo dinheiro, eu sinto que a amo muito e quero ela do meu lado, mas tem vezes que sinto que ela só quer dinheiro [...]. Sempre me sinto rejeitada por ela. (E.M.)

Existe no processo das relações familiares um desenrolar de ruptura com o que se tem formatado como sendo a forma correta de ser e estar em sociedade. Mesmo nas famílias mais abertas ao diálogo, existe no discurso de nossas interlocutoras a aparente confusão do espaço familiar em relação à presença da pessoa *trans**. Desta forma, em referência a este espaço social e comunitário chamado de família, que é espaço de convívio entre pessoas que mantêm alguma ligação consanguínea, parental e ou de permanência no mesmo espaço enquanto lugar “familiar”, perpetua-se polo de interação interpessoal das pessoas que compõem esse universo. Assim, Sarti, quando fala sobre a família na atualidade argumenta que:

Falar em família neste começo do século XXI, no Brasil, como olhares, implica a referência a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos. Com seus laços esgarçados, torna-se cada vez mais difícil definir os contornos que a delimitam. Vivemos uma época como nenhuma outra, em que a mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de sofrer importantes abalos internos tem sido alvo de marcantes interferências externas. Estas dificultam sustentar a ideologia que associa a família à ideia de natureza, ao evidenciarem que os acontecimentos a ela ligados vão além de respostas biológicas universais às necessidades humanas, mas configuram diferentes respostas sociais e culturais, disponíveis a

homens e mulheres em contextos históricos específicos. (SARTI, 2007, p. 21)

Portanto, a família enquanto espaço de interação social, psíquica e histórica do processo de convívio e proteção também sofre, nesse novo contexto pós-moderno, digitalizado e cada vez mais capitalista. Transformações em seu núcleo ocorrem com mais frequência. Porém, é necessário questionar se essas novas configurações familiares estão realmente criando novos espaços de proteção às pessoas trans, libertando-as dos padrões heteronormativos que, de alguma, forma impulsionam a violência, subalterniza e oprime o diferente e o exótico.

Quando dialogamos a partir do discurso do outro, provocamos uma “transformação da consciência” (SPIVAK, 1942, p. 33) dessa personagem subalterna ou estigmatizada. Podemos, então, reconhecer uma “identidade na diferença” (SPIVAK, 1942, p. 37), pois, segundo Goffman (1963),

A identidade pessoal, então, está relacionada com a pressuposição de que ele pode ser diferenciado de todos os outros e que, em torno desses meios de diferenciação, podem-se apegar e entrelaçar, como açúcar cristalizado, criando uma história contínua e única de fatos sociais que se torna, então, a substância pegajosa à qual se vem agregar outros fatos biográficos. (GOFFMAN, 1963, p. 67)

Reconhecer-se como um ser único, dotado de identidade particular e que não segue a ordenação biológica, coloca as “pessoas trans” na situação de particularismo, estigmatizadas e subalternizadas. Porém, o que as práticas opressoras não levam em consideração é que os fatos biográficos podem reconhecer-se diferentes e reconhecer que o universal ou social é diverso e, como diz Coelho (2008, p. 1), reconhecer “que as culturas são múltiplas e estão constantemente se reconfigurando”.

Seguindo essa premissa faz-se necessário “discutir e historicizar a visibilidade trans, com o intuito de desconstruir abordagens universalistas e naturalizantes que facilmente desembocam em enfoques patológicos” (JUSTA 2006 *apud* COELHO 2008. p. 1). Quando questionadas sobre, como foram aceitas as mudanças no espaço familiar, as interlocutoras deram as seguintes respostas:

Minha mãe me deu todo o apoio e o fato de ela fazer isso me deu segurança para ir em frente [...], tanto que minha mãe disse-me: ‘Se tu quer ser mulher, vamos fazer isso agora, para que as pessoas

comessem a se acostumar e não te tratem mal'. Isso ela fez porque sempre quis ter uma filha, e me deu o suporte necessário para me tornar mulher. (B.S.)

Minha família sempre foi muito protetora, minha mãe esteve junto todos os momentos após saber de minha transexualidade, ela me cuidou na recuperação após a readequação sexual, não posso reclamar de nenhum deles. (B.K.P.)

Minha mãe morreu sem saber de minha transexualidade, nem chegou a me ver mulher. Só retomei o convívio com minha família depois da morte dela, quando decidi pela mudança e passei a me sentir mais confiante e feliz. (C.S.S.)

Não mudei dentro de casa. Se ela não aceitou nem quando era um menino homossexual, como trans, ela nem participou. Eu mudei mesmo fora de casa. Na ONG onde morei tinha todo o apoio e a orientação para as mudanças. Só depois que fui embora da cidade e passei a ganhar dinheiro com a prostituição que nossos laços foram retomados, mais porque passei a ajudar a família financeiramente [...]. Mas ele, o padrasto, me engole quando vou passar alguns dias em São Borja. Eu sei que ele não me aceita na família. (E.M.)

O que percebemos por meio do discurso de nossas interlocutoras sobre sua mudança e aceitação dentro da família, aparentemente evidencia o quanto algumas famílias não estão preparadas para esse processo de ruptura com as normas sociais. Por mais que compreendam e busquem entender o outro como transgressor da normalidade, grande parte das famílias, em algum momento, teve algum estranhamento sobre esse diferente. Qual é o sentido de família? A constituição familiar, não consanguínea e nem parental, evidenciam algumas de nossas interlocutoras. Quando questionadas sobre a escolha do nome, e como ele surgiu, como a família participou desse momento, as informantes deram as seguintes respostas:

Meu nome surgiu de meu nome masculino, já preexistia antes mesmo de minha transformação, quando morei em apartamento com muitos amigos gays, costumávamos nos chamar pelo feminino, sempre usando o nome masculino como base, o meu surgiu assim, e veio antes de minha transformação, em um espaço familiar, sem nenhuma ligação de parentesco, era uma família de amigos. (C.S.S.)

Meu nome foi escolhido por mim mesma. Minha mãe gostou, escolhi um nome composto, o primeiro que remete à força, vitória e coragem e o segundo em homenagem a uma grande amiga dos tempos de escola [...]. Às vezes, a mãe desliza e me chama pelo nome masculino, mas logo corrige. (B.K.P.)

Foi minha mãe quem me renomeou. Quando disse que era menina, ela disse seu nome seria esse, me acompanhou para fazer a carteira de nome social, como sou menor, e disse qual era meu novo nome. Senti-me feliz por ela fazer isso, porque demonstrou que me entendia e aceitava. (B.S.)

Eu ganhei o nome de uma amiga, que se tornou como uma mãe. Ela olhou para mim quando eu tinha 14 anos e disse: “Seu nome será esse” e desde lá nunca mudei. A minha família de sangue se adaptou a ele, e me chamam desta forma. Nunca questionaram meu nome ou interferiram querendo muda-lo.” (E.M.)

Os debates sobre o nome são importantes para desvelar a construção do feminino de nossas interlocutoras. Como havia dito antes, o nome é talvez o maior dos desejos das pessoas trans, por ser ele instrumento de interação social e comunicação com o outro. É meio de dizer quem são e qual espaço querem acessar em comunidade, como evidencia uma delas ao expor: “Não se é mulher se for chamada de João.” Questionadas sobre a importância do nome, para a vida social, elas deram as seguintes respostas:

O nome é uma proteção, quando eu chego e digo meu nome feminino, ninguém questiona, em boates e festas que fico com os meninos, por ser mais feminina e natural eles não percebem e não questionam, só claro os que me conhecem desde pequena, depois de ter o nome, a certa de nome social, o respeito de meus amigos e minha família, passei a me sentir mais confiante comigo mesma. (B.S.)

Não tenho preocupação atualmente sobre a mudança do meu nome. Uso, claro, o feminino desde os meus 14 anos, mas não vejo necessidade ainda de mudar judicialmente para ter um feminino de verdade [...]. Claro, se alguém me chama pelo masculino eu corrijo, mas, como não compro nada a prazo, não tenho conta em banco e essas coisas, acabo não tendo problemas com meu nome masculino. (E.M.)

Depois da minha retificação do nome me senti mais livre, verdadeiramente “eu”. Quando peguei a minha certidão nova com meu nome, e com sexo feminino, me senti completa, logo mudei o nome em meu RG, no CPF, carteira de trabalho, contas no banco e contas convencionais [...]. O melhor é quando vou fazer algo, abrir conta, por exemplo, e sinto que alguém tem dúvidas sobre minha identidade, apresento o RG e sinto que tudo muda, tratam-me sempre como se deve, pelo feminino. (C.S.S.)

Fiz a cirurgia de readequação sexual e demorou pouco mais de um ano para sair minha retificação de nome civil [...]. Lembro-me quando fui entrevistada no PROTIG, que a assistente social perguntou a me ver, de mulher (ou quase mulher), ela questionou “Você trabalha com o quê?”; respondi que era professor e ela logo questionou novamente: “Seus alunos lhe chamam como?”, “De professor e pelo nome masculino”, então ela disse: “Precisamos mudar isso, você é uma professora e deve passar a pedir aos seus alunos que a chamem assim!” Depois da mudança do nome me senti completa, protegida (B.K.P.)

Como instrumento de interação social, o nome, é o primeiro a informar quem se é. É possível perceber o quanto o nome, seja ele social, seja ele juridicamente reconhecido, é importante para a aceitação em espaços públicos,

para que se sintam protegidas, aceitas e livres. Mesmo estando em momentos diferentes, algumas delas já com uma caminhada e outras apenas iniciando, é possível observar o quanto o nome é importante para todas.

Essa interação social, presente em nossa sociedade e de importante fundamento para o convívio em comunidade, tem importante impacto na vida do indivíduo, possibilitando-lhe mesmo provocar reflexões por meio da sua presença na sociedade. Perguntadas às entrevistadas sobre como a comunidade, o espaço de trabalho e os amigos compreendem o nome e a mudança de gênero, obtive as seguintes respostas:

Meus amigos compreenderam, mais porque todas já eram trans, estavam em momentos adiante ao meu, houve um respeito natural, pois todos os meus amigos eram gays [...]. Retomei o convívio com a minha família quando já tinha feito algumas intervenções plásticas, já tinha um peito médio pelo uso dos hormônios, já havia bombado³⁶ uma vez, ainda não havia feito o nariz, retornei a minha cidade, na primeira vez que fui novamente à casa de meus irmãos, vesti-me de homem, mas minhas irmãs já sabiam de minha transexualidade, os meus irmãos homens ainda não sabiam, quando falei aceitaram muito bem, desde então me chamam pelo feminino, e meus sobrinhos todos me chamam de tia. (C.S.S.)

Meus amigos foram os maiores disseminadores do meu nome, eles começaram a me chamar pelo feminino, quando fui renomeada pela minha mãe, eles logo aderiram e tudo. Na escola foi natural, porque os professores estavam ao meu lado e sabiam da transformação, tanto que uma professora disse que deveria usar sutiã, quando meus seios começaram a crescer. Daí por diante passei a usar e ir mais feminina a escola. (B.S.)

Quando saiu a retificação de meu nome a comunidade já estava mais acostumada, publiquei poesias no jornal com meu nome feminino, no meu espaço de trabalho aos poucos fui trabalhando isso com os alunos, e com os colegas, claro, alguns eram mais resistentes, mas aprenderam a usar meu nome, respeitar meu gênero e a minha sexualidade [...]. Na família foi natural, pai e mãe eu perdoei quando erram, mas aí é uma questão de costume. (B.K.P.)

Como estava já fora de casa, morando em uma ONG que defende os LGBT, foi natural, passei a ser chamada pelo nome feminino com naturalidade como se havia nascido com ele, como mudei de escola, e fui estudar em outro bairro, o pessoal da ONG foi falar sobre minha identidade de gênero e mesmo não mudando o nome masculino nos cadernos de chamada, sempre fui chamada pelo meu nome feminino, fazia os trabalhos e as provas usando meu nome social tranquilamente. (E.M.)

³⁶ Forma como chamam a intervenção corporal que tem como uso o silicone industrial, aplicado diretamente no corpo, feita por muitas trans para obter glúteos arredondados e femininos.

Esse processo de ruptura proposto pela pessoa trans nos espaços que acessam como família, comunidade e mercado de trabalho, é a forma de remontar-se socialmente, de efetivar a sua construção de identidade feminina, de desmistificar seu eu, remodelando-se diante dos olhos alheios à sua realidade, promovendo o entendimento sobre o outro, diferente, no espaço da sociedade, que é social e público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais são os meandros da formação social da identidade feminina das pessoas trans*? Que “descaminhos”, na visão heteronormativa e social, elas tomam para construir suas identidades enquanto mulheres na sociedade? Durante um ano, estive frente a frente com inúmeras histórias, algumas bem-sucedidas, outras nem tanto. Pude estar com o igual e o não tão igual. Chegar bem perto de uma realidade que, a mim, enquanto trans, é um tanto distante.

Ouvi-las durante as reuniões foi bem mais do que uma aula, foi uma escola de superação. Saber o quanto lhes foi dolorido o percurso para chegarem onde quer que tenham chegado faz concluir que já é uma vitória. Passamos pelos mais diversos assuntos, incluindo histórias tristes, a realidade das ruas e a luta pelo empoderamento político e social do movimento LGBTTT no país.

Do convívio com as trans mais amigas e mais próximas, pude observar a familiaridade do mundo trans, as relações afetivas que umas criam com as outras, o cotidiano de quem vive da prostituição, a realidade muitas vezes não desvelada no decorrer das noites, em meio ao asfalto, que as torna invisíveis à sociedade, marginalizadas e menosprezadas.

Com o convívio no movimento trans brasileiro, pude, paulatinamente, desvelar a realidade das lutas políticas e sociais que buscam a obtenção do direito ao acesso e a políticas públicas voltadas à realidade específica das pessoas trans. Foram três anos de plena inserção no movimento trans nacional, que me permitiram, como pesquisadora, olhar de dentro o movimento e refletir profundamente sobre ele.

Os diálogos trans presentes nessa dissertação possibilitaram a construção e o reconhecimento empírico dessas personagens. Todas as informantes saíram do mesmo espaço social: pessoas trans da cidade de São Borja, portanto, as escolhi por serem parte de minha própria história, que estão, de alguma forma, espalhadas pelo estado e fora dele, que trazem em seus

diálogos a realidade da vida no interior, as relações familiares, o patriarcado e o machismo presentes em cidades politizadas como a nossa.

Não foi fácil descobrir quem é esse outro, que é igual em alguns aspectos. Pude observar a violência estrutural e psicossocial vivenciada por pessoas trans, no âmago da família e na vivência social. Mas não há novidade, pois a violência é historicamente aprendida. Assim, entendi que os atos de violência aplicados a essas pessoas se estruturam historicamente, seguindo orientações e convenções sociais que normatizam e regram como deve ser “entendido” o certo e o errado nas “preferências” sexuais.

Com isso, poderíamos concluir que, segundo essa heteronormatividade, a sexualidade seria algo predefinido na construção da identidade social e sexual, com a pré-identificação do sexo. Nessa perspectiva, o gênero, algo construído socialmente para definir ao público o que seria privado, nascemos macho e fêmea e nos tornamos homens e mulheres ao longo do tempo, normatizando nossas vidas neste contexto. Mas, e quando isso foge do padrão?

Encontramos aí a discussão que nos leva a refletir sobre se realmente seriam explicáveis essas vitimizações sociais por conta da “opção sexual” ou, indo mais a fundo, por conta de sua “orientação sexual”, pensando que historicamente, não seria uma opção, seria algo para além de escolha, seria como uma formação identitária, que possivelmente faz parte da genética das pessoas que compõem esse grupo.

A discussão acerca dessa temática poderia adentrar outras mil formas de observar essa estrutura social, ou ainda voltar o olhar a inúmeras formas. A construção da identidade passa por muitos espaços públicos e privados, desde a família, a comunidade, o mercado de trabalho e a educação. São alguns dos espaços em que a construção da identidade se dá e onde o diferente se torna estranho e, em muitos casos, não aceito.

REFERÊNCIAS

ABGLT. **Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Disponível em: <<http://www.abgl.org.br>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

ÂNGELO, Vitor. Visibilidade trans: O fim do não lugar (parte 1). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2013/02/01/visibilidade-trans-o-fim-do-nao-lugar-parte-1/>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

CÂMARA, Cristina. **A cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa**. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é Transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Coleção Primeiros Passos.

BENTO, Berenice. **Tabu Brasil: Mudança de Sexo**. [Vídeo on-line.] NatGeo. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fCDeJaGCcs0&hd=1>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

_____. **Travestis e Transexuais: construção de identidades**. Diálogo com a OAB/SP. [Vídeo on-line.] Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Z6oM-BoUGWo&hd=1>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BITTENCOURT, Virgínia Bustamante. **O Sexo dos Anjos: uma leitura psicanalítica do transexualismo masculino**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. **De Frankenstein ao transgênero: modernidades, trânsitos, gêneros**. Rio de Janeiro: Editora Agora da Ilha, 2001.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 81-90.

CASTEL, Robert. Armadilhas da Exclusão. In: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: Ed. PUC-SP, 2000.

CASTRO, Joelma Alves. **Estado, Terceiro Setor e Serviço Social: Relações e Mediações no Contexto Neoliberal**. Manaus: Universidade da Amazônia, 2001.

CESAR, Maria Rita de Assis. **Um Nome Próprio**: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. Curitiba: UFPR, 2009.

HAZEL, F. Movimentos sociais. In: BOUDON, Raymond et al. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 283-323.

COELHO, Juliana Frota da Justa. A visibilidade da experiência transgênero: resistência e/ou espetacularização do “exótico”? In: Gênero, sexualidade, corpo ST 61 – Sexualidades, corporalidade e transgêneros: narrativas fora de ordem. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual. **Revista Educação Social**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, mai./ago. 2008.

FACCHINI, Regina. Convenções em movimento: separações e articulações de gênero e sexualidade em LGBT. **Fazendo Gênero**, n. 9. 2010.

FALEIROS, V. de P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Rev. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 21-36, 2005.

FERRARI, Anderson. Revisando o Passado e Construindo o Presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, jan./abr., 2004.

FERREIRA, Guilherme Gomes. A outra mulher e a Lei Maria da Penha: um estudo sobre gênero e proteção legal às travestis e transexuais. Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Relatório Azu, 2010: garantias e violações dos direitos humanos. Porto Alegre. 2010.

FILHO, Amílcar Torção. Uma Questão de Gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005.

FILHO. Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão. “Inclusão” de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes. **Oralidades**, ano 6, n. 11, jan./jul. 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1976.

_____. **História da Sexualidade 2**: uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FLOWERAKER, Joe. **Theorizing social movements**. London: Pluto Press, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania: a sociedade brasileira na era da globalização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LACLAU, Ernesto. **Universalismo, Particularismo e a Questão da Identidade**. In: MENDES, Candido; SOARES, Luiz Eduardo (coord.). UNESCO/ISSC/EDUCAM, 2001

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1997

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição, Autêntica. Belo Horizonte 2000

MARTINELLI, Tiago. Organizações da sociedade civil de interesse público: espaço de enfrentamento à questão social através de políticas sociais? **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 5, nov. 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 21. Ed. São Paulo: Jurídico Atlas, 2007.

MOTA, Sílvia. **Da Bioética ao Biodireito**: a tutela da vida no âmbito do direito civil. 1999. 308 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOTTA, Artur Francisco Mori Rodrigues. **A transexualidade e os registros públicos**. 2008. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/transexualidade-e-os-registros-p%C3%ABlicos>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

MUTZENBERG, R. **Movimentos Sociais no Brasil**: sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas. In: III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE – “MOÇAMBIQUE: ACUMULAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM CONTEXTO DE CRISE INTERNACIONAL”, 04 e 05 de Setembro de 2012.

MACRAE, Edward John Baptista das Neves. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ONU, Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

ORTNER, Sherry B. **Está a Mulher para o Homem assim como a Natureza para a Cultura? Rio de Janeiro**. Ed. Paz na Terra, 1972.

PONTES, Leonardo. **O Sujeito e sua Identidade em Construção na Transexualidade**. Brasília, 2007.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2012.

RODRIGUES, Jorge Luis P. A imprensa Gay do Rio de Janeiro: linguagem verbal e linguagem visual. In GROSSI, M et al. **Movimentos Sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. **O Tabu do Corpo**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda., 1975.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.

_____. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, pp. 1053-1075, dez. 1986.

SEFFNER, Fernando. **Quando a diferença do diferente incomoda**: espaço público, diversidade e pedagogias de gênero e da sexualidade. In: I SEMANA DE DIREITOS HUMANOS DA UFCSPA: Combate à Homofobia e Promoção da Diversidade, de 21 a 23 de novembro de 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

SILVA, Rosimeri Aquino da. **Quando os impensáveis entram em cena**: um estudo sobre política, educação, direitos humanos e homossexuais. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 2010.

SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. **De Tudo Fica um Pouco**: a construção social da identidade do transexual. 2006. Trabalho de Conclusão (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SIQUEIRA, Alessandro Marques de. **Direito e transexualidade: A perspectiva jurídica do conceito**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TAQUES, Fernando José. **Movimento GLBT: Considerações necessárias**. **Revista Eletrônica Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 2, 2007.

TRANSFEMINISMO. **Governo do RS avacalha com a identidade de pessoas trans – literalmente**. Blog de discussões com a temática trans. [Online.] Disponível em: <<http://www.feministacansada.com>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura**. Tradução de Marcela Coelho de Souza. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZAMBRANO, Elisabete. **Trocando os Documentos**: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ZANATTA, Elaine Marques. **Documento e Identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80**. **Cadernos AEL**, n. 5/6, 1996/1997.

ZIEBELL, Clair Ribeiro. **Movimentos sociais e Serviço Social: protagonismo ético-político de mulheres**. **História Unisinos**, mai./ago. 2005.

APÊNDICE

Quadros produzidos para visualização, por reunião, dos debates e das atividades no espaço da ONG *A Igualdade*.

Os diálogos estão reproduzidos conforme a originalidade das entrevistadas.

Quadro metodológico de atividades e dados

Datas	13/04/11	20/04/11	04/05/11
Com participantes	Sem IPA	Com IPA	Com IPA
Pautas gerais	<p>*Ap. ind.</p> <p>*Relato da coordenadora sobre o início das atividades junto ao IPA (já estavam no grupo havia 15 dias).</p> <p>*Fala sobre a perda do grupo de advogados que dava suporte e sobre os processos que os mesmos estavam ainda de responsáveis.</p> <p>*Fala sobre o novo código de pagamento da Previdência Social. Produção do cartaz com o número e a atividade que deve ser informada.</p>	<p>*Ap. ind.</p> <p>*Reconhecimento do eu.</p> <p>*Atividade profissional de cada um dos participantes.</p> <p>*A família e a atividade profissional, eles aceitam?</p>	<p>*Ap. ind.</p> <p>*Diálogos: nosso cotidiano na sociedade.</p> <p>*Porque nos sentimos sozinhos?</p> <p>*Relacionamento amoroso: nós e eles.</p>
Pontos importantes do	Discussão sobre o dicionário e a nomenclatura “travesti” entre a pesquisadora e uma	Cada uma falou sobre suas individualidades, sem confrontos entre opiniões. (Nem todas	Houve relatos sobre o nome e como a sociedade entende a identidade feminina delas.

debate	participante.	dialogaram.)	
Relatos individuais	Não houve relatos individuais sobre o Nome social.	<p>*A gente que é profissional do sexo acaba por não existir no mundo. Só porque vivemos do corpo as pessoas acham que não temos sentimentos. Tem vezes que me sinto péssima, mas fazer o quê?</p> <p>*Eu tava precisando de uma cesta básica, fui no Cras me escrever e pedir, mas a assistente social disse lá que eu e meu companheiro não somos uma família. Quer dizer só porque meu nome é de homem ela disse que não somos uma família?</p> <p>*Eu sou costureira, trabalho com roupas de casa de terreira e nunca me senti excluída porque a maioria dos meus clientes são homossexuais ou entendidos e respeitam meu nome e nem questionam nada sobre isso.</p> <p>*A gente perde a identidade na beira da rua. Muitas mães amam as suas filhas travestis porque elas sustentam a casa, mas quando todo o glamour acaba, acabamos sozinhas, sem família, sem rumo, sem identidade.</p> <p>* Já rodei o mundo trabalhando como profissional do sexo.</p>	<p>* Porque não podemos usar o banheiro feminino como qualquer outra mulher? Sempre me questiono sobre isso quando venho ao Brasil. Na Europa, entramos nos banheiros tranquilamente, quando estou aqui, em meu país de origem, eu sinto medo, receio e fico muitas vezes segurando a vontade de fazer xixi por puro medo. Já fui expulsa de banheiro no shopping. Apenas havia entrado para fazer xixi, acho que as mulheres que estavam lá dentro ao sair disseram para os seguranças me tirar para fora. O segurança veio com uma brutalidade, dizendo que eu era homem, que o fato de estar vestido de mulher não me dava o direito de ir ao banheiro delas. Quando eu perguntei se era assim com todas as travestis? Ele disse que sim. Mentira! Pois outras amigas vão ao banheiro, muitas vezes creio que escolhem aleatoriamente a quem irão humilhar. Senti-me um lixo. Com vergonha, fui para casa e decidi que jamais iria ao banheiro nos lugares públicos do Brasil, pois se fazem por pura maldade ali que é um shopping não teriam pudor de fazer nas boates e nos bares como de fato não tem, porque muitas amigas relatam que já ocorreu isso, e não só no sul em muitos lugares Brasil a fora.</p> <p>*Houve um tempo que em algumas boates nos queimavam com cigarro.</p> <p>* Tem boates que não nos proíbem de ir ao banheiro, mas tem boates que tratam mal e até nos tiram para fora.”</p>

		<p>* Estão vendo em nós a imagem de uma mulher. Porque fazer isso?”</p> <p>* Algumas trans querem se impor no banheiro, dizem que muitas trans quando vão ao banheiro feminino são audaciosas com as “amapoas”.</p> <p>* Você fica dois anos em uma fila de espera pelo SUS, para poder fazer a readequação sexual, para poder colocar o seu corpo em igualdade a sua mente, tem que enfrentar todos os dias alguém perguntando se realmente você é você como mulher, se realmente você se sente mulher, se seu pinto te traz algum prazer, se você o rejeita, se a sua família te reconhece como mulher, se seus amigos sabem que você é uma mulher trans, se a sociedade entende que você é mulher, a gente passa por cirurgias para colocar prótese, fazer o nariz, colocar bochecha, corre risco com silicone industrial e ainda perguntam se realmente é isso que você quer? Aí, depois que a gente convence todo mundo que precisa disso para ser feliz, vão lá fazem a cirurgia e pronto, mas ai vem o pior, te mandam para casa com uma vagina e com o nome de Pedro, até parece brincadeira, te dão a vagina mas nem se quer te ajudam a mudar o nome, ai a gente vai abrir uma conta e ta lá Pedro tal, isso é horrível você se sente ainda incompleta, porque a sociedade é maldosa, te chamam de “senhor”, no masculino e tudo, não posso andar mostrando minha cirurgia pra todo mundo para poder ser respeitada, demorei dois anos para fazer a cirurgia e fiquei outros três sendo violentada pelos outros porque meu nome era de menino.</p>
--	--	--

Qnt. transexuais	0	1	2
Qnt. travestis	7	9	13
Qnt. homens	1	2	3
Qnt. mulheres	3	3	3

Datas	18/05/11	08/06/11	15,16,17/06/11
Com participantes	Com IPA	Sem IPA Atividade com professora da UFRGS	Atividade 8º Encontro Regional Sul para Travestis e Transexuais que Atuam na Prevenção das DST/Aids
Pautas gerais	*Ap. ind. *Reconhecendo nossas imperfeições. *Temos medo da solidão? *Vida fora da prostituição.	*Ap. ind. *Assassinatos contra o feminino. *relatos e diálogos	*Nome Social *Inserção no Mercado de Trabalho. *Direitos. *O HIV/AIDS e as ações de prevenção. *Políticas Públicas de Acesso a Educação Viver com HIV/AIDS *Criação da carta de solicitações. *IPA – Dados sociais das Travestis (pesquisa)
Pontos importantes do debate	*O relacionamento com os parceiros, eles nos veem como uma mulher, não como homem. *Acabamos sozinhas porque a prostituição suga nossas vidas e sonhos. *Poucas vivem bem fora da prostituição e as que vivem bem fora dela esquecem o passado e as	*A falta de dados em referencia as pessoas trans. *A policia e a postura discriminatória. * Violência contra as pessoas trans	*Debate sobre nome social e o projeto para a região sul. *Inserção no mercado de trabalho. Ações do CDH de SP. *Projetos nas escolas, o uso do banheiro e a chamada.

	amigas. Reinventam uma nova mulher.		*Acesso ao SUS pelo direito ao uso do nome social.
Relatos Individuais	<p>*Os meninos não nos olham como homem, eles desejam a mulher que mostramos. O cliente que passa na rua, nos vê como mulher, mas deseja nosso corpo na parte masculina que temos, isso é confuso porque todos os dias afirmamos nossa feminilidade e, à noite, muitas de nós somos mais homens do que qualquer outro. (M.T.P.)</p> <p>* Tem homem que chega me deixar com nojo de tão maricas. Eu penso “Tô aqui de salto, de saia, maquiada e preciso fazer o macho”. É triste ser um produto do sexo, porque não temos escolha, somos o que eles querem, e na grande maioria não somos essas mulheres que esteticamente aparentamos. (C.S.)</p> <p>*Tem umas que me poupem né, quer um nome de mulher e tem uma cara de macho, gozam a noite toda, não fazem <i>laser</i> ou plástica e querem ser vistas como mulher. (V.M.)</p> <p>*Mesmo não operada, meu namorado me vê como mulher, sou uma transexual e entendo que não é só a operação e a vagina que faz da gente feminina e mulher, a gente constrói a imagem, mas ela só se efetiva se tomamos as atitudes como femininas no nosso dia a dia. No morro onde moro ninguém me trata se não como mulher, se não como transexual. (J.O.)</p> <p>*A gente vê a mulher, o sexo é uma coisa mais íntima, tem meninas, que nem parecem travestis, não é estranho ouvir que os homens se</p>	<p>Muitas travestis como vocês morreram na rua, no exercício da profissão, buscando sobreviver, buscando ser alguém, assassinadas, esquarteradas, consumidas pela escuridão da noite e se olharmos os registros policiais, nada consta. A polícia não registra a morte de uma travesti como a morte de algo diferente, registra como qualquer outro homem que morre de infarto em casa, assim não tem uma porcentagem de quantas travestis são assassinadas, nas noites de nosso estado. Eu estudo assassinatos femininos e certo dia peguei-me pensando – porque não pesquisar as mortes das travestis, afinal o homem que mata, não quer exterminar um homem vestido de mulher, quer exterminar uma mulher, que diferente das outras, causa-lhe desejo, e um desejo que a sociedade diz que é errado, assim decidi que pesquisaria as mortes das trans, mas esbarrei na causalidade do nome, a polícia não registra morte de Patrícia por esfaqueamento, relata a morte do homem, Manoel morto por inúmeras facadas, e aí, por conta do nome, por ordem do sexo, nem na morte os travestis existem. (Professora da UFRGS)</p> <p>*Quando a gente morre, somos apagadas da história, pouco existimos, e quando mortas, pela própria polícia, deixamos de ser nós, porque eles decidem quem somos, sempre foi assim. (Não anotei o nome.)</p> <p>*Muito embora todo mundo nos trate diferente, somos iguais a todos em deveres e direitos, afinal pagamos nossas contas e nossos impostos e por</p>	<p>*Uma das mesas de debate mais concorridas era a que estava composta pelas representantes dos três estados, SC, RS e PR. E onde estaria a representante nacional da ANTRA - Associação Nacional de Travestis Jeovana Baby e os Juizes que acompanham a luta por reconhecimento na cidade de Porto Alegre. Assim a mesa discutiu a criação do projeto que pretendia instituir uma carteira de nome social para uso exclusivo das pessoas trans nos espaços públicos e sociais, projeto criado pela ONG A Igualdade de Porto Alegre. O debate foi extenso, mas profícuo. Foram apresentados os projetos piloto e cada uma das representantes dos estados deu seu parecer. A representante do RS explicou que a efetivação deste tipo de instrumento facilitaria o acesso a boates, banheiros de shoppings, escola e locais como hospitais e onde a pessoa poderia usar como ferramenta que possibilitaria que as pessoas a reconhecessem pelo nome social. a interlocutora ainda informou que tal documento não teria valor burocrático mas sim social. Disse ainda que seria uma ferramenta para mais tarde estarmos efetivando outras ações.</p> <p>*A representante do PR posicionou-se contra o projeto, justificando que se tornaria uma arma contra as travestis,</p>

	<p>confundem, porque se confundem mesmo, tem homem que não está ligado aos detalhes do corpo. (Relato do homem, profissional do sexo – não anotei o nome.)</p> <p>*É tudo uma questão de postura. (Não anotei quem disse.)</p> <p>*Quero dar a vocês em primeira mão uma notícia, sou a primeira travesti a conseguir mudar o nome no registro civil, sem fazer cirurgia ou passar por grupo, graças ao laudo técnico da Elizabete Zambranno, onde ela reconheceu minha identidade de gênero. (M.)</p> <p>*Não ser avaliado pelo sexo é o que todas queremos, afinal quando entramos em uma fila do banheiro para fazer xixi, as pessoas olham com uma cara, dizendo você é um homem tem que ir ao banheiro que lhe cabe. Nem sabem de nossa intimidade, mas já julgam e avaliam assim.</p>	<p>isso devem nos respeitar. (M.)</p> <p>*A polícia não podia nos ver nas ruas lá pelos anos 80, se nos pegasse, nos levava para a DP e nos prendia por vadiagem. (C.)</p> <p>*Nos jogavam nas celas com 20 ou 30 homens e ainda diziam para aproveitarem, tive amigas que tiveram que transar com os presos para não ser espancada e tudo sem proteção. (P)</p> <p>*quando nos pegavam, algumas tinham giletes nas bolsas, se cortavam e ficavam mostrando o sangue escorrer, e eles (os policiais) tinham medo de pegar AIDS e não nos levavam, tenho até hoje cicatrizes nos braços, essas que me salvaram de muitas violências da polícia. (J.)</p> <p>*Pior as que eram presas, sofriam o cão, eram fichadas como homens, ao chegar no presídio, tinham que tirar a maquiagem e vestir roupas masculinas, mesmo com prótese, e algumas, as mais bonitas, para eles repreenderem mesmo, cortavam o cabelo tipo soldado e jogavam nas celas com os homens para que fossem violentadas. Não era fácil, tínhamos que fugir de tudo, da família, da polícia, dos marginais, dos clientes que queriam nos matar. Não era fácil. (M.)</p> <p>*Pior era que quando jogavam na cela perguntavam se não queríamos ser mulher, se não gostávamos de homem e de dar, ai, os presos já estavam ansiosos, querendo sexo, olhavam com sangue nos olhos e a gente já sabia né? E naquele tempo, quem não tinha AIDS pegava porque era uma forma de sobreviver na rua, mesmo que no</p>	<p>porque a menos que tivessem muita paciência e tempo poderiam explicar o uso de tal documento, e que possivelmente as primeiras sofreriam com ações de pessoas desconhecidas que não aceitariam a carteira como um instrumento efetivo de acesso social.</p> <p>*A representante de SC posicionando-se contra o projeto justificou que poderiam estar criando um instrumento que as marginalizariam mais ainda, se todas as pessoas ditas “normais” tem um só carteira de identificação, porque nós temos que ter duas? E mais porque temos que ter uma que tem valor com um nome e outra sem nenhum valor com outro nome? Se o objetivo é que temos os mesmos direitos de reconhecimento social e de identidade que todos os outros porque devemos ser tratadas diferentes, para mim isso é como colocar um cartaz em nossa testa afirmando que somos estranhas, diferentes e não aceitas.</p> <p>*Um dos juízes, o Dr. Roger Roppe Rios, explanou que não concordava com tal projeto, explicou que, devemos ser reconhecidos socialmente pelo nome que melhor se encaixa a nossa identidade física, psíquica e social. “Quem quer um nome social?” (perguntou ele) “E quem quer um nome de fato?” (tornou a perguntar). Não estamos falando de um nome de reconhecimento público e notório como a Xuxa ou o Lula, estamos falando</p>
--	---	---	---

		<p>presídio pouco importava se tinha ou não, eles queriam gozar. (J.)</p> <p>*E como vocês sabiam da morte de uma das suas amigas? (professora)</p> <p>*Uma falava pra outra (M.)</p> <p>*No jornal nunca saía a notícia da morte com o nome feminino, nem entre parênteses, só o masculino, e é muito difícil você pegar uma notícia que diz um travesti ou transexual porque não escreviam isso. Então é como se não existíssemos. (C.)</p> <p>*E os familiares não fazem questão, nem hoje isso acontecesse, morreu ano passado aquela trans belíssima que morou na Europa anos, ficou presa, pegou AIDS ou já tinha, ficou com depressão das agressões que sofreu, acabou que se jogou do prédio onde morava, acho que não foi quase ninguém no velório, anos sendo reconhecida pelo nome “Amanda” acho que era esse o nome dela, mas na hora da morte fizeram a notícia com nome de ocó e ninguém sabia quem era, acabou que bem depois viemos a saber que era ela que tinha se matado, linda, ela era linda, mas não aguentou tudo que passou no presídio. (M.)</p> <p>*Tudo se perde sobre as mortes, assassinatos e agressões contra as travestis porque tudo é registrado como sendo um homem, então pouca coisa tem o que resta é nossa memória. (C.)</p> <p>*Mas aos poucos iremos fazendo esses resgates e dando corpo aos relatos e diálogos e construindo o</p>	<p>do nome que diz quem somos, que fala por nós, que nos identifica. Estamos falando aqui do nome que mesmo não sendo do batismo tem que ter a mesma força social porque vem de dentro de nosso ser.</p> <p>*Em outro momento, em uma mesa com pedagogos, assistentes sociais e psicólogos foi debatida as ações de inserção ao mercado de trabalho das pessoas trans e a efetivação social do direito a emprego do ser humano.</p> <p>*Assim, as pedagogas do grupo Somos apresentaram os projetos criados e aplicados que preconizam não só proteção e saúde mas geração de renda e inserção no mercado de trabalho do grupo LGBT. Foram demonstrados dados do projeto e discutidos os pontos importantes dos mesmos.</p> <p>*O grupo de psicólogos do IPA apresentou um quadro com os dados sócio econômico das travestis, onde foi demonstrado que diante da pergunta sobre atividade de trabalho a grande maioria respondeu que atuava como profissional do sexo, com porcentagens de educação e estudantes.</p> <p>*Logo após a assistente social Taís, representante do CDH de SP, o projeto atende somente trans e homossexuais que estão em situação de rua, em situação de vulnerabilidade social e econômica. A</p>
--	--	---	--

		<p>feminino trans e a violência sofrida por todos, até na falta de reconhecimento da identidade. (Professora)</p>	<p>interlocutora apresentou os dados sobre as ações propostas pelo espaço. Em determinando momento a mesma dialogou sobre as estratégias usadas para inserir as trans no mercado de trabalho. Explicou que fez mediação com muitas empresas, visando inserir o maior número possível de travestis nos espaços de trabalho, disse que os espaços mais abertos que encontrou foi nos cinemas, teatros e espaços de educação privada. Que quando consegue uma entrevista para uma das usuárias, via encaminhamento de currículo tudo se dá com o uso do nome feminino, e que quando as encaminha, liga para a empresa a informa a situação, solicitando que a tratem com respeito e dignidade que merece, falou que nem sempre efetiva um emprego, mas que desta forma percebeu que mais entrevistas eram efetivadas e que assim mais chances teriam de acessar o mercado de trabalho.</p> <p>*Professoras trans compuseram uma mesa onde a centralidade do debate era discutir ações de inserção e permanência dos (as) estudantes trans na escola. Do debate e da apresentação dos diálogos, o grupo Somos de Porto Alegre apresentou um projeto de educação para a diversidade, onde o ponto principal é discutir de forma pedagógica as diferentes formas de ser no mundo.</p> <p>*O grupo Igualdade apresentou um projeto de incentivo a inserção de alunas trans no</p>
--	--	---	--

			<p>ensino fundamental e médio, apresentaram os resultados explicando que o projeto previa que cada uma das alunas receberiam um incentivo financeiro, tipo uma bolsa de estudos, porém das cinco vagas disponíveis para o projeto apenas 3 conseguiram ser preenchidas, a representante explicou que mesmo com uma ajuda de custo, voltar a escola não foi atrativo, que muitas tem medo desse espaço e que nem sempre encontram no campo da educação um percurso calmo e acolhedor.</p> <p>*O grupo de professoras de Santa Catarina e Curitiba apresentou os dados estatísticos da evasão escolar dos homossexuais e trans. debateram sobre o espaço escolar e não qualificação do corpo docente para atuar na demanda que advém dos grupos LGBT. Ainda apresentaram o projeto que se propõe a qualificar professores para discutir sexualidade e educação para a diversidade em escolas públicas. Uma das relatoras do projeto representante da ONG Transgrupo, Marcela Prado, no cargo de direção de uma escola estadual falou da dificuldade de implantar tais projetos, explicou que a resistência não vem dos pais ou dos alunos mas das próprias coordenadorias de educação que pouco entendem a necessidade de fomentar tais ações.</p> <p>*Sobre o uso do banheiro, no espaço</p>
--	--	--	---

			<p>escolar as debatedoras explicaram que sempre que o assunto for dialogado de forma educada e calma sempre poderão achar soluções, relataram escolas que liberam o uso do banheiro feminino, ainda houve relato de espaços educacionais onde as trans usam o banheiro dos professores como suposta ação de evitar constrangimentos.</p> <p>*Sobre a chamada foi dito que de ação em ação efetivamos o direito e que muitos professores aceitam acrescentar o nome social em parênteses para fazer a chamada, claro que nem sempre tal pedido é aceito, porém se houver um diálogo maduro da trans com o corpo docente e a direção da escola as coisas acontecem. Uma das palestrantes ainda expos “se não mudarem o nome, muda de escola”.</p> <p>Em uma das mesas de debate o assunto era o acesso ao SUS, Cirurgia de readequação sexual, uso do nome social nos espaços de saúde pública pelo direito garantido pela Portaria GM 1820/2009. Foram debatidas as situações em referencia ao reconhecimento social do nome, um dos palestrantes ainda fez a seguinte assertiva “essas pessoas que atendem o travesti ou transexual guiando-se pelo nome que consta no RG, muitas vezes nem foi informado de tal portaria, creio que além de vocês solicitarem e brigarem pelo seu direito também</p>
--	--	--	---

			<p>poderiam ser os interlocutores da portaria e informar o serviço que você pode ser chamada pelo nome social que melhor se adapta a sua identidade de gênero, não é tarefa fácil, é um trabalho de formiga, é um trabalho cotidiano, mas somente assim o conhecimento de tal direito poderá ser efetivamente aplicado.</p> <p>*Sobre a cirurgia de readequação sexual um dos debatedores explicou que o fato da saúde e do direito não caminharem de mãos dadas acaba promovendo uma desqualificação do processo da cirurgia pois se João entra para fazer uma cirurgia e quer sair de lá Maria, como isso seria efetivo se lhe proporcionam via saúde o acesso a readequação sexual e via jurídico ainda o mantém como João algo está errado nesse percurso, pois bem mais que órgão íntimo o nome é a justificativa social de que de fato essa mulher readequada é socialmente mulher.</p> <p>*O debate sobre a diminuição da idade para o processo de readequação sexual foi debatido.</p>
Qnt. transexuais	1	0	7
Qnt. travestis	13	9	38
Qnt. homens	3	2	12

Qnt. mulheres	4	3	14
----------------------	---	---	----

Datas	22/06/11	29/06/11
Com participantes	Sem IPA	Com IPA Atividade de encerramento semestral.
Pautas gerais	*Ap. ind. *Conversa geral sobre o encontro sul de pessoas trans. *Dados Gerais da Ação	*Ap. ind. *Relatório prévio da pesquisa feita no evento. *Relatos individuais dos alunos sobre o primeiro semestre. *Declaração de apoio às causas da ONG.
Pontos importantes do debate	*Na tarde desta quarta foram discutidas as ações de intervenção do evento, a vinda das trans de Curitiba e Santa Catarina, as palestras e os assuntos.	*Sem pontos ligados a nome e a identidade de gênero. *Relatos ligados ao diagnóstico institucional e a presença no grupo.
Relatos individuais	*sem relatos ligados a nome ou identidade.	*Um dos estudantes apresenta a todos os presentes um resumo das ações e da apreensão do sistema do grupo e da forma como observou os diálogos, ponderando que são apenas impressões gerais e ainda não finais. *Um dos alunos apresentou um quadro onde demonstra o fluxograma com as principais demandas que emergiram nos diálogos dentre elas a busca pelo reconhecimento social e a importância do nome como instrumento de ação e interação social. Além de problemas familiares, conflitos com a identidade sexual (das profissionais do sexo) com a identidade de gênero que possuem, a relação família e abandono, violência policial e violência social. *Uma das estudantes fez o relato da interação instituição e participante. *Duas alunas apresentam o projeto de apoio psicológico para o próximo semestre, informando que haverá ações pontuais e individuais no atendimento as demandas de cada uma em relação aos problemas psico

		que se apresentarem. *A coordenadora Marceley Malta apresenta o projeto do CDH Porto Alegre – Centro de Direitos Humanos, feito em conjunto com a orientadora de Campo dos estagiários, assim firmaram mais uma vez a atuação do grupo de estudantes do IPA quinzenalmente em reunião. Disse que ainda não sabem se os alunos que estavam continuarão, mas afirmou que o trabalho e os projetos pensados serão aplicados sem perda. A Coordenadora ainda informou que por ventura das férias acadêmicas os alunos ficarão fora por dois meses, mas que as reuniões seguem todas as quartas.
Qnt. transexuais	0	1
Qnt. travestis	5	7
Qnt. homens	0	2
Qnt. mulheres	1	4

Datas	25/08/2011	14/09/2011	21/09/2011
Com participantes	Sem IPA	Palestra com SMDH – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – A Igualdade e GAPA	Sem IPA
Pautas gerais	*Retorno ao espaço do grupo e pesquisados. *Informativo sobre atividade referente à palestra em conjunto com o GAPA sobre direitos humanos fornecida pela SMDH. *Sem pautas pertinentes e sem apreensão da escrita da pesquisadora.	*Porque todos têm direitos. *Inscrição junto à previdência, um Direito Social instituído a todos. *Que espaço ocupamos na sociedade moderna? *Marginalizados será que sabemos porque	*Sem reunião. *Conversa sobre a organização da parada livre.

		<p>somos?</p> <p>*Um nome que diga quem sou eu!</p> <p>*Porque devemos saber exigir nossos direitos.</p> <p>*Mulheres, Negros, Profissionais do Sexo e Trans a postura do corpo em nossa sociedade.</p> <p>*Mercadoria do Corpo: Quem vende e quem compra o que nesse negócio.</p>	
<p>Pontos importantes do debate</p>	<p>*Sem assuntos referentes à pesquisa.</p>	<p>*A palestrante Cientista Social, apresentou no espaço da ONG Igualdade juntamente com profissionais do sexo atendidas pelo GAPA um assunto pertinente a reflexão, que muitas das participantes sequer reconhecem no seu cotidiano. Falou distintivamente voltando sua fala a coletividade, não discriminando os gêneros e as formas de atuação sexual no espaço da prostituição. Quando questionou a coletividade se tinham conhecimento dos seus direitos como cidadãos e pessoas participantes da sociedade em geral? Foram poucas as respostas afirmativas sobre o pleno reconhecimento de seus direitos. A palestrante então apresentou uma gama de Leis, emendas e projetos que viabilizam o reconhecimento do profissional do sexo nos espaços institucionais como INSS, Ministério Público e na vida comunitária. Explanou sobre os espaços sociais que como pertencentes a sociedade ocupamos diante do mercado de trabalho não reconhecido (pelas próprias profissionais do sexo) enquanto detentoras de uma função remunerada, que promove ascensão econômica, ao passo que, também</p>	<p>*Sem assuntos relevantes</p>

marginalizadas acabam negando a si e a sociedade o espaço funcional que ocupam na marginalidade. Assim ao relatar que a comunidade de profissionais de sexo “pretensamente” são marginalizados socialmente a mesma ainda questiona a coletividade se realmente somente quem é profissional do sexo é marginalizado, neste instante observei um silêncio no auditório, possivelmente promovido pela questão, assim a palestrante seguiu explicando que de alguma forma todos somos marginalizados, explicou o quando a sociedade é seletiva, o quanto a educação é seletiva, o quanto o mercado de trabalho é seletivo, assim a mesma ainda pontuou que, no mesmo espaço de trabalho das profissionais do sexo existem as que ganham mais e as que ganham menos, e assim ainda afirmou em forma de questionamento, estaria então essa menina que ganha menos na rua, estando ao seu lado que ganha muito mais, sendo re-marginalizada por esta postura que vem do cliente e não de você? Desta forma ainda chamou o auditório a refletir sobre o que é ser marginalizado, e quem marginaliza quem e o que em prol de um beneficiamento financeiro elevado.

*Em relação ao nome e ao reconhecimento social que o mesmo dá a pessoa que o conduz, a palestrante usou uma representação social a nível brasileiro, fez a seguinte questão, quem sabe o nome verdadeiro da XUXA, assim todos sabiam e responderam, quando a mesma fez a

		<p>mesma pergunta usando como figura representativa a atriz Fernanda Montenegro, ninguém sabia responder. A mesma, então, respondeu que o reconhecimento da XUXA enquanto pessoa pública se dá do uso de um apelido público e notório e que, em virtude disto a mesma precisa de um “nome”, que coletivamente a reconheça no espaço comunitário, Maria da Graça Meneguel é por obrigação necessário para que saibam de fato quem é a XUXA na sociedade como pessoa não apenas como instrumento de uso da arte, porém, Fernanda Montenegro, que possui o nome verdadeiro Arlette Pinheiro Esteves Torres, constitui a si um nome “Fernanda” , que socialmente tem como reconhecimento social este nome como sendo verdadeiro diante da sociedade, assim um nome, que não se constitui como apenas um apelido, toma socialmente um caráter verdadeiro na medida que o seu interlocutor sistematize-o como algo que represente a sua verdade. Desta forma algumas profissionais do sexo possuem reconhecimento por meio dos seus nomes e muitas das meninas, ou quase todas usam para si nomes que não são os seus, mas efetivam o seu reconhecimento no mercado de trabalho da prostituição junto as companheiras do espaço de atuação e junto aos clientes no momento da atuação profissional. Outro fato relevante é o de que as travestis e transexuais vivenciam, pois a uma dualidade efetivamente maldosa e efetivamente ruim no processo de efetivação do “eu” na sociedade, já que ao eliminar o</p>	
--	--	--	--

uso do nome social, o cível as impura a um espaço ao qual não querem para si, o espaço da masculinidade, do macho, do homem e isso lhes causa desconforto e as estigmatiza cotidianamente, portanto o que temos é um indivíduo que muito além de sofrer com sua condição em referencia ao nome, a mesma ainda sofre com a condicionalidade do sexo e do gênero que a provoca angústia e em muitos casos raiva.

*Em referencia a sabermos exigir nossos direitos diante a sociedade a palestrante explanou que, depende muito de nós enquanto pertencentes à sociedade em geral buscar nos reconhecer , amadurecer nossos conhecimentos para poder saber exigir o reconhecimento da profissão a qual atuam saber dar efetividade a nossos direitos depende não apenas de saber da existência deles mas para além disso, saber a efetividade dele diante da sociedade e quais as implicações do reconhecimento dos direitos que também vem juntamente com os deveres.

*Sobre a postura de nosso corpo na sociedade a palestrante puxou o seguinte assunto, médicos são em profissão médicos em qualquer lugar que estiver, porque isto está constituído na sua formação que também é social, então, pergunto: Qual é o elemento no espaço de trabalho do médico que possibilita reconhecermos que é um doutor? Algumas responderam que é salário, consultório, dinheiro, mas a resposta efetiva foi “jaleco”, então a palestrante questionou se fora do espaço de trabalho o médico está

		<p>sempre de jaleco para que as pessoas saibam que a constituição profissional do dele é a medicina? Respostas efetivas “não”. Assim, a palestrante pontuou: porque algumas profissionais do sexo vivenciam fora do espaço de trabalho a realidade que as reconhece como profissionais do sexo nos elementos das vestimentas? Assim ao questionar algumas meninas disseram que não usavam no dia a dia o mesmo tipo de roupa que usam para trabalhar, usando este elemento de discussão algumas das presentes ainda disse, que o fato de muitas vezes serem apontadas na rua é porque tentam levar no cotidiano da cidade o elemento que as classifica como prostitutas. Desta forma reconhecendo o corpo como o objeto de compra e venda, como a mercadoria que as torna objetos. Porém, ao venderem o sexo e o prazer, a profissional do sexo não só é mercadoria como também é compradora, pois efetivamente a mesma deve saber vender seu produto para que com a efetividade seu cliente retorne, fazendo assim que o mesmo também torne-se produto deste espaço de prazer.</p>	
Relatos individuais	não	Não	não
Qty. transexuais	0	Não quantificado	1
Qty. travestis	6	Não quantificado	3
Qty. homens	0	Não quantificado	1

Qnt. mulheres	1	Não quantificado	0
Datas	05/10/2011	19/10/2011	26/10/2011
Com participantes	*Com IPA	*Sem IPA	*Com IPA
Pautas gerais	<p>*Apresentação do projeto do Centro de referência especializado na diversidade.</p> <p>*Apresentação do programa de atendimento psicológico individual.</p> <p>*Apresentação da proposta do diálogo sobre uma temática o depoimento de Lea T na próxima reunião com o IPA.</p>	<p>*Sem Reunião.</p> <p>*Organização da Parada Livre de Porto Alegre.</p>	*Apresentação do vídeo com a entrevista da Lea T a Marília Gabriela.
Pontos importantes do debate	*Sem pontos relevantes à pesquisa.	*Sem elementos importantes.	<p>*Nome</p> <p>*Reconhecimento</p> <p>*Identidade Social</p> <p>*Cirurgia de readequação sexual</p>
Relatos individuais	*Sem relatos individuais.	*Sem relatos individuais.	<p>*Em referência à apresentação do vídeo entrevista da transexual Lea T, surgiram muitas reflexões sobre a mesma, primeiramente em referência ao nome, todas reconhecem a importância que tem para o movimento social de travestir e transexuais, porém alguns diálogos são fortes sobre a entrevista.</p> <p>*Segundo as participantes do grupo de debate, a entrevistada Lea T possui um discurso de vitimização, discurso ao qual as meninas justificam que é usado para poder de alguma forma conquistar a população, outro ponto relevante de nossos diálogos é em referência à</p>

		<p>postura dela, e o cargo que a mesma ocupa na sociedade sendo modelo e estudante de moda algumas meninas em seus diálogos dizem que por estar nesse patamar Lea não sofre preconceito.</p> <p>Sobre os diálogos que emergiram do vídeo entrevista o mais contundente foi a discussão entre duas pessoas do grupo uma transexual já resignada e outra que foi travesti e hoje não mais usa os elementos do feminino, a segunda disse “elas se operam para ser feliz e completas, quando na realidade o que ganham é um corte que não dá prazer nenhum a elas” a primeira em resposta fez a seguinte afirmação “todo mundo pergunta se sentimos prazer quando na realidade o prazer é subjetivo, nem todas as mulheres biológicas sentem prazer na relação sexual, pode ser que elas mesmas inventem um prazer que não existe de fato, insistem em dizer que não sinto prazer, que sinto nada, que é apenas um corte, há uma subjetividade no meu prazer eu transo com quem eu quero, não em busca da penetração mas em busca da sensação de estar com o outro, odeio que digam que é apenas um corte isso é frase de gente que nem para Sr. travesti serviu”.</p> <p>*Ser transexual ou ser travesti é uma coisa para além da sexualidade, uma das meninas fez o seguinte relato, “não é fácil ser travesti nesse mundo, mesmo com toda a abertura da sociedade em discutir e aceitar “certos” modos de vida a família a escola e a sociedade não entendem o complexo de ser travesti, quase todo mundo acha que somos <i>gays</i>, muitos nos chamam de prostitutas, ninguém reconhece que além da forma de se vestir existe um ser humano</p>
--	--	--

		<p>que sofre com a violência da sociedade contra nós, as pessoas não entendem que não é apenas a escolha de uma roupa, ou a escolha de um salto ou de uma calcinha, é todo o conjunto da obra que usando dessas coisas é construída, a gente cria a mulher, alguns dizem que tiramos a mulher que está dentro de nós outros dizem que a gente faz uma caricatura da mulher perfeita, outros ainda dizem que a gente inventa, eu acho que construímos não uma mulher perfeita nem apenas a que está em nosso interior, mas construímos a mulher que como observadores iríamos gostar de ver, por isso essa infinidade de coisas, silicone, brincos exagerados, pulseiras enormes, saltos grandes roupas brilhosas, cabelos perfeitos e maquiagens de passarela, criamos essa mulher que não passa frio, que não está nunca desarrumada, que não sente dor no pé que está sempre impecavelmente pronta para sair a qualquer momento, é a mulher perfeita porque estamos diariamente lutando contra nosso próprio corpo para fazer ela existir, lutamos contra a estrutura física, hormonal e social, usamos estratégias que até são contra a nossa própria saúde com o intuito de resgatar de dentro de nós essa mulher, isso aos olhos da sociedade é o que é contraditório, isso que a sociedade julga errado, isso que ela repudia em nossos corpos, ela repudia a construção dele, como ele é feito, como ele é criando, fugindo as regras sociais e morais que são ditadas por todos como sendo as certas, a gente luta primeiro dentro de casa, faz entenderem a sexualidade, depois faz entenderem a imagem e depois lutamos fora de casa, muitas nem sobrevivem para aproveitar as</p>
--	--	--

			<p>conquistas da batalha, nosso corpo é o que de dia eles sentem nojo, por saberem que temos “pau”, por saberem que em nós nasceu ou nasce barba, por saberem que nosso nome é de homem, por saberem que vendemos esse corpo que eles odeiam ver de dia, só que na noite esse mesmo corpo que é negado que é tido como lixo, é objeto de luxo vendido nas esquinas a preços mais altos que as mulheres ou os homens, esse corpo com feminino, com objeto sexual masculino é o desejo de todos os homens que circulam na noite e eles pagam um valor elevado por esse objeto de prazer, mesmo que depois o mesmo dinheiro dado pelo cliente, se torne também uma forma de no dia a dia entrar nesses espaços onde nossos clientes trabalham para podermos de alguma forma consumir, comprar e tudo. Então a sociedade é hipócrita quando diz que não somos perfeitas, pode ser que não somos, de dia, mas de noite somos as mais desejadas e as mais procuradas nas ruas, e esse discurso da Lea T sobre sermos pobrezinhas e imperfeitas, e não sermos aceitas é a fala dela, que eu acredito ainda não entendeu o que é ser travesti e transexual, ela ali diz coisas que mais me lembram uma mulher biológica chorando porque não é perfeito, a uma pessoa que lutou com todo mundo para ser feliz do jeito que acha melhor para ela.</p>
Qnt. transexuais	2	0	2
Qnt. travestis	9	0	10

Qty. homens	2	0	4
Qty. mulheres	4	0	5